



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

ERIKA CAMILA VERÍSSIMO DA SILVA

**O CONTROLE SOBRE OS CORPOS FEMININOS:
a formulação/circulação do discurso sobre o aborto no *Instagram***

Recife

2022

ERIKA CAMILA VERÍSSIMO DA SILVA

**O CONTROLE SOBRE OS CORPOS FEMININOS:
a formulação/circulação do discurso sobre o aborto no *Instagram***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Letras.

Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Evandra Grigoletto.

Recife

2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

S586c Silva, Érika Camila Veríssimo da
O controle sobre os corpos femininos: a formulação/circulação do discurso sobre o aborto no *Instagram* / Érika Camila Veríssimo da Silva. – Recife, 2022.
145f.: il., tab.

Sob orientação de Evandra Grigoletto.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2022.

Inclui referências.

1. Discurso. 2. Corpo. 3. Mulher. 4. Aborto. 5. Espaço virtual.
I. Grigoletto, Evandra (Orientação). II. Título.

410 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2022-189)

ERIKA CAMILA VERÍSSIMO DA SILVA

**O CONTROLE SOBRE OS CORPOS FEMININOS:
a formulação/circulação do discurso sobre o aborto no *Instagram***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Letras.

Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: 05/08/2022.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Evandra Grigoletto (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Professora Doutora Dantielli Assumpção Garcia (Examinadora Externa)
Universidade Unioeste

Professora Doutora Fernanda Correa Silveira Galli (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Para Maria do Carmo da Conceição, minha avó

Para Helenilda Veríssimo dos Santos, minha mãe

Para todas as mulheres que foram incapacitadas de decidir sobre seus corpos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) pelo financiamento desta pesquisa durante todo o período do meu curso de Mestrado no PPGL-UFPE, o que me permitiu traçar os caminhos para a realização dessa pesquisa, bem como manteve-me segura do Coronavírus.

A Prof^a Evandra Grigoletto, minha orientadora, que me acolheu de braços abertos na UFPE. Pelo acolhimento, pelo respeito por meu trabalho, pela escuta para além das questões acadêmicas, pela compreensão e por me mostrar que podemos fazer pesquisa acadêmica de forma séria, mas sem perder a leveza e o humor.

A Prof^a Fabiele Stockmans de Nardi, por acreditar nessa pesquisa, no momento de defesa do projeto, na seleção do Mestrado. Pela confiança e inspiração.

A minha família, meu pai José Carlos, minha mãe Helenilda, meu irmão Henrique e minha irmã Karine e minha avó, que embora não compactuem das mesmas opiniões acerca da temática dessa pesquisa, sempre estiveram ao meu lado e nunca mediram esforços para que eu pudesse realizar os meus planos e sonhos. Obrigada por tanto. Amo vocês!

A Paulo, por compartilhar a vida ao meu lado, seja nos momentos difíceis de ansiedade, seja nos momentos bons. Por seu companheirismo e amor.

A família que conquistei ao mudar para Nossa Senhora da Glória – SE, Cris, Laura Luan e seu Cícero, por compartilhar comigo momentos de alegria em família.

A Rayssa Melo, que, desde a graduação, tem sido meu lugar seguro. Obrigada pela amizade, por vibrar por minhas conquistas, por não me deixar desistir dessa pesquisa, por acreditar e me lembrar de acreditar em mim.

A minhas primas, Mayara, Nayara e Rosangela, pelo carinho e amor, por todas as xícaras de café compartilhadas, mas também pela alegria, pelas risadas, pelo amor.

Aos “Grigolettes”, grupo de orientandos da chefe, pelas trocas, pelos debates, pelas risadas e por todo apoio acadêmico e também afetivo. A Clarice, pela amizade e empatia. A Thiago Costa pela disponibilidade em ajudar em qualquer ocasião.

Aos meus alunos do Colégio Educar, que mesmo sem a intenção, me lembraram o porquê eu escolhi exercer a docência.

Agradeço ainda ao Professor Helson Flávio da Silva Sobrinho que me apresentou a Análise de Discurso, de Michel Pêcheux. Pelo apoio desde a graduação e por me incentivar a trilhar novos caminhos na AD.

Foi por que eu tive vocês, seja perto fisicamente ou do outro lado da tela, que aqui, do outro lado, eu fui capaz de me orientar. Assim, como diz o poema de João Cabral de Melo Neto “um galo sozinho não tece uma manhã”, essa pesquisa só está sendo possível graças a todos vocês.

OBRIGADA!

Nasci
Sou assim
E vou até o fim

Sou preta, sou branca
Sagrada, profana
Sou puta, sou santa
Mulher

(CAÑAS, 2016)

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a compreender o funcionamento do discurso sobre o aborto no espaço virtual, especialmente, no Instagram. No intuito de apreendermos o caráter do funcionamento desse discurso, foi essencial a compreensão da relação teórica entre discurso, sujeito e história, proposta pela perspectiva da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, fundada por M. Pêcheux e desenvolvida aqui no Brasil por Eni Orlandi e outros estudiosos, a qual funcionará como suporte teórico-metodológico para a realização desta pesquisa. O *corpus* da pesquisa é formado por sequências discursivas (SD) sobre o aborto que se inscrevem em diferentes Formações Discursivas (FD), que mobilizam sentidos de “crime” e “direito” no espaço virtual. Nesse sentido, investigamos como os discursos antagônicos sobre o aborto fazem funcionar as relações de controle exercidas pelo Estado, pela Igreja e pela sociedade sobre os corpos femininos. Por meio das análises, compreendemos que a circulação de sentidos sobre o aborto no espaço virtual (GRIGOLETTO, 2011) não pode ser desvinculada do espaço empírico, nem do espaço discursivo, visto que o virtual é fruto da formação social capitalista e, como tal, não pode ser desassociado dos demais. Logo, compreendemos que os discursos sobre o aborto que circulam no espaço virtual não são neutros, visto que são determinados pelo “complexo das formações ideológicas”, que fornecem as evidências sobre as práticas de aborto e refletem as contradições de classe, de raça e de gênero.

Palavras-chave: discurso; corpo; mulher; aborto; espaço virtual.

ABSTRACT

The current work proposes to understand the functioning of the discourse on abortion in the virtual space, especially on Instagram. In order to comprehend the character of the functioning of this discourse, it was essential to understand the theoretical relationship between discourse, subject and history, proposed by the French perspective of Discourse Analysis (DA), founded by M. Pêcheux and developed here in Brazil by Eni Orlandi and other scholars, which will work as a theoretical-methodological support for this research. The research *corpus* is formed by discursive sequences (DS) about abortion that are inscribed in different Discursive Formations (DF), which mobilize meanings of “crime” and “right” in the virtual space. In this sense, we investigate how the antagonistic discourses on abortion make the relations of control exercised by the State, the Church and society over female bodies work. Through the analysis, we understand that the circulation of meanings about abortion in the virtual space (GRIGOLETTO, 2011) cannot be separated from the empirical space, nor from the discursive space, since the virtual is the result of social capitalist formation and, as such, cannot be dissociated from the others. For that reason, we understand that the discourses on abortion that circulate in the virtual space are not neutral, since they are determined by the “complex of ideological formations”, which provide evidence about abortion practices and reflect the contradictions of class, race and genre.

Keywords: discourse; body; woman; abortion; virtual space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Páginas iniciais do <i>Instagram</i>	28
Figura 2 – Verbetes histeria	54
Figura 3 – SDR 1: Pró-vida	90
Figura 4 – SDR 2: Pró-escolha	92
Figura 5 – Funcionalidades do <i>Instagram</i>	98
Figura 6 – Página inicial perfil Geração pró-vida	98
Figura 7 – Página inicial perfil Pela vida das mulheres	101
Figura 8 – Página inicial perfil Nem presa, nem morta.....	101
Figura 9 – Página inicial perfil As católicas.....	102
Figura 10 – Página inicial perfil Evangélicas.....	102
Figura 11 – <i>Instagram</i> Ministra Damares Alves	106
Figura 12 – SD1.....	107
Figura 13 – SD2.....	110
Figura 14 – Féminismo	116
Figura 15 – SD3.....	118
Figura 16 – Católica e feminista.....	119
Figura 17 – Comentários perfil As católicas	121
Figura 18 – SD4.....	123
Figura 19 – Comentários perfil Evangélicas	125
Figura 20 – SD5.....	126
Figura 21 – Comentários perfil Evangélicas	128
Figura 22 – SD6.....	129
Figura 23 – Comentários perfil Nem presa, nem morta	132
Figura 24 – SD7.....	133
Figura 25 – Composição de figuras	136

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distinção entre lugar social e lugar discursivo	32
Quadro 2 – Deslizamento de sentidos	75
Quadro 3 – Legislação sobre o aborto	78
Quadro 4 – <i>Corpus</i> discursivo	87
Quadro 5 – Caracterização do espaço virtual	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Representação das Formações Imaginárias	31
Tabela 2 – Perfis femininos	114

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	OBJETIVOS	15
1.1.1	Objetivo Geral.....	15
1.1.2	Objetivos Específicos	16
1.2	QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA	16
1.3	METODOLOGIA.....	17
2	DISCURSOS PRODUZINDO O CORPO.....	19
2.1	DISCURSO, SUJEITO E HISTÓRIA.....	22
2.2	A <i>VIA CRUCIS</i> DO CORPO	38
2.2.1	A feminilidade: uma mística feminina.....	58
2.3	AS TEORIAS FEMINISTAS E OS APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO.....	68
2.4	O CORPO COMO OBJETO DISCURSIVO.....	72
3	AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O ABORTO.....	77
3.1	AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO: A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> E AS SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS DE REFERÊNCIA.....	86
3.2	O ESPAÇO VIRTUAL COMO CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O ABORTO	94
4	AS FORMULAÇÕES SOBRE O ABORTO NO BRASIL: DISCURSOS ANTAGÔNICOS NO <i>INSTAGRAM</i>.....	103
4.1	O DISCURSO DO “BOM SUJEITO”	107
4.2	O DISCURSO DO “MAU SUJEITO”	116
4.3	O DISCURSO DA DESIDENTIFICAÇÃO	129
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
	REFERÊNCIAS.....	141

1 INTRODUÇÃO

“[...] Ficou pensando: daqui a pouco ele me tira o corpo também.

*O que fazer para recuperar o que fora seu? A sua individualidade?”
(“Ele me bebeu”, de Clarice Lispector)*

O reconhecimento do direito de dispor do seu corpo não é algo que faz parte da realidade da maioria das mulheres brasileiras, visto que, no Brasil, os procedimentos de abortamento, salvo algumas exceções, são considerados uma prática criminosa.

A legislação brasileira referente ao tema determina que o aborto pode ser realizado, de maneira legal, somente em três casos específicos de gestação: a resultante de violência sexual, a que ofereça risco de morte à mulher, e, recentemente, a que o feto é diagnosticado anencéfalo, ou seja, que não possui cérebro. Nesses três casos, a mulher tem o direito de realizar gratuitamente o aborto legal, via SUS (Sistema Único de Saúde). No entanto, mesmo diante dos casos previstos em leis, as mulheres encontram resistências por parte da sociedade civil para a realização do procedimento. Fora dessas situações, as mulheres que praticam o aborto são criminalizadas, ou pior, acabam morrendo devido às complicações do procedimento realizado de maneira insegura, seja em clínicas clandestinas ou em casa.

Assim, mesmo diante dos mecanismos de restrição da legislação, as taxas de abortamento no país não caem; em contrapartida, o número de mortes devido às complicações do aborto não para de crescer. De acordo com a pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde (2009, p. 13) “o risco imposto pela ilegalidade do aborto é majoritariamente vivido pelas mulheres pobres e pelas que não têm acesso aos recursos médicos para o aborto seguro”. No entanto, nos chama a atenção que, mesmo diante desse cenário de proibições, ainda era possível promover orientações e esclarecimentos acerca dos procedimentos seguros em relação ao aborto, diferentemente do cenário atual, que, além de criminalizar às mulheres que abortam, há a perpetuação da desinformação sobre o aborto, o que acaba por promover um retrocesso nas leis vigentes por meio dos projetos de lei contra a descriminalização do aborto.

É nesse contexto que se inscreve a disputa das mulheres pelo direito a seus corpos, pelo direito de não morrer. Para Biroli (2018, p. 80), o aborto e a sexualidade têm a ver “com o cotidiano da vida das pessoas, com o modo como elas organizam suas trajetórias em ambientes sociais, legais e morais que impõem e orientam, abrem alternativas tanto quanto tornam factíveis julgamentos e violências”.

Essa pesquisa aborda o funcionamento do discurso sobre o aborto na sociedade brasileira. Assim, mais especificamente, buscamos investigar os modos de circulação e

produção de sentidos que historicamente significam as mulheres e seus corpos, a partir de um recorte de discursos de perfis do *Instagram*.

Falar abertamente sobre o aborto consiste em afrontar as políticas de controle sobre os corpos femininos. Em virtude disso, a questão que nos motivou a realizar este trabalho foi desenvolvida da seguinte maneira: Como as formulações discursivas sobre o aborto contribuem para a produção de sentidos sobre o corpo feminino¹ da mulher cis?

Mediante isso, elegemos como nosso objeto de estudo as formulações discursivas sobre o aborto que circulam no *Instagram*. Partimos dos pressupostos que existem dois principais atores políticos e sociais envolvidos na discussão da temática, são eles: os grupos Pró-escolha e os grupos Pró-vida.

De um lado, temos os grupos Pró-escolha, que estão ligados ao movimento feminista, especificamente, as vertentes liberal, radical e interseccional, que se articulam na luta pela legalização do aborto no país, pois o compreendem como uma questão de saúde pública e um direito das mulheres. De outro lado, temos os grupos Pró-vida, que são compostos por religiosos da Igreja Católica e vertentes neopentecostais, que promovem a contra-argumentação, visto que defendem que nenhum direito é maior que o direito à vida. No entanto, nesse entremeio, ainda podemos citar algumas organizações religiosas tais como “As católicas pelo direito de decidir” e “Evangélicas pela legalização” que atuam ativamente no combate à criminalização do aborto no território brasileiro. Partindo dessa problemática, organizamos os objetivos da pesquisa da seguinte maneira:

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

- Compreender o funcionamento discursivo dos discursos sobre o aborto na sociedade brasileira, especialmente, no espaço virtual, a fim de contribuir com o debate acerca da institucionalização do procedimento de abortamento enquanto direito.

¹ Nesta pesquisa, nos debruçamos, especificamente, sobre a noção de “feminino”, apontada no verbete do Dicionário Crítico de Gênero, compreendida como “o conjunto de características, qualidades e atributos social e culturalmente reconhecidos como parte da natureza da mulher” (SOARES-COELHO, 2019, p. 248). Compreendemos e reconhecemos a existência de outras orientações sexuais e identidades de gênero, mas devido a necessidade da delimitação do *corpus*, neste trabalho, nosso recorte, é sobre as mulheres cis.

1.1.2 Objetivos específicos

- Identificar quais os principais mecanismos de controle sobre o corpo feminino.
- Demonstrar como se dá a circulação do discurso sobre o aborto nas redes sociais digitais.
- Analisar os efeitos produzidos pelas divergências dos discursos sobre o aborto.

1.2 QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

Iniciamos a reflexão do quadro teórico utilizado para compor a presente pesquisa, resgatando as palavras de Michel Pêcheux quando afirma, no anexo 3, de *Semântica e Discurso*, que “intervir filosoficamente obriga a tomar partido: *eu tomo partido pelo fogo de um trabalho crítico*” (PÊCHEUX, 2014, p. 270, grifos meus).

Essas palavras refletem a necessidade de se tomar partido pela Análise de Discurso dentro da Linguística e dentro da própria teoria. Isso ocorre, pois, a Análise de Discurso, por ser uma teoria de entremeio entre a Linguística e as Ciências Sociais, busca relacionar a linguagem à sua exterioridade.

Veremos, mais adiante, que, para Pêcheux, é impossível pensar a noção de língua sem a noção de história, logo, o fundador da AD irá trazer a contribuição da Psicanálise e do Materialismo Histórico para criar um novo objeto de estudo: o discurso. É mediante a possibilidade de romper fronteiras que o referencial teórico utilizado para fundamentação da presente pesquisa pode ser classificado em três eixos principais: estudos sobre o discurso, estudos sobre o corpo e estudos sobre o espaço virtual.

Para pensar as categorias teóricas e analíticas da Análise de Discurso francesa, mobilizamos os estudos de Pêcheux (1997, 2014); Maldidier (2014); Orlandi (2005, 2006, 2009, 2012) e Courtine (2014). Nossos estudos contam ainda com a contribuição de renomados analistas de discursos brasileiros a saber: Grigoletto (2005); Silva-Sobrinho (2014, 2016); Leandro Ferreira (2017); Florêncio et al (2009) e Indursky (2019).

A fim de compreender os sentidos históricos sobre o corpo da mulher, dedicamo-nos aos estudos de Orlandi, Leandro Ferreira (2017) e Sousa e Garcia (2018), que estudam o corpo pelo viés da Análise do Discurso. No entanto, nosso objeto de estudo exigiu visitar estudos de outras áreas de conhecimento para compor a teorização sobre o corpo. Dentre eles citamos: Beauvoir (2016); Biroli (2016; 2018); Mccann et al (2019); Federici (2017); Goellner (2010, 2013); Colling (2014) e Del Priore (2009), além de muitos outros que serão citados ao decorrer desta dissertação.

O último eixo de estudo surgiu mediante a necessidade de estudar acerca das especificidades do Espaço Virtual e o funcionamento das redes sociais, especialmente o *Instagram*. Assim, debruçamo-nos sobre os estudos de Grigoletto (2011); França e Grigoletto, (2018); Wanderley (2020); Han (2018) e Recuero (2012).

É a partir do quadro teórico apresentado que nos propomos a analisar os discursos sobre o aborto no espaço virtual, tendo em vista que é preciso tomar “partido pelo fogo de um trabalho crítico”.

1.3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, serão utilizados os recursos da abordagem de pesquisa de base qualitativa. Nossa pesquisa está fundamentada nos dispositivos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso francesa (AD) desenvolvida, nos anos 1960, por Michel Pêcheux.

Compreendemos, de acordo com os estudos de Orlandi (2005, p. 62), que “a análise de discurso se interessa por práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, letra”. Diante disso, o *corpus* de nosso estudo é composto por materialidades discursivas e imagéticas, que abordam a temática do aborto e que circulam nas redes sociais digitais.

O primeiro passo em direção à realização da pesquisa se deu por meio de buscas por perfis no *Instagram* que abordam a temática do aborto. Aqui, foi utilizada a estratégia de buscas própria da rede social, a partir da *hashtag*: #aborto, a fim de constituir um *corpus* por meio de “uma escuta discursiva” (ORLANDI, 2005, p. 60), o que já se caracteriza como um primeiro gesto de interpretação. Esse primeiro passo nos conduziu para uma enorme quantidade de páginas que discursivizam sobre a realidade do aborto, a partir de diferentes lugares sociais e por meio de diferentes atores políticos-ideológicos que atuam na sociedade. Desse modo, admitimos o seguinte critério para seleção dos perfis: o maior número de seguidores e maior número de postagens.

Partindo desse segundo critério, elegemos 6 (seis) perfis que atuam fervorosamente na militância do/sobre o aborto no *Instagram*, por meio de postagens educativas, vídeos, campanhas e mobilizações no espaço urbano. Para efeitos metodológicos, dividimos os perfis selecionados nas seguintes categorias: a) Discursos favoráveis ao aborto e b) Discursos não-favoráveis ao aborto. Temos desse modo:

- a) **Discursos favoráveis ao aborto:** (1. Nem presa, nem morta por aborto, 2. Pela vida das mulheres, 3. As católicas pelo direito de decidir e 4. Evangélicas pela legalização).
- b) **Discursos não-favoráveis ao aborto:** (5. Frente contra o aborto e 6. Geração Pró-vida).

No passo seguinte, realizamos a seleção das materialidades discursivas para compor o *corpus* discursivo da pesquisa. Nesse momento, dispomos dos estudos de Courtine (2014) para determinar a escolha de uma sequência discursiva de referência (SDR), a fim de direcionar o andamento das análises. As SDR selecionadas e analisadas foram: *Aborto é um crime contra a vida* e *Aborto não é crime*, as quais são representativas dos discursos que se inscrevem em formações discursivas antagônicas, conforme veremos, adiante, nas análises do *corpus*.

A partir das análises das SDR, pudemos verificar que “as relações de lugar remetem a relações de classe, isto é, a um dado estado das contradições ideológicas de classe em conjuntura histórica” (COURTINE, 2014, p. 108). Em virtude disso, selecionamos as sequências discursivas e reorganizamos nosso *corpus* discursivo partindo do pressuposto de M. Pêcheux (2014, p. 197), que afirma que “não existe prática sem sujeito (e, em particular, prática discursiva sem sujeito)”.

Nesse sentido, tendo em vista que o nosso objetivo é compreender o funcionamento discursivo dos discursos sobre o aborto, suas formas de circulação e seus efeitos de sentido no *Instagram*, as análises foram realizadas partindo dos princípios teóricos da Análise de Discurso, especificamente, na teorização de M. Pêcheux sobre as diferentes modalidades da forma-sujeito.

Por fim, partindo da compreensão de Orlandi (2012, p. 23), que afirma que “o objetivo da análise de discurso é descrever o funcionamento do texto. Em outras palavras, sua finalidade é explicitar como um texto produz sentido”, realizamos a análises das sequências discursivas que estão organizadas de acordo com os seguintes tópicos: 4.1 O discurso do “bom sujeito”, 4.2 O discurso do “mau sujeito” e, por fim, 4.3 O discurso da desidentificação.

2 DISCURSOS PRODUZINDO O CORPO

*“Que corpo é esse?
Que pulsa, escuta, expulsa, abraça
Comporta, contem
O corpo ocupa, o corpo não é culpa
O corpo, a culpa, o espaço”
(O Teatro Mágico)*

Antes de iniciarmos a discussão proposta para este trabalho, compreendemos que se faz necessário reiterar a filiação teórica na qual nos inscrevemos, em virtude do abundante número de estudos científicos que se postulam como Análise de Discurso, no Brasil e na França. De acordo com Florêncio et al (2009, p.17-8), “quando falamos de Análise de Discurso hoje, é necessário explicitar de qual Análise de Discurso estamos falando, pois, diferentes posições teóricas possibilitam diferentes olhares sobre um mesmo objeto de estudo”.

Filiamo-nos, nesta pesquisa, à Análise de Discurso (AD) fundada por Michel Pêcheux, no fim dos anos 1960, na França, e que foi trazida ao Brasil por meio dos estudos de Eni Orlandi.

Em meio a uma conjuntura histórica marcada pela ebulição de acontecimentos políticos e científicos, Pêcheux inaugura uma região teórica própria no âmbito da Linguística, que se pretende científica, mas também política. Desse modo, compactuamos do sentimento de Orlandi quando expõe sua filiação teórica:

Não me coloco na perspectiva do “politicamente correto”, em ciência, mas do politicamente explícito: exponho e sustento a filiação teórica que me identifica no campo das ciências e das tecnologias, em suas políticas. **A teoria é política.** E a análise de discurso que se filia à Michel Pêcheux “sabe” disso. Essa é uma das razões pelas quais a pratico” (ORLANDI, 2012, p. 36, aspas da autora, grifos meus).

A análise de discurso, conforme teorizada por M. Pêcheux, é considerada uma teoria de entremeio, visto que se constitui a partir de três campos de conhecimentos distintos, a saber: a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo Histórico.

Nesse sentido, através da relação estabelecida por essas regiões do conhecimento, Pêcheux propôs a noção de discurso tão cara à AD. No entanto, cabe a ressalva que a AD, apesar dessa articulação entre teorias, possui objeto e métodos que lhe são próprios. Logo, conforme Orlandi, podemos afirmar que a Análise de discurso,

pressupõe a psicanálise, a linguística e o marxismo. E os pressupõe na medida em que se constitui da relação de três regiões científicas: a da teoria da ideologia, a da teoria da sintaxe e da enunciação, e a teoria do discurso como determinação histórica dos processos de significação (ORLANDI, 2005, p.13).

Assim, a AD, por meio dessas três regiões², mobiliza as noções de sujeito, história e língua, pensando como essas categorias produzem sentido.

Desse modo, compreendendo como um gesto de coerência teórica, convém também reafirmamos nossa articulação com os estudos feministas, visto que o movimento feminista, em suas diferentes abordagens e desdobramentos teóricos, traz para o meio social, cultural e científico o debate sobre as questões de igualdade de gênero ao redor do mundo.

O feminismo liberal se consolidou como conceito em 1837, quando o francês Charles Fourier usou, pela primeira vez, a palavra *féminisme*. A partir disso, o termo foi adotado para identificar “um movimento que tinha como objetivo conquistar igualdade social, econômica e legal entre os sexos, e terminar com o sexismo e a opressão às mulheres pelos homens” (MCCANN, *et. al.*, 2019, p.14). No entanto, é importante evidenciar que, bem antes do feminismo se tornar um conceito, as mulheres já demonstravam insatisfação com as normas sociais às quais eram submetidas.

Historicamente, podemos situar a luta do movimento feminista em três grandes ondas, mas, segundo McCann *et al* (2019, p.14), “algumas feministas saúdam uma quarta onda na segunda década do século XXI”. A autora, ainda, ressalta que a divisão em ondas e vertentes pode parecer problemática para alguns, no entanto, tais vertentes demonstram as necessidades das mulheres, suas pautas e, principalmente, os avanços produzidos na luta contra a desigualdade, em cada período histórico.

De acordo com os estudos de McCann *et al* (2019, p.44), “a história descreve o período que vai de meados do século XIX ao início do século XX como a “primeira onda” do feminismo”. Incluso nessa primeira onda, estão em destaque as vertentes do feminismo liberal e do feminismo marxista. Segundo Nogueira³, as pautas que impulsionaram a primeira onda do feminismo estavam relacionadas com a luta por direitos: o direito ao voto, à propriedade, à instrução e aos direitos trabalhistas. Em concordância, os estudos de McCann, apontam que

As primeiras feministas (basicamente mulheres brancas, de classe média, com acesso à educação) exigiam direito ao voto, acesso igualitário à educação e direitos iguais no casamento. A primeira onda vai até cerca de 1920, época em que a maior parte dos países ocidentais já havia garantido o direito ao voto (MCCANN *et. al.*, 2019, p.14-5).

² Trazemos, posteriormente, a discussão acerca da definição de discurso e a relação entre essas três regiões conhecimento.

³ Em Ciclo de Aulas Abertas - Disciplina Interseccionalidade: aproximações teóricas e empíricas. Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher - PPGSCM/IFF/FIOCRUZ. Coordenação: Prof. Dr. Marcos Nascimento e Prof. Dr. Benedito Medrado - Aula de 26/01/2021. Professora convidada: Prof. Dra. Conceição Nogueira Universidade do Porto – Portugal. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-B8ywDx63bQ>. Acesso em: 26/01/2021.

A segunda onda do feminismo, por sua vez, floresceu entre os anos 1960 e o início dos anos 1980, e é conhecida como a onda mais radical do movimento feminista. Uma das maiores influências teóricas da segunda onda foi “O segundo sexo”, obra pioneira, da filósofa francesa Simone Beauvoir, publicada em 1949. Beauvoir aborda questões relacionadas aos fatos e mitos sobre a mulher e os compara com a experiência vivida, de fato, pelas mulheres. A partir disso, teoriza que as mulheres não nasciam mulheres, eram criadas socialmente como mulheres.

Por meio do pensamento de Beauvoir, as feministas radicais avançaram na teorização acerca da luta das mulheres. Elas compreenderam que somente a luta por direitos civis não garante às mulheres a emancipação almejada. Portanto, é preciso trazer as vivências das mulheres para o debate público. O *slogan*, “o pessoal é político”, compreende que a violência, a sexualidade e a reprodução são da ordem do político e representam, significativamente, a influência e os avanços propostos pelas feministas radicais. McCann, aponta que

Estimulada pelo clima revolucionário dos anos 1960, a segunda onda se identificou com o destemido “Movimento de Libertação das Mulheres”, que buscou principalmente identificar e acabar com a opressão à mulher. [...] As mulheres tomaram para si o controle de natalidade, até então nas mãos de uma medicina dominada por homens; lutaram pelo direito ao aborto legal; e denunciaram agressões físicas (MCCANN *et.al.*, 2015, p. 15).

Tendo em vista que o objetivo do presente estudo consiste em abordar a temática do corpo, especificamente o funcionamento discursivo sobre o aborto na sociedade brasileira, para os interesses que se pretendem, nesta dissertação, a contribuição dos estudos da segunda onda⁴ do movimento feminista foram necessários, visto que as feministas da segunda onda exploraram, mais profundamente, as questões relativas à sexualidade, direitos reprodutivos e a capacidade das mulheres de controlarem a própria fertilidade.

Desse modo, tratar da materialidade do corpo no campo discursivo é um dos objetivos deste capítulo, visto que “corpo e discurso andam próximos no campo teórico da análise do discurso. E isso não deve ser motivo de espanto. Afinal *corpo é tanto uma linguagem, como uma forma de subjetivação* e, por isso mesmo, tem relação estreita com o discurso” (LEANDRO FERREIRA, 2013, p. 77, grifos meus).

Em virtude disso, buscaremos abordar o corpo por meio da sua relação com a linguagem, pois compreendemos, nesta dissertação, que a linguagem não é transparente. Entendemos, juntamente com Orlandi (2005, p. 25), que “na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história.”

⁴ O debate sobre o feminismo da segunda onda encontra-se na seção 2.3, intitulada: “As teorias feministas e os aparelhos ideológicos de Estado”.

Logo, o propósito para o próximo tópico consiste em compreender a relação entre linguagem e discurso e, respectivamente, as noções de discurso, sujeito e história, sob a ótica discursiva.

2.1 DISCURSO, SUJEITO E HISTÓRIA

A análise de discurso, concebida no fim dos anos 1960, na França, tal como pensada por Michel Pêcheux, vem propor uma ruptura tanto no campo das teorias Linguísticas, como no campo das Ciências Sociais. O marco inaugural da teoria é a obra *Análise Automática do Discurso* (AAD-69), que, nas palavras de Paul Henry, vem causar uma “reviravolta na problemática dominante das ciências sociais” (HENRY, 1997, p. 14.) Malidier, também, aponta que:

A irrupção da AD na virada da década de sessenta foi simultaneamente um acontecimento na história das práticas da linguística e na história dos questionamentos dos marxistas sobre a linguagem. Ela propôs aos linguistas um modo de abordar a relação entre a língua e a história; fez os marxistas saírem do discurso da filosofia da linguagem (MALDIDIER, 2014, p. 28).

Assim, a AD surge em oposição ao estruturalismo, um dos grandes paradigmas teóricos que dominavam os estudos linguísticos, na década de 1960, que tem como fundador Ferdinand de Saussure, o qual, a partir da publicação do Curso de Linguística Geral, passou a ser considerado o “pai” da Linguística, enquanto teoria científica. Nesse sentido, os desenvolvimentos dos estudos linguísticos proporcionaram à Linguística o título de ciência-piloto das ciências humanas, fato que despertou a atenção de diversos estudiosos, dentre eles M. Pêcheux, filósofo interessado na epistemologia da linguagem e suas teorias.

É relevante ressaltar que a conjuntura histórica na qual a AD foi forjada revela muito sobre seu caráter teórico-científico-político. O ano de 1968 ficou conhecido por diversos acontecimentos teóricos e políticos, que ecoam até os dias de hoje, em torno do mundo. A França foi cenário de uma grande mobilização social, conhecida como maio de 1968 ou maio francês.

A manifestação, iniciada pelos estudantes franceses, em prol de melhorias para o setor educacional, foi o estopim para a ampliação dos protestos para diferentes pautas sociais. Milhares de jovens, trabalhadores e mulheres de toda a França se uniram e foram às ruas reivindicar, por meio de passeatas e greves, por mais liberdade e garantia de direitos.

No que diz respeito à conjuntura intelectual daquela época, a situação também era de insatisfação teórica e questionamentos acerca dos paradigmas em vigor. De acordo com Orlandi, a noção de leitura é colocada em evidência,

nessa conjuntura, toda leitura precisa de um artefato teórico para que se efetue: Althusser escreve sobre a leitura de Marx, Lacan propõe uma leitura de Freud que é um aprofundamento na filiação da Psicanálise, Barthes considera a leitura como escritura, Foucault propõe sua arqueologia. A leitura mostra-se como não transparente, articulando-se em dispositivos teóricos (ORLANDI, 2005, p. 25).

Também foi apresentada, nesse período, uma nova forma de ler/ compreender os aspectos da língua/linguagem, em oposição à forma pensada pelo estruturalismo, de Ferdinand Saussure, que, ao “delimitar a noção de *língua*, separa a *língua* da *fala* e, com esta separação, acaba por dela retirar também o *sujeito*, pois em sua concepção sistêmica de língua não há lugar para o sujeito e sua atividade linguageira” (INDURSKY, 2019, p. 162, *itálicos da autora*).

O projeto de M. Pêcheux nasce desse contexto de insatisfação teórica com o objeto de estudo da Linguística, visto que, para o filósofo, faz-se necessário teorizar a relação da ciência da linguagem com sua exterioridade. Em virtude disso, o autor aponta, em AAD-69, algumas críticas ao modelo de ciência vigente

Não é certo que o objeto teórico que permite pensar a linguagem seja uno e homogêneo, mas que talvez a conceptualização dos fenômenos que pertencem ao “alto da escala” necessite de um deslocamento da perspectiva teórica, uma “mudança de terreno” que faça intervir conceitos exteriores à região da linguística atual (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 73).

Essa mudança de terreno, proposta por M. Pêcheux, leva-o a eleger o discurso, que é um objeto sócio-histórico, como objeto de estudo. Tal desafio empreendido por M. Pêcheux rompe com a “ciência normal” produzida, a qual, na visão de Thomas S. Kuhn (2013, p. 23), “não visa à novidade, mas a clarear o status quo. Ela tende a descobrir o que espera descobrir. A descoberta não surge quando algo caminha corretamente, mas quando alguma coisa se desvia.”

Nesse sentido, a Análise do Discurso é a teoria que vem propor essa “mudança de terreno”, ao trazer para o centro de suas investigações noções como a fala, o sujeito e as condições de produção, que outrora não receberam a devida atenção pelos estudiosos da linguagem. Diante disso,

a fala, o sujeito, as relações sociais – exclusões operadas por Saussure – são trazidas para as discussões linguísticas. Os estudos até então limitados a uma “linguística da língua”, passam a considerar sua dualidade constitutiva, isto é, seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado pelo social, pela história e, conseqüentemente, pela ideologia (FLORÊNCIO, *et al.*, 2009, p. 20, 21).

Dessa forma, é possível pensar a língua para além de um sistema de signos fixos, visto que o estudo da língua que interessa à AD não é o que a considera enquanto um sistema, mas o que possibilita verificar seu funcionamento na “produção de sentidos e que permite analisar unidades além da frase, ou seja, o texto” (ORLANDI, 2005, p. 17).

Nesse contexto, Pêcheux “demarcou-se do objeto saussuriano, a língua, já plenamente estabelecido e aceito no campo dos estudos linguísticos, para dar início à formulação do objeto discurso” (INDURSKY, 2019, p. 163). No entanto, cabe a ressalva que, mesmo afastando-se da concepção de língua proposta pelo “pai da Linguística”, M. Pêcheux nutria apreço e admiração pelo estudioso genebrino, visto que Saussure “foi o primeiro a recortar a língua como objeto e não como mero pretexto especulativo para examinar sua história e evolução. Foi também Saussure que livrou a língua, ao considerá-la como estrutura, dos psicologismos” (FERREIRA, 2016, p. 25, 26).

No início de sua teorização, no AAD-69, M. Pêcheux explica que a noção de discurso “não trata necessariamente de uma transmissão de informações entre A e B, mas, de modo mais geral, de um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 82). A noção de discurso, tal como definida, afasta-se do modelo de comunicação proposto por Jakobson, visto que esse modelo prevê uma concepção de sentido estabilizada: “alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a” (ORLANDI, 2005, p. 21).

A especificidade da AD está que o “objeto acerca do qual ela produz seus resultados não é um objeto só linguístico, mas um objeto sócio-histórico onde o linguístico intervém como pressuposto” (ORLANDI, 2012, p. 87). Dessa maneira, inserir na reflexão sobre o discurso a noção de “efeitos de sentidos” é sobretudo compreender que esses “efeitos resultam da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro de circunstâncias dadas. Os efeitos se dão porque são sujeitos dentro de certas circunstâncias e afetados pelas suas memórias discursivas” (ORLANDI, 2006, p. 15).

Pelo que discutimos, até esse momento, podemos agora delimitar com maior precisão as filiações teóricas que constituem o campo teórico da AD. Conforme aponta Orlandi (2006, p. 13), “a Análise de Discurso tem seu método e seu objeto próprios que tocam as bordas da linguística, da psicanálise, do marxismo, mas que não se confundem com eles”. Salientamos que a relação entre essas diferentes regiões do conhecimento permite a construção do arcabouço teórico estruturante da AD, pois à medida que ela:

Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2005, p. 20).

A citação acima nos permite observar que essa perspectiva teórica propõe um novo cenário para compreender as noções de sujeito, de história e de sentido, visto que a relação existente entre os três campos do saber, mobilizados pela AD, não se dá de modo transdisciplinar, mas sim de modo constitutivo. Nesse sentido, Orlandi aponta que Pêcheux (1981) nos alerta que “não se trata de se fazer uma adição ingênua dos três para desembocar em uma teoria do discurso” (ORLANDI, 2006, p. 13).

Mediante isso, cabe novamente frisar que o objeto da AD não se confunde com o objeto da Linguística, da Psicanálise ou o do Materialismo Histórico, pois à medida que Pêcheux convoca algumas noções provindas dessas áreas de conhecimento, ele as articula conforme as especificidades discursivas. Desse modo, Pêcheux e Fuchs (1975) apresentam a composição do quadro epistemológico da AD:

1.o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2.a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 163, 164).

Logo, é por meio desse diálogo entre diferentes aparatos teóricos que Pêcheux irá compor o quadro teórico-epistemológico da AD, constituindo-a “como uma disciplina de entremeio entre a Linguística e as Ciências Sociais” (ORLANDI, 2006, p. 14). Nesse sentido, podemos afirmar que os estudos de Pêcheux ocuparam “um lugar totalmente original, ao pensar o sujeito ideológico (reflexão iniciada por Althusser) na materialidade específica da língua (contribuição inédita de Pêcheux)” (ZOPPI FONTANA, 2014, p. 28).

Neste momento, somos levados a discorrer sobre a noção de sujeito na ótica discursiva, visto que essa será uma noção imprescindível para compreender as formulações acerca do aborto, objeto proposto por este trabalho.

Pêcheux (2014, p. 121), ao desenvolver sua teoria do Discurso, compreende que “uma teoria materialista dos processos discursivos não pode, para se constituir, contentar-se em reproduzir, como um dos seus objetivos teóricos, o “sujeito” ideológico como ‘sempre-já dado’”. Assim, o autor articula sua reflexão sobre o sujeito a partir de três noções, a saber, “a subjetividade, a discursividade e a descontinuidade ciências/ideologias”, (Idem, p. 121, 122), propondo assim uma teoria não-subjetivista da subjetividade.

Explicuemo-nos. A concepção de sujeito adotada pela AD não corresponde à noção psicológica de um sujeito empírico, dono de si, mas de “um sujeito determinado por uma objetividade, que introduz as marcas das relações sociais através da ideologia, que por sua vez, desencadeia a inculcação inconsciente em cada indivíduo” (FLORÊNCIO, 2009, p. 52).

A compreensão da subjetividade adotada por Pêcheux visa romper com as visões idealistas, promovendo um deslocamento que resulta na articulação entre ideologia e inconsciente. Nesse sentido, de acordo com Ferreira (2019, p. 22, grifos da autora), Pêcheux sustenta a teorização de que “entre tais noções há um modo de constituição mútua que as mantêm paradoxalmente interligadas, ainda que sejam distintas – *a marca ideológica do inconsciente* e a *marca* inconsciente da *ideologia* andam juntas, são inseparáveis”. Essa conexão se dá, majoritariamente, por intermédio da linguagem, condição que nos permite afirmar que o discurso “é a objetividade feita subjetividade, através de um pôr social feito de linguagem” (FLORÊNCIO et. al., 2009, p. 48).

As conexões entre essas duas categorias nos levam a compreender, juntamente com Pêcheux (2014), o seu desenvolvimento, que é o “de dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências “subjetivas”*, devendo entender-se este último adjetivo não como que “afetam o sujeito”, mas “nas quais se constitui o sujeito”” (idem, p. 139, aspas e itálicos do autor).

Para pensar as “evidências subjetivas”, das quais trata Pêcheux, faz-se necessário compreender que elas produzem efeitos distintos no sujeito, visto que são produzidas, como já vimos, por meio da articulação entre duas regiões também distintas: ideologia e inconsciente. Tais evidências, segundo o autor, apagam o motivo pelo qual o sujeito é chamado à existência, que é a sua interpelação pela ideologia.

Na AD pècheuxtiana, o sujeito do discurso é compreendido como interpelado e/ou assujeitado, pois “a categoria de sujeito só é constitutiva de toda a ideologia na medida em que toda a ideologia tem por função (que a define) ‘constituir’ os indivíduos concretos em sujeitos” (ALTHUSSER, 1970, p. 94). Isto só é possível devido à inscrição do sujeito no simbólico, que, para Orlandi, consiste no primeiro passo para que o indivíduo “afetado pelo simbólico, na história, seja sujeito, se subjetive” (ORLANDI, 2012, p. 105).

Diante disso, temos um indivíduo que é interpelado em sujeito por meio da ideologia e este “é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas” (ORLANDI, 2005, p. 49).

Compreender o sujeito enquanto interpelado pela ideologia e pela língua significa dizer que ele sofre sempre a injunção à interpretação, no entanto, as condições desse processo não se dão da mesma forma, pois, segundo Orlandi (2012, p. 104), “a determinação histórica na constituição dos sentidos e dos sujeitos tem uma forma material concreta distinta nas diferentes formas sociais”.

Logo, pensar a categoria sujeito em Análise de Discurso pressupõe pensar que “o sujeito é sempre o sujeito de seu tempo e de sua sociabilidade” (FLORENCIO, *et. al.* 2009, p. 43), ou seja, esse sujeito será sempre determinado por meio das práticas sociais às quais está exposto. Isso nos permite tratar da forma-sujeito histórica, designação de L. Althusser, trabalhada por Pêcheux na AD, que compreende que “todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma de sujeito. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (ALTHUSSER, 1978, p. 67 *apud* PÊCHEUX, 2014, p. 150).

O sujeito produzido pela sociedade contemporânea é regido pelo modo de produção capitalista que, segundo Tonet (2007), por meio do regime democrático, transformou os indivíduos em cidadão. Assim, a maior aspiração do indivíduo baseia-se no desejo de tornar-se cidadão, visto que “cidadão é o indivíduo que tem direitos e deveres das mais diversas ordens e que tem no Estado a garantia de que estes direitos e deveres terão existência efetiva” (*idem*, p. 1). O paradoxo, no entanto, reside no fato de que, para que o sistema capitalista possa reproduzir-se, faz-se necessário a atuação de “homens livres, iguais e proprietários” (TONET, 1999, p. 89), para a realização de “um ato que, na essência, não é nem livre nem entre iguais”.

Em decorrência disso, para Orlandi, a forma-sujeito que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição, pois

O sujeito moderno – capitalista – é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade (ORLANDI, 2012, p. 104).

Como vimos na citação, a forma-sujeito produzida nessa formação social responsabiliza diretamente o sujeito por suas ações e situações nas quais se encontra exposto. É nesse sentido que, para efeito de ilustração da categoria referida, antecipamos o funcionamento de algumas formulações discursivas⁵ sobre o aborto que foram analisadas no capítulo 3, especificamente, na seção 3.2, intitulada *O Instagram como condições de produção do discurso sobre o aborto*.

⁵ No capítulo 3, apresentamos, de maneira mais detalhada, as páginas selecionadas para compor o *corpus* discursivo desta pesquisa.

Figura 1 – Páginas Iniciais do *Instagram*



Fonte: *Instagram* (2021)

Legenda:

1. “Frente Parlamentar Mista Contra o Aborto em Defesa da Vida. Desde a concepção até a morte natural!”
2. “Somos jovens como você, cansados dessa cultura de morte e em luta por um mundo de paz. Nossa geração vai acabar com o aborto! E você, tá dentro?”

Os discursos reproduzidos acima são parte da descrição da biografia de dois perfis do *Instagram*⁶, @ frentecontraoaborto e @geração_provida, que fazem parte do *corpus* da nossa pesquisa e que se denominam “defensores da vida”. A ideologia, materializada nestes discursos, funciona reforçando os princípios ideológicos da sociedade patriarcal, que se construiu, sobretudo, por meio do apagamento e da submissão das mulheres e seus corpos em detrimento da maternidade, que faz funcionar no discurso a forma-sujeito jurídico. Nesse sentido, os estudos de Magalhães revelam que

A força da ideologia patriarcal-machista, que através de instituições como a família, o Estado e a escola, principalmente, fixa o lugar da mulher na sociedade, já foi bastante explicitada por estudos na área de gênero. Por outro lado, os estudos na área do trabalho também já precisaram a importância da exploração da mão-de-obra feminina, quando se mantêm discursos como os estudados neste artigo, que naturalizam a maternidade, fenômeno essencialmente histórico-social, enaltecendo a mulher em suas tarefas domésticas (MAGALHÃES, 2009, p. 511).

Assim, ao aliar-se à formação social capitalista, que prevê um sujeito livre, com direitos e deveres, pois é dotado da forma-sujeito jurídico, tais discursos revestem o sujeito enunciator de autonomia para constituí-lo enquanto “sujeito de seu discurso”, responsável por suas escolhas.

No entanto, a subjetividade produzida pela sociedade vigente mostra, por meio dos enunciados: “somos jovens como você, cansados dessa cultura de morte e em luta por um mundo paz” e ainda “promover e defender a vida desde a concepção”, que a “constituição de

⁶ Os perfis podem ser encontrados através dos seguintes links: <https://www.instagram.com/frentecontraoaborto/> e https://www.instagram.com/geracao_provida/.

uma subjetividade autônoma ainda encontra sérios obstáculos para o gênero feminino, na medida em que representa a negação de estruturas simbólicas que a faz dependente do outro sexo” (MAGALHÃES, 2005, p. 10). Em virtude disso, nos voltamos a Pêcheux, para afirmar que é a ideologia materializada no discurso que

fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas. Ao dizer o EGO, isto é, o imaginário no sujeito (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade), não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma de autonomia* [...] (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 149, grifos do autor).

Por essa razão, compreendemos que o modo de interpelação do sujeito capitalista, pela ideologia, difere do modo de interpelação do sujeito medieval, por exemplo, visto que, “embora o sujeito, na maioria das vezes, tenha a ilusão de autonomia, em sociedades divididas em classes, todas as escolhas, das mais pessoais – como a quem se pode amar, até as econômicas, à forma de explorar o trabalhador – são determinações sociais” (FLORÊNCIO *et al* 2009, p. 51).

No entanto, não é somente a instância ideológica que faz parte do processo de interpelação do sujeito. Pêcheux irá demonstrar, por meio das leituras de Freud e Lacan, o funcionamento do inconsciente nesse processo, que, segundo o autor, se dá através do conceito de “esquecimentos”, chamados, em AD, de esquecimento número 1 e esquecimento número 2.

O esquecimento número 2 é considerado como da ordem da formulação e está no nível do pré-consciente/consciente, posto que o sujeito se esquece que há outras formas disponíveis de formular seu dizer, assim como também de que há outros sentidos possíveis. Observemos o que nos diz Pêcheux:

Concordamos em chamar esquecimento n° 2 ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada* (PÊCHEUX, 2014, p.161, grifos do autor).

O esquecimento número 1 é, também, chamado de esquecimento ideológico e corresponde à ordem do inconsciente, visto que é por meio dele que o sujeito tem a ilusão de ser fonte de seu dizer. É por meio desse esquecimento que sentidos e sujeitos se constituem.

Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o *esquecimento n° 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento n°1* remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão (PÊCHEUX, 2014, p. 162).

Conforme foi salientado, o funcionamento ideologia/inconsciente possibilita ao analista do discurso investigar os limites e aproximações entre essas zonas do conhecimento “e o caminho para essa aproximação vai se dar precisamente pela *linguagem*, enquanto *forma material*” (LEANDRO FERREIRA, 2019, p. 22).

A concepção discursiva de sujeito, nos lembra Orlandi (2005, p. 49), é pensada enquanto “posição” sujeito, ou seja, não devemos nos dirigir ao sujeito enquanto pessoa, na sua forma concreta, mas sim “a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz”. A partir da reflexão acima, compreendemos que a natureza do sujeito discursivo é permutável, pois “a posição-sujeito e o sentido são relativos à inscrição a uma formação discursiva”⁷ (ORLANDI, 2006, p.17). Atentemo-nos para o exemplo que nos fornece Orlandi:

Quando falo a partir da posição de “mãe”, por exemplo, o que digo deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras, de modo equivalente a outras falas que também o fazem da mesma posição. Quando, ao abrir a porta para um filho altas horas da madrugada, a mãe fala “Isso são horas?” ela está, na posição-mãe, falando como as mães falam. Exatamente. Podemos até dizer que não é a mãe falando, é sua posição. Ela está sendo dita. E isso a significa. Isso lhe dá identidade. Identidade relativas a outras: por exemplo na posição de professora, atriz etc. (ORLANDI, 2005, p. 49).

Perante isso, ressaltamos que esse funcionamento dos sujeitos se dá através das formações imaginárias, que de acordo com Pêcheux (1997, p. 82) “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. Desse modo, o filósofo aponta que todo processo discursivo pressupõe o funcionamento das formações imaginárias. Abaixo, reproduzimos a tabela desenvolvida pelo autor para representá-las.

⁷ Mais adiante, trabalhamos as noções de Formação Discursiva (FD) e Formação Ideológica (FI).

Tabela 1 – Representação das Formações Imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente	
A	$I_A (A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_A (B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B	$I_B (B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	$I_B (A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: (Pêcheux, 1997, p. 83)

Conforme observamos na tabela acima, as formações imaginárias produzem a imagem nos/dos sujeitos que interagem entre si dentro de uma situação discursiva, marcada por uma formação social. Logo, temos a imagem de A enquanto locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) e também a imagem de B enquanto interlocutor (quem é ele para que me fale assim?). Nesse contexto, as formações imaginárias agem por meio de projeções, as quais possibilitam ao sujeito mover-se do lugar (empírico) para a posição (discursiva). Para Indursky (2019, p.170, grifos da autora), as formações imaginárias, “ao atravessarem o discurso, acabam por refletir *as relações de força que se manifestam através das relações de sentido.*”

Desse modo, ao pensar o funcionamento das imagens que constituem as diferentes posições ocupadas pelos sujeitos, podemos apontar diferentes possibilidades de sentidos, visto que a nossa formação social capitalista-patriarcal é, fundamentalmente, embasada nas hierarquias e nas relações de poder. Nesse sentido, por meio da relação discursiva é possível compreender o motivo, por exemplo, de algumas mulheres, reproduzirem o discurso machista, pois se trata da posição discursiva produzida pelo imaginário social vigente.

A esse respeito, Grigoletto (2005, p. 156) aponta em seus estudos que “o sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo do seu discurso. Então, é pela prática discursiva que se estabiliza um determinado lugar social/empírico”. Nesse sentido, não podemos conceber o lugar discursivo como homogêneo e/ou similar, “devemos tomar o lugar discursivo como um espaço constitutivamente heterogêneo” (op. cit. p. 158), visto que as próprias práticas sociais, na

formação social capitalista, são marcadas pelas contradições. A pesquisadora ainda ressalta que o lugar discursivo é marcado pelo deslocamento do espaço empírico para o espaço discursivo, o que compreende a relação íntima de constituição entre ambos, visto que “o lugar social é efeito da prática discursiva, mas, ao mesmo tempo, o lugar discursivo também é efeito da prática social” (GRIGOLETTO, 2005, p. 158).

A nível de exemplificação, reproduziremos, aqui, o quadro elaborado pela autora para representar a relação e a distinção entre o lugar social e o lugar discursivo.

Quadro 1 – Distinção entre lugar social e lugar discursivo



Fonte: (Grigoletto, 2005, p. 161)

No quadro acima, a autora retrata que o lugar social está situado no interior de uma formação social, que, por sua vez, integra o espaço empírico. No entanto, convém observar que as setas verticais, em nossa leitura, representam a relação hierárquica entre as diferentes formações ideológicas e as relações de poder institucionais que irão agir “determinando o lugar social que o sujeito ocupa na sociedade” (GRIGOLETTO, 2008, p. 161).

Entrelaçado a isso, a formação discursiva abrange o espaço discursivo, lugar onde se relacionam a forma-sujeito, as posições-sujeito e o lugar discursivo, que consiste no lugar de trabalho do analista do discurso, pois, conforme aponta Grigoletto (2008, p.164) “quando temos o movimento do sujeito com a forma-sujeito, através da categoria do lugar discursivo, estamos na ordem da constituição do discurso e, no movimento do sujeito com as posições, estamos na

ordem da formulação⁸”, noções teóricas de grande importância para compreensão do *corpus* analítico.

Destacamos, aliás, que o conceito de formação discursiva (FD) é fundamental para o desenvolvimento teórico da AD e por esse motivo merece a nossa atenção. Conforme aponta Courtine (2014), foi em 1969, nos estudos de M. Foucault, especificamente na obra *Arqueologia do Saber*, que se encontra fora dos domínios da AD, que o termo surgiu pela primeira vez.

Nesse sentido, podemos afirmar que M. Pêcheux parte das teorizações de M. Foucault sobre as formações discursivas, no entanto, o autor problematiza e reelabora o conceito a partir do ponto de vista da contradição, fato que o distanciará do conceito pensando inicialmente por Foucault.

Pêcheux, no momento inaugural da AD, ao mobilizar as relações entre discurso e ideologia, irá concluir que as ideologias possuem uma “existência material”, o que equivale dizer que as formações ideológicas (FI)

[...] comportam, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou mais *formações discursivas* interligadas, que determinam *aquilo que se pode e se deve dizer* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (PÊCHEUX, FUCHS, 1997, p. 166).

Como vimos, nessa definição, Pêcheux aponta que as formações discursivas são componentes das formações ideológicas, ou seja, que estão inscritas em determinado aparelho ideológico e filiadas a uma determinada classe, visto que “as FI têm um caráter ‘regional’ ou específico e comportam posições de classe” (COURTINE, 2014, p.72).

Em *Semântica e Discurso*, o autor retoma o conceito de FD e mobiliza duas teses para pensar a noção de formação discursiva (FD). A primeira aponta que “*as palavras, expressões proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*” (PÊCHEUX, 2014, p. 146-147). A segunda demonstra que “*toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas*” (Idem, p. 148-149).

É por meio da primeira tese que compreendemos o processo de produção dos sentidos, uma vez que “as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas” (ORLANDI, 2005, p. 43). Ainda na primeira tese, Pêcheux aponta que é no interior das formações discursivas que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-

⁸ No capítulo 4, retomamos a noção de lugar discursivo e a sua relação com as posições-sujeito, em virtude do nosso objetivo de analisar as formulações acerca do aborto.

falantes (em sujeitos de *seu* discurso)” (PÊCHEUX, 2014, p. 147), ao se inscreverem em uma posição-sujeito determinada e não em outra.

Na segunda tese, o autor traz que é próprio do funcionamento das formações discursivas dissimular, por meio da transparência do sentido, a sua dependência com respeito ao interdiscurso, ou seja, o “*todo complexo com dominante*, e seu caráter de “desigualdade-contradição-subordinação”. Desse modo, Pêcheux propõe

[...] chamar interdiscurso a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que, como dissemos, caracteriza o complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 2014, p. 149).

Desse modo, o interdiscurso representa algo que fala “sempre antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 2014, p. 149), ou seja, o saber discursivo que torna possível todo dizer. Assim, é por meio da articulação entre o interdiscurso e uma FD que um sujeito enunciador ao produzir determinada sequência discursiva (já dita antes) “se apropria para deles fazer objetos de seu discurso” (COURTINE, 2014, p. 74).

Pelo que discutimos, até esse momento, podemos agora avançar para a compreensão da relação proposta pela AD entre sujeito e sentido, visto que, conforme já pontuamos anteriormente, o sujeito, em AD, possui um caráter oscilante na sua constituição, assim como os sentidos. Para Orlandi (2012, p.103), é isso que significa “a determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos: nem fixados ad eternum, nem desligados como se pudessem ser quaisquer uns. É porque é histórico (não natural) é que muda e é porque é histórico que se mantém.”

Neste ínterim, convém ressaltar que, além da evidência dos sujeitos, produzida pela relação ideologia/inconsciente, há uma outra evidência que é apontada por Pêcheux, a evidência do sentido, que, por sua vez, produz a ilusão de transparência do enunciado/discurso, que age atribuindo às palavras um único e verdadeiro sentido, apagando as múltiplas possibilidades de interpretação.

Por isso, para a AD, a produção do sentido é compreendida como inerente ao do sujeito. É o que nos explica Pêcheux (2014, p. 140), quando afirma que “todo o nosso trabalho encontra aqui sua determinação pela qual a questão da constituição do sentido se junta à da constituição do sujeito”, visto que é, por meio das filiações ideológicas dos sujeitos, em determinadas situações, que podemos verificar quais são os sentidos que estão sendo produzidos. Dessa forma, a compreensão do sentido leva M. Pêcheux à seguinte constatação:

É a ideologia que, através do “hábito” e do “uso, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*, e isso às vezes, por meio de “desvios” linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada de jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamamos *o caráter material do sentido*, das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 146).

Como vimos, o papel da ideologia na constituição do sentido não se dá de maneira homogênea, nem transparente. Assim, o que se espera do analista é que “ele atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito” (ORLANDI, 2005, p. 61), para compreender o funcionamento da opacidade da linguagem e, por sua vez, o não esgotamento dos sentidos.

Faz-se necessário ressaltar que a compreensão do assujeitamento trabalhada em AD, embora conceba o sujeito como interpelado historicamente, todavia, não o pressupõe como um sujeito robotizado, incapaz de responder de maneira assertiva. O sujeito, para a AD, embora assujeitado, “resiste na/pela língua. Por isso, analisar as formas de resistência a partir da perspectiva da Análise do Discurso (AD) passa, necessariamente, pela questão do sujeito, mas também pela materialidade da qual ele se apropria, ou com a qual se depara para resistir” (GRIGOLETTO *et.al.*, 2019, p. 8). É o que nos aponta Pêcheux no artigo “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, publicado como anexo 3, na obra “Semântica e Discurso”. Vejamos:

Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra” é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (e o mínimo que se pode dizer é que os exemplos são abundantes, seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, na lição pedagógica ou no discurso político...) (PÊCHEUX, 2014, p. 277).

É nesse sentido que o sujeito, condenado a interpretar, busca respostas e faz escolhas, por meio de seu lugar no mundo, ou seja, seu lugar social. Distintamente do que pensam os críticos da AD, o sujeito tem a capacidade de resistir aos processos de interpelação que lhe são anteriores, ele é capaz de romper com a formação discursiva na qual foi constituído, por meio da contra-identificação e da desidentificação⁹. Para pensar a categoria resistência, faz-se necessário nos desprendermos da visão que ela somente habita os grandes feitos, as grandes revoluções. Pêcheux, ao promover o deslocamento da nossa visão para os pequenos gestos do

⁹ A noção de contra-identificação é denominada por Pêcheux como a que caracteriza o “mau sujeito”, pois corresponde ao fato do sujeito do discurso se contra-identificar com a FD que lhe foi imposta. A desidentificação, por sua vez, corresponde a uma ruptura do sujeito do discurso com determinada FD.

cotidiano nos possibilita vislumbrar a sutileza do ato de resistir. O filósofo descreve alguns atos de resistência:

As resistências: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

É importante frisar que a compreensão de Pêcheux sobre a resistência advém das suas convicções políticas, uma de suas grandes paixões. Segundo Ferreira (2016, p. 29) “foi a política que o fez abraçar, até mesmo de forma contraditória, alguns autores e se afastar de outros; foi a política que o moveu a construir um dispositivo ancorado no materialismo histórico”. Essa influência política pode ser vista, em *Semântica e Discurso*, e, especificamente, na última citação do autor, onde lemos: “não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’” (PÊCHEUX, 2014, p. 281). Essa afirmação, que também pode ser lida como um convite à luta, revela o esforço teórico empreendido por Pêcheux para desenvolver os dispositivos teóricos da AD e ampliá-los para a dimensão prática da luta de classes. Esse empenho de Pêcheux pode ser observado em toda a sua trajetória teórica, visto que “ele nunca abriu mão de suas convicções políticas na vida e na teoria, nunca perdeu seu caráter revolucionário e militante, nunca deixou de ousar se revoltar” (LEANDRO FERREIRA, 2016, p. 29).

Por fim, antes de finalizarmos esta seção, realizamos uma breve descrição sobre como a noção de história é compreendida na teoria do discurso de linha francesa. Para Pêcheux, a noção de história “só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classe sobre o que se pode chamar as “práticas linguísticas” inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação social dada” (PÊCHEUX, 2014, p. 22).

A citação acima demonstra que a noção pensada por Pêcheux está em conformidade com a concepção de história derivada do Marxismo, visto que, para Marx, “os homens são os artífices de sua própria história. [...] quando os homens transformam a realidade, tipicamente por meio do trabalho, também se modificam e se constroem como seres humanos” (LESSA; TONET, 2011, p. 51). Logo, interessa a Pêcheux o processo de “reprodução-transformação das relações de produção existentes” (2014, p. 274), assim como também as contradições de classes provindas desse processo.

Para Sobrinho (2014, p. 40), “essa inscrição é uma busca de não excluir a História, o sujeito e a sociedade, nem recobrir a política e a ideologia, como o fizeram o sociologismo e logicismo em Linguística, e o conteudismo em Psicologia e Ciências Sociais”. O autor ainda aponta que a preocupação de Pêcheux ao traçar sua trajetória, assumindo uma postura científica e política na qual a ideologia, a produção de conhecimentos científicos e a prática política revolucionária do proletariado estão presentes, se mostra de extrema importância para que a AD “não se reduza a uma posição idealista dissimulada de ‘materialismo’ em Linguística e/ou motivada por ‘ecletismos’ filosóficos que [...] se distanciam cada vez mais das forças sociais” (SOBRINHO, 2016, p. 90). Observemos o que também nos diz Courtine acerca da filiação da AD ao materialismo histórico.

Se a Análise do discurso está ligada a objetos atravessados pela luta de classes, se, em Análise do discurso político, todo discurso concreto remete a uma posição determinada na luta ideológica de classes, então é bem possível que o sentido primeiro de uma intervenção do materialismo histórico nesse campo teórico-prático seja o de lhe devolver os princípios, esquecidos de maneira diferente pelo sociologismo ou pelo teorismo, *da primazia da contradição sobre os contrários*, bem como do *caráter desigual da contradição* (COURTINE, 2014, p. 35).

Portanto, a contradição de que nos fala Pêcheux e, posteriormente Courtine, tem origem nas relações socioeconômicas, que ocorre por meio do trabalho, existentes entre a classe trabalhadora e o capital. Nesse sentido, Marx (2010), no artigo *Trabalho assalariado e Capital*, aponta a relação capital *versus* trabalho ao questionar-se: “o que se passa na troca entre capitalista e operário assalariado?” Logo, temos a resposta.

O operário recebe meios de subsistência em troca da sua força de trabalho, mas o capitalista, em troca dos seus meios de subsistência, recebe trabalho, a atividade produtiva do operário, a força criadora por meio da qual o operário não só restitui o que consome, mas também dá *ao trabalho acumulado um valor superior ao que ele anteriormente possuía*. O operário recebe do capitalista uma parte dos meios de subsistência existentes. Para que lhe servem esses meios de subsistência? Para seu consumo imediato. Mas logo que eu consumo os meios de subsistência, eles ficam irremediavelmente perdidos para mim [...] (MARX, 2010, p. 48).

Na citação acima, o autor descreve o antagonismo existente entre as classes, pois à medida que a classe trabalhadora cede sua força reprodutiva ao capital para garantia de sua sobrevivência, ela a perde, visto que “um operário numa fábrica de algodão só produz algodão? Não, produz capital. Produz valores que de novo servem para comandar o seu trabalho e, por meio deste, para criar novos valores” (MARX, 2010, p.49). Logo, “o capital só pode se multiplicar sendo trocado por força de trabalho, criando o trabalho assalariado. A força de trabalho do operário assalariado só pode ser trocada por capital, multiplicando-o, fortalecendo o poder de que ele é escravo” (MARX, 2010, p.49).

É nesse sentido que a relação entre o trabalho assalariado e o capital é considerada uma relação de codependência, visto que “o capital pressupõe, portanto, o trabalho assalariado; o trabalho assalariado pressupõe o capital. Eles determinam-se reciprocamente” (MARX, 2010, p. 49).

Voltando-se, novamente, para a AD, podemos compreender a necessidade da presença do materialismo histórico nos estudos da teoria do discurso, visto que Pêcheux compreende que o “duplo princípio” da “contradição constitui um princípio teórico que intervém na representação do real histórico, mas também um objeto de análise, no sentido que é a contradição desigual entre formações discursivas antagonistas” (COURTINE, p. 35, 36). É nesse sentido que Pêcheux, pensando as contradições que emergem das relações do cotidiano, articula o fazer ciência e o fazer política, pois compreende que as contradições dos processos discursivos resultam das contradições da formação social capitalista. A respeito disso, Sobrinho (2016) enfatiza que

As contradições do discurso são próprias das contradições da vida material, por isso, para compreender o movimento do discurso, é preciso compreender **firmemente** as contradições de classe (no conflito material e ideológico entre burguesia e proletariado) e, sobretudo, como o Estado representa as classes e os interesses do capital na conjuntura histórica (SOBRINHO, 2016, p.97, negritos do autor).

Desse modo, compreendemos que a produção de conhecimento em Análise do Discurso pautada pela “crítica revolucionária é uma maneira de nos confrontar com o real sócio-histórico, ousando pensar, suportando o que venha a ser pensado e, sobretudo, se revoltando para efetivar a transformação” (SOBRINHO, 2016, p. 99). Nesse sentido, compactuamos com o pensamento de Sobrinho (2016, p. 93), quando afirma que é necessário “aprofundar com firmeza as análises das condições históricas de produção do discurso e compreender, junto à perspectiva marxiana, que o discurso está sempre imbricado com os interesses, posições e lutas de classes”.

Na próxima seção nos debruçamos sobre “a via *crucis* do corpo”, a fim de compreender a trajetória de sentidos sobre o corpo feminino e os discursos sobre o aborto.

2.2 A VIA CRUCIS DO CORPO

É interessante pontuar nesta seção do trabalho que descreve “Os discursos produzindo o corpo”, como, por meio de práticas discursivas – e também não discursivas – o corpo, especificamente, o feminino, foi/é construído historicamente ao longo do tempo. As práticas não discursivas podem ser lidas como as agressões e perseguições vivenciadas pelas mulheres no decorrer da história.

Quando pensamos o corpo como algo construído, partimos da teorização de dois campos teóricos: os Estudos Culturais e a História do Corpo. Na perspectiva de Goellner, em *A produção cultural do corpo*, a autora afirma que

Um corpo não é apenas um corpo. É também seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos..., enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas (GOELLNER, 2013, p. 31).

Consoante a isso, convém ressaltar que os estudos culturais do corpo não ignoram a sua perspectiva biológica, entretanto não a tomam como definidora central do que seja um corpo. Os estudos culturais, pressupõem, sobretudo, ir além daquilo que é dado como natural, visto que “o corpo não é algo que está dado a priori” (GOELLNER, 2010, p. 73), pois, para a autora, ele é resultado de uma construção que produz marcas nos sujeitos, distinguindo-os uns dos outros por meio de diferentes aspectos, que não estão somente no interior, mas também estão em seu entorno e seu contorno.

Nesse sentido, podemos afirmar que tais aspectos são condicionados a partir de diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas e políticas e também por meio dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos. O que nos leva a compreensão do corpo como

provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz (GOELLNER, 2013, p. 30).

Mediante as múltiplas transformações socioculturais que nossos corpos são alvos no decorrer dos tempos, Goellner (2013) aponta como exemplo o fato de que, por muito tempo, não era recomendado às mulheres realizarem atividades corporais e esportivas (a ginástica, os esportes e as lutas), pois poderiam ser prejudiciais à natureza de seu sexo. Tais explicações foram calcadas na biologia do corpo, que o representava “como frágil, não pela tenacidade de seus músculos, pela sua maior ou menor capacidade respiratória ou, ainda, pela envergadura de seus ossos, mas pelo discurso e pelas representações de corpo feminino que nesse momento se operam” (GOELLNER, 2013, p. 33). Em virtude dessas explicações advindas da biologia, que declaram que o sexo feminino é biologicamente “frágil”, tecem-se representações acerca das mulheres e de seus corpos, que corroboraram com as desigualdades de gênero.

Ainda, segundo Goellner (2013, p. 31), o corpo é também construído por meio da linguagem, visto que, “a linguagem não apenas reflete o que existe. Ela própria cria o existente

e, com relação ao corpo, a linguagem tem o poder de nomeá-lo, classificá-lo, definir-lhe normalidades e anormalidades”. É por meio da linguagem que são criadas as imagens do que é ser belo e/ou feio, do aceitável e do não aceitável, da moral e do imoral dentro de uma sociedade.

Uma dessas imagens criadas historicamente segue sendo a imagem da mulher-mãe, que foi produzida inicialmente por meio dos discursos da biologia e, posteriormente, passou a causar um impacto muito forte em nossa sociedade, visto que a maternidade, em sociedades patriarcais, é considerada a razão da existência das mulheres. Na contramão, aquelas que renunciam a maternagem e/ou adotam uma postura contrária a prevista pela ordem dominante, pois não se reconhecem no papel de esposa-mãe, são constantemente reprimidas e suas feminilidades postas em questão.

Essa repressão é compreendida, na leitura de Ana Maria Colling, como fruto de um contexto social, no qual são construídas ou excluídas as imagens sociais dos sujeitos. Segundo a autora, “como o corpo é o primeiro lugar da inscrição, a sociedade sempre leu, encarou a mulher a partir de seu corpo e de suas produções, fechando-a na reprodução e na afetividade” (COLLING, 2014, p. 27).

Sabemos que, desde o início da humanidade, a História foi contada e escrita por homens e, dessa forma, estes descreveram as mulheres à sua maneira, ignorando-as, silenciando-as, excluindo-as, para depois as tornarem menores e invisíveis na/para a história.

Diante disso, compreendemos que “um corpo se produz tanto do imaginário que existe em torno dele, como das variadas práticas que se articulam em espaços definidos, em ritmos, em modos de vestir e de utilizar a língua, em leituras, em gestos, em olhares permitidos e proibidos” (COLLING, 2014, p. 26-27). Nesse sentido, nos debruçamos sobre a construção histórica do corpo, partindo do pressuposto de que “o corpo feminino é um texto histórico, escrito diversamente ao longo do tempo” (COLLING, 2014, p. 27).

Para isso, trazemos um percurso sobre alguns dos principais discursos que corroboraram historicamente para a inferiorização do corpo feminino. Dentre eles, estão os discursos dos gregos, dos religiosos, dos médicos e, por fim, os discursos psiquiátricos/psicanalíticos, pois é notório que “a fim de provar a inferioridade da mulher, os antifeministas apelaram não somente para a *religião*, a filosofia e a teologia, como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia experimental etc.” (BEAUVOIR, [1949], 2016, p. 20).

De acordo com as teorizações de Colling (2014), em sua obra *Tempos diferentes, discursos iguais*, na cultura grega, o discurso filosófico sempre preocupou-se com as questões relativas à origem dos homens e da diferença sexual. Desse modo, a historiadora aponta que

Platão (427-347 a. C), em sua famosa obra *A República*, sugere que a educação de homens e mulheres seja dada de maneira igual, pois compreende que “a diferença de sexo não implica em diferentes atitudes” (COLLING, 2014, p. 47). Essa afirmação de Platão foi bastante criticada por seus pares que acreditavam que as mulheres não deveriam receber a mesma educação que os homens.

No entanto, quando se trata de saber e poder, a autora aponta que Platão, ao dialogar com seus interlocutores sobre quem seriam os responsáveis por governar a cidade, as mulheres não eram mencionadas, pois o filósofo afirmava que “não há na administração da cidade nenhuma ocupação [...] própria da mulher, enquanto mulher” (PLATÃO, 1993, p. 220). Para o filósofo, as mulheres seriam incapazes de governar a cidade, pois não possuíam as qualidades naturais para isso, ou seja, não nasceram para governar, mas sim para serem governadas.

Segundo o pensamento filosófico de Platão, as qualidades naturais dos seres estão divididas de modo semelhante entre os homens e as mulheres. Assim sendo, eles são capazes de realizar os mesmos feitos, contudo, “a mulher participa de todas as atividades, de acordo com a natureza, e o homem também, conquanto em todas elas a mulher seja mais débil do que o homem” (PLATÃO, 1993, p. 220).

A depreciação de Platão se estende para com as habilidades e as ocupações realizadas pelas mulheres, que, na época, se resumiam à maternidade e os cuidados com o lar, visto que elas eram excluídas da vida política e social. Vejamos o que menciona Platão nos discursos transmitidos à República:

–Sabes, de entre as ocupações humanas, alguma em que o sexo masculino não sobreleve o feminino? Ou vamos perder tempo a falar da tecelagem ou da arte da doçaria e da culinária, nas quais parece que o sexo feminino deve marcar, e, quando é derrotado, não há nada de mais risível? (PLATÃO, 1993, p. 220).

Platão afirma que a condição natural da inferioridade da mulher se dá por meio do seu “útero errante” e a sua capacidade de reprodução. Logo, para o filósofo, “é porque ela produz seres humanos que ela tem dificuldades em produzir conceitos, em pensar” (COLLING, 2014, p. 50). Assim, o pensador grego, além de contribuir negativamente para a imagem cultural da mulher, também categoriza os papéis de gênero.

O interesse e a curiosidade de Platão sobre o corpo feminino deram origem à obra *Timeu* (360 a. C), na qual o autor reúne seus estudos e teorizações acerca da “natureza feminina”. Nesta obra, ele justifica que a razão da diferenciação entre homens e mulheres ocorre, principalmente, por meio do corpo, conforme podemos observar abaixo:

É por isso que a natureza das partes íntimas dos homens é desobediente e autónoma, semelhante a um ser-vivo desobediente da razão, e empreende dominá-lo por meio destes apetites acutilantes. Pelas mesmas razões, *aquilo a que nas mulheres se chama “matriz” ou “útero”, um ser-vivo ávido de criação*, quando está infrutífero durante muito tempo além da época, torna-se irritado – um estado em que sofre terrivelmente. Em virtude de vagarear por todo o lado no corpo e bloquear as vias de saída do sopro respiratório, não o deixando respirar, atira-o para extremas dificuldades e provoca-lhe outras doenças de toda a espécie até que o apetite e o desejo amoroso de cada um deles se reúnam para colherem o fruto, como de uma árvore, e semearem na matriz, como num campo lavrado, os seres-vivos invisíveis (por causa da sua extrema pequenez) e ainda informes, os quais depois separam e alimentam dentro de si, tornando-os grandes; depois disto, dão-nos à luz e completam a geração dos seres-vivos. Assim nasceram as mulheres e todas as fêmeas. (PLATÃO, 2011, p. 209, grifos meus).

Tais afirmações revelam o carácter patriarcal e misógino do pensador, que, ao descrever as mulheres pela anatomia de seus corpos, as reduz à sua capacidade de concepção, ou seja, a “matriz ou útero ávido de criação”.

É interessante pontuar que os estudos de Platão irão subsidiar a forma de pensamento de toda a sociedade grega de sua época e a força de seus argumentos irá (re)formular a ciência médica.

Seguindo a nossa trajetória sobre os discursos dos gregos, apresentamos, brevemente, outro renomado filósofo e seu pensamento acerca das mulheres. Nos debruçamos, neste momento, sobre alguns trechos de um grande clássico da filosofia política: *A política*, de Aristóteles.

Na teoria de Aristóteles (384-322 a. C), a natureza é determinante das relações de poder. Mediante isso, o filósofo aponta três tipos de relações encontradas no seio familiar, primeira forma de convívio em sociedade experimentada pelo homem, que são consideradas naturais e deveriam ser expandidas como modelos de economia para as cidades. As relações apontadas pelo autor são: a relação senhorial (senhor-escravo), a paternal (pai-filhos) e a conjugal (marido-esposa).

As relações apontadas acima são justificadas por meio da autoridade do homem que, na concepção de Aristóteles, está naturalmente mais apto para governar. Nesse sentido, “a relação entre o homem e a mulher consiste no facto de que, por natureza, um é superior e a outra inferior, um, governante, outra, governada” (ARISTÓTELES, 1998, p. 63). Nas relações paternal e conjugal, “o pai e marido governa a mulher e os filhos, ambos como pessoas livres, mas não com a mesma forma de autoridade: governa a mulher como cidadão, os filhos como súbditos” (ARISTÓTELES, 1998, p. 91), o que era diferenciado na relação senhorial, à medida que os escravos eram por natureza despossuídos de seus corpos.

A divisão de ocupações destinadas aos sujeitos em *A política* é fundamentada na alegação de que “o escravo não tem faculdade deliberativa; a mulher tem-na, mas não tem

faculdade de decisão; a criança tem capacidade de decisão, mas ainda não desenvolvida” (ARISTÓTELES, p. 1998, p. 95). Mediante esse cenário, questionamo-nos, juntamente com Colling (2014, p. 56), “qual a diferença entre a ausência de faculdade deliberativa do escravo e a ausência de autoridade na mulher?” Ainda, segundo Colling (2014, p. 56), “para os gregos, e Aristóteles em especial, a inferioridade feminina se dá em todos os planos – anatomia, fisiologia, ética”.

Em sua obra *A História dos Animais*, ele promove um exame sobre os corpos femininos, através dos estudos e das análises de espécies zoológicas. O pensador visa descrevê-las e compará-las por meio das categorias: gênero e espécie. Colling (2014, p. 56) aponta que “a comparação entre masculino e feminino é realizada salientando-se as suas diferenças e a mulher aparece como o corpo mais débil, mais fraco”.

Assim, podemos observar que, tanto em Platão como em Aristóteles, “a fêmea é fêmea em virtude de certa *carência* de qualidades, diz Aristóteles. Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de uma certa deficiência natural” (BEAUVOIR, [1949] 2016, p.12, grifos da autora).

Faz-se importante lembrar que os discursos dos gregos sobre os corpos femininos e a imagem da mulher que estes criaram influenciaram não somente os costumes culturais da época, como também os preceitos morais e jurídicos. Devido ao prestígio conquistado, o discurso aristotélico foi, e segue sendo, uma grande influência para outros filósofos e pensadores do século XVIII, como Voltaire e J.J. Rousseau.

Chamamos a atenção para Jean-Jacques Rousseau, importante teórico político, que utiliza o contrato social como argumento para a constituição de uma sociedade política autêntica. No entanto, o que nos interessa aqui é a parte menos conhecida da teoria de J.J. Rousseau, que trata, especificamente, da desigualdade de gênero. Na teoria de J.J. Rousseau, não convém para as mulheres, devido à sua natureza, a participação na vida política. Mediante isso, ele promove uma distinção entre os espaços público e privado, sendo aquele destinado aos homens e este, às mulheres.

Em sua obra intitulada *Emílio – da educação*, publicada em 1762, o filósofo discorre pedagogicamente sobre o lugar social da mulher e os cuidados que elas deveriam ter em relação à educação dos filhos. Conforme aponta Souza (2015, p. 150), “Rousseau não deixa dúvidas de que, no seu pensamento, a desigualdade entre os sexos, o confinamento da mulher no espaço doméstico e a inferioridade do sexo feminino possuem como fundamento a natureza e a razão”.

Perante isso, o filósofo elabora, em sua obra, um sofisticado discurso sobre a razão da inferioridade feminina, insistindo que as mulheres devem aceitar o destino que lhes foi imposto

pela natureza, pois, para o pensador, “o domínio das mulheres não lhes cabe porque os homens o quiseram, mas porque assim o quer a natureza: já lhes pertencia antes que parecessem tê-lo” (ROUSSEAU, 1995, p. 427).

Como vimos, o discurso patriarcal dos gregos colaborou para a construção de “verdades” sobre o gênero feminino. O pensamento aristotélico, especificamente, serviu como referência para a filosofia escolástica, presente na Igreja Católica, na criação de seu modelo de homem e de mulher. Em vista disso, damos seguimento à nossa trajetória sobre a construção histórica do corpo feminino, no entanto, a partir deste momento, a compreendemos sob a perspectiva dos discursos religiosos.

O cristianismo – através da Igreja Romana – colaborou, de maneira incisiva, para a perpetuação dos discursos de inferioridade da mulher. No período medieval, o pensamento de Platão e Aristóteles foi “incorporado pela Igreja num perfeito casamento entre o discurso filosófico e o religioso” (COLLING, 2014, p.63). Os cristãos, baseados no relato do Gênesis não deixavam a sociedade esquecer que Deus criou a primeira mulher, Eva, a partir da costela de Adão, como podemos observar abaixo:

E disse o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só: far-lhe-ei uma adjutora que esteja diante dele [...]. Então o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e este adormeceu: e tomou uma das suas costelas, e cerrou a carne em seu lugar; E da costela que o Senhor Deus tomou do homem, formou uma mulher: e trouxe-a a Adão (BÍBLIA, Gênesis, 2:18, 21-22).

Nesse contexto, essa seria, na visão dos religiosos, a causa da inferioridade da mulher, ou seja, da sua submissão ao homem. No entanto, a postura que Beauvoir (2016) assume em seus estudos revela que,

Todos os mitos da criação exprimem essa convicção preciosa do macho e, entre outras, a lenda do Gênesis que, através do cristianismo, se perpetuou na civilização ocidental. Eva não foi criada ao mesmo tempo que o homem; não foi fabricada com uma substância diferente, nem com o mesmo barro que serviu para moldar Adão: ela foi tirada do flanco do primeiro macho. Seu nascimento não foi autônomo; *Deus não resolveu espontaneamente criá-la com um fim em si e para ser por ela adorada em paga: destinou-a ao homem* (BEAUVOIR, [1949], 2016, p. 201, grifos meus).

Podemos observar que o contexto da narrativa da criação é relatado por meio de um enquadramento sexista, no qual é retirada da mulher a sua capacidade de procriação e esta é atribuída ao primeiro homem: Adão. Foi nesse argumento que os religiosos se ampararam durante anos para justificar a submissão das mulheres.

Ainda, nos dias atuais, na maioria das instituições religiosas, podemos ouvir resquícios desse discurso, seja por meio dos ensinamentos na escola bíblica, nas pregações e, principalmente, na distribuição e hierarquias dos cargos ocupados pelos fiéis, visto que “a igreja

reserva a autoridade da pregação aos clérigos e os instrui para isso; as mulheres constituem seus auditórios mudos” (COLLING, 2014, p. 63). Abaixo, podemos conferir alguns trechos das Epístolas de São Paulo, que são lidos nas igrejas, nos quais o apóstolo faz referência às mulheres. Vejamos:

1. Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos, como ao Senhor; Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja: sendo ele próprio o salvador do corpo. De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos (BÍBLIA, Efésios, 5:22,23,24).
2. A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E Adão, não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. Salvar-se-á, porém dando à luz filhos, se permanecer com modéstia na fé, na caridade e na santificação (BÍBLIA, 1Timóteo, 2:11,12,13,14,15).
3. As mulheres idosas, semelhantemente, que sejam sérias no seu viver, como convém a santas, não caluniadoras, não dadas a muito vinho, mestras no bem; Para que ensinem as mulheres novas a serem prudentes, a amarem seus maridos, a amarem seus filhos, a serem moderadas, castas, boas donas de casa, sujeitas a seus maridos, a fim de que a palavra de Deus não seja blasfemada (BÍBLIA, Tito, 2:3,4,5).

Os trechos acima demonstram que os sermões do apóstolo Paulo são fundamentados por um olhar teológico, que hoje pode ser lido como machista. Pois, conforme vimos, no trecho 1, o pregador aponta a inferioridade da mulher por meio de metáforas “porque o marido é o cabeça da mulher”, que é equivalente a ser racional; por outro lado, a mulher é o que resta, o corpo, que não pode guiar-se a si mesma, em virtude de ser o oposto do homem, a mulher é emoção. Nos versículos do trecho 2, o apóstolo lembra-nos do pecado original cometido por Eva e da função das mulheres enquanto reprodutoras. Por fim, no trecho 3, ele faz exortações às mulheres, inclusive as idosas, a respeito dos deveres das mulheres cristãs, que se resumem a “amar seus maridos”.

A tradição cristã, ainda baseada no relato do Gênesis, atribui à mulher a responsabilidade pelo pecado original, visto que, por meio da sua desobediência e participação para a infração de Adão, a humanidade foi condenada ao sofrimento e à morte. A imagem de Eva na Bíblia é apresentada como uma mulher que simboliza a tentação, pois utiliza-se dos artifícios da sedução para “atrair” e “enganar” o homem. Essa representação negativa de Eva teve repercussões ainda mais nocivas, pois estendeu-se para todas as mulheres, que passaram a ser consideradas, pela Igreja, como seres indignos de confiança, pois teriam herdado a natureza pecaminosa da primeira mulher. No entanto, lê-se em Beauvoir que

A assimetria das duas categorias, masculina e feminina, manifesta-se na constituição unilateral dos mitos sexuais. Diz-se, por vezes, “o sexo” para designar a mulher; é porque ela é a carne com suas delícias e perigos. Quanto ao fato de, para a mulher, ser o homem o sexual e o carnal, é uma verdade que nunca foi proclamada porque não houve ninguém para a proclamar. A representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem com verdade absoluta (BEAUVOIR, [1949], 2016, p. 203).

A visão que se tinha da mulher no período da Idade Média era majoritariamente repulsiva. Colling (2014, p. 64) aponta que “da condenação bíblica provém a ideia de impureza da mulher, nomeadamente nos períodos femininos da menstruação e do parto, quando estava proibida de frequentar o templo e acusada de macular as coisas que tocasse”. O período reprodutivo da mulher e o parto doloroso eram considerados punições apropriadas para o gênero feminino. A autora ainda aponta que os avanços da medicina nas pesquisas sobre partos sem dor eram malvistas pela Igreja, porque iam de encontro aos preceitos estipulados por Deus, que castigou a mulher: “multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua conceição; com dor terás filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará” (BÍBLIA, Gênesis, 3:16).

Devido ao fato de que, na Idade Média, a cultura estava nas mãos dos clérigos e celibatários, estes promoviam pregações acerca do sagrado por meio do controle dos corpos, especificamente, os femininos. O mito da Eva pecadora “é lembrado pelos contatos com a força do mal, na prática das feiticeiras detentoras de saberes e poderes ensinados por Satanás” (COLLING, 2014, p. 65). Em outras palavras, na visão da igreja, a mulher era usada pelo diabo para espalhar sua obra de devassidão, devendo aos homens evitá-las a fim de permanecerem puros.

Nesse sentido, podemos afirmar que a igreja é, majoritariamente, a responsável pela criação da figura da bruxa tentadora, conforme aponta Federici (2017):

A Igreja Católica forneceu o arcabouço metafísico e ideológico para a caça às bruxas e estimulou sua perseguição, da mesma forma que anteriormente havia estimulado a perseguição aos hereges. Sem a Inquisição, sem as numerosas bulas papais que exortavam as autoridades seculares a procurar e castigar as “bruxas” e, sobretudo, sem os séculos de campanhas misóginas da Igreja contra as mulheres, a caça às bruxas não teria sido possível (FEDERICI, 2017, p. 302).

Para a Igreja Católica, as mulheres eram vistas como a personificação do mal, uma ameaça, uma vez que, através dos seus comportamentos e das características de sua natureza que, costumeiramente, estavam associadas à luxúria, à rebeldia e a insaciedade de seus desejos eróticos, “a mulher, origem do mal e da infelicidade, potência noturna, força das sombras, rainha da noite, oposta ao homem diurno da ordem e da razão lúcida” (PERROT, 2017, p.153) era acusada de ser cúmplice do diabo e espalhar o pecado.

Logo, com o incentivo da igreja e a imaginação popular, deu-se início à perseguição, o aviltamento e o genocídio das mulheres, consideradas bruxas, na idade média. A esse respeito, Federici (2017) aponta que a caça às bruxas ainda fundamentou a apropriação ilegal dos trabalhos das mulheres pelos homens e contribuiu para a degradação de sua identidade social. A intelectual também afirma que

A definição das mulheres como seres demoníacos e as práticas atrozes e humilhantes a que muitas delas foram submetidas deixaram marcas indeléveis em sua psique coletiva e em seu senso de possibilidades. De todos os pontos de vista – social, econômico, cultural, político –, a caça às bruxas foi um momento decisivo na vida das mulheres [...] visto que destruiu todo um universo de práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder das mulheres na Europa pré-capitalista (FEDERICI, 2017, p. 203-205).

As mulheres, que já eram consideradas inferiores perante a lei, mediante as acusações de bruxaria que recaíam, geralmente, sobre àquelas que conheciam as propriedades curativas das plantas e/ou exerciam a função de curandeiras e parteiras, devido ao intenso processo de degradação social e de perseguição, perderam o domínio de todas as áreas das suas próprias vidas, inclusive de seus corpos.

Por essas razões, convém frisar o estudo de Corbin *et.al.* (2008), em a *História do corpo*, onde o pesquisador aponta que, para os religiosos da época, o corpo era pensado por meio da dualidade entre corpo *versus* alma. Nesse sentido, mostraram-se regulares as pregações que encorajavam os fiéis a fugirem das tentações da carne e garantirem a salvação da alma. Conforme o autor,

O corpo que, segundo esta tensão, torna o ser humano partícipe da divindade, da mesma maneira que a Encarnação constituía a base da humanidade do Cristo, é visitado pelo demônio e por suas tentações. Após o pecado, pela concupiscência, ele escapa à força da vontade. Ele se manifesta, fora mesmo de qualquer assentimento do ser em seu íntimo, como o mostra a automaticidade da ereção e de outras manifestações do desejo. Portanto, é preciso dominá-lo, desapegar-se dele, e acolher o Espírito Santo (CORBIN, 2008, p. 60).

A renúncia sexual e a castidade eram as formas pelas quais os fiéis, considerados pela Igreja “o corpo, receptáculo da alma” estariam aptos “a receber o corpo de Cristo” (CORBIN, 2008, p. 59). Nesse sentido, cabia à igreja a responsabilidade por livrar os homens dos “pecados da carne”. É o que demonstra Del Priore (2011, p. 21)

Era preciso enfear o corpo para castigá-lo. Os vícios e as “fervenças da carne”, ou seja, o desejo erótico, tinham como alvo o que a Igreja considerava ser “barro, lodo e sangue imundo”. Onde tudo era feio porque pecado. Isso, porque a mulher - a velha amiga da serpente e do Diabo – era considerada, nesses tempos, como veículo de perdição da saúde e da alma dos homens.

No entanto, devido à preocupação com o crescimento populacional e a influência da Reforma Protestante, que trouxe consigo a valorização do casamento e da sexualidade, fazia-se necessário promover uma nova imagem do feminino, que se ajustasse ao projeto demográfico que entraria em vigor. Nesse projeto, as mulheres seriam as protagonistas, seriam as “reprodutoras” em potencial.

Federici (2017, p. 171) aponta que Lutero reconhece que “as mulheres são ‘necessárias para produzir o crescimento da raça humana’”. Dessa maneira, a Igreja, aos poucos, vai mudando sua narrativa sobre as mulheres, pois a imagem de selvagem e imoral não corresponderia ao ideal reformista de mulher. Agora, “as mulheres eram retratadas como seres passivos, assexuados, mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles” (FEDERICI, 2017, p. 205). Essa suposta valorização da mulher, por parte da Igreja, é evidenciada com a instalação do casamento monogâmico, visto que “torna-se necessária a criação do mito da Virgem Maria, porque já não é possível englobar todas as mulheres no mito de Eva. O casamento necessita de uma imagem feminina purificada na exaltação à maternidade” (COLLING, 2014, p. 73).

Por essa razão, a figura da Virgem Maria é exaltada no catolicismo até os dias atuais, visto que “a imagem do corpo feminino preservado do pecado original, [...], soma-se à imagem do corpo que chega à maternidade sem a relação sexual” (CORBIN *et. al.* 2008, p. 63). Essa representação de Maria (Virgem e Mãe), pelos católicos, torna-a o modelo ideal de mulher, inspiração para os fiéis, pois, de acordo com a crença religiosa, não seria concebível que Jesus nascesse de uma mulher marcada pelo pecado original.

Para os eclesiásticos, as criaturas do sexo feminino deveriam ter/ser características semelhantes às virgens, pois elas são “‘fonte de graças’ e perfeição da beleza. Ela emite uma espécie de fulgor. Sua pureza interior se reflete no exterior. Nela se encontram o charme, a candura, sobretudo a modéstia, a simplicidade, a discrição, a doçura, a franqueza [...]” (CORBIN *et. al.* 2008, p. 70). Assim, a Igreja, na sua missão de incutir na mentalidade da sociedade esse novo modelo de mulher ideal, e exercer o controle sobre os corpos femininos, propaga discursos sobre a relação da virgindade e a felicidade matrimonial, conforme lê-se em Corbin,

A moça que sabe resistir à tempestade da puberdade, dominar os impulsos naturais das metamorfoses de seu corpo e, mais ainda, dominar as criações de sua imaginação evita muitos males e patologias. Preservada, entregue intacta ao seu esposo, tudo a conduz à fidelidade e à feliz maternidade (CORBIN *et.al.*, 2008, p. 74).

Diante da breve exposição desses episódios, podemos compreender a influência da religião na construção do imaginário sobre a mulher (Eva pecadora X Virgem e Mãe) perante a sociedade. Vimos, anteriormente, na teorização de M. Pêcheux, que, no processo discursivo, sempre haverá uma projeção imaginária produzida pelos sujeitos dos discursos sobre si mesmos, sobre o outro e sobre o objeto do discurso.

Para Orlandi (2005, p.42) “o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história”, ou seja, tal projeção será sustentada pela formação social.

Desse modo, convém ressaltar que a mudança de perspectiva adotada pela Igreja na criação do mito da Virgem Maria, não apaga, necessariamente, a produção da imagem da mulher criada anteriormente, correspondente ao mito da “Eva Pecadora”, que posteriormente será associada à figura da Bruxa Sedutora. A igreja utiliza-se dessas representações, que já estão fixadas no imaginário social, para exercer o seu poder sobre os corpos femininos. As mulheres que seguiam à risca as doutrinas determinadas pela ética da Igreja Católica são classificadas como exemplares, no entanto, para as que não aderiam a esse modelo, recaía sobre elas os mais variados castigos “pedagógicos”.

É certo que muita coisa mudou, mas ainda podemos observar, na conjuntura atual, os vestígios dessas representações, que enclausuram todas as mulheres em um padrão elaborado por uma corrente cristã misógina.

Essa reflexão nos leva a abordar, por fim, os dois últimos discursos que contribuíram historicamente para a “produção do corpo” feminino, são eles: os discursos dos médicos e os discursos da Psicologia/Psicanálise.

A revolução científica não serviu para acabar com o simulacro dos argumentos filosóficos e religiosos sobre a inferioridade das mulheres, aponta Colling (2014). Com o advento da racionalidade científica, houve a substituição da figura da bruxa-curandeira pela figura do médico, no entanto, conforme argumenta Federici (2017, p. 364), “não há provas de que a nova ciência teve um efeito libertador” para as mulheres.

Há, evidentemente, uma mudança de paradigma no século 15, quando o teocentrismo dá lugar ao antropocentrismo, entretanto Federici (2017, p. 367) nos alerta que:

Também devemos considerar que o arcabouço intelectual que serviu de base à perseguição às bruxas não foi retirado diretamente das páginas do racionalismo filosófico. Pelo contrário, foi um fenômeno transitório, uma espécie de *bricolage* ideológico que se desenvolveu sob a pressão da tarefa que precisava cumprir. Dentro dessa tendência, combinaram-se elementos tomados do mundo fantástico do cristianismo medieval, argumentos racionalistas e os modernos procedimentos burocráticos das cortes europeias, da mesma maneira que, na construção do nazismo,

o culto à ciência e à tecnologia foi combinado com um cenário que pretendia restaurar um mundo mítico e arcaico de laços de sangue e lealdade pré-monetárias.

Por meio da citação, podemos verificar que o discurso médico se manteve aliado à tradição filosófica-cristã por um longo período, visto que os precursores da ciência médica que são, respectivamente, Hipócrates e Galeno, não deixaram as ideias de Aristóteles, no que se refere à inferioridade da mulher, caírem em descrédito.

Hipócrates (460-370 AC) foi um médico grego que conquistou um enorme prestígio social, devido aos trabalhos desenvolvidos em prol da ciência médica, que resultou na obra *Corpus Hippocraticum*, uma coleção que reúne os saberes médicos mais antigos sobre a ginecologia. A memória do médico continua sendo lembrada até hoje nos cursos de Medicina, onde os formandos, antes de adquirirem o título de médico, devem fazer o Juramento Hipocrático¹⁰, que simboliza um compromisso com a ciência e com a profissão.

Para Hipócrates, existiam diferenças entre os corpos das mulheres e dos homens. O médico apontava que “o corpo da mulher é mais úmido, porque sua estrutura é semelhante a um tecido de lã, ao contrário do corpo masculino, cuja trama, mais apertada, densa, permite uma retenção de líquidos menor” (COLLING, 2014, p. 52). Nesse sentido, as características úmidas e frias, de acordo com a teoria de Hipócrates, eram consideradas como negativas e refletiriam o temperamento inconstante das mulheres.

Foi por meio dessa diferenciação entre a anatomia dos corpos que a mulher, por ser portadora de um útero e perder o sangue menstrual, é caracterizada, na reprodução, como sendo a “semente mais fraca”. Vejamos:

A semente da mulher é umas vezes mais forte, outras vezes mais fraca, também é assim para o homem. A semente macha é mais forte do que a semente fêmea. É da semente mais forte que nascerá o produto. Eis como isso se passa: se a semente mais forte vem dos dois lados, o produto é macho; se a semente é mais fraca, o produto é fêmea. (...) se a semente fraca é muito mais abundante do que a forte, esta é vencida e, misturada com a mais fraca, transforma-se em fêmea; se a forte é mais abundante do que a fraca, a fraca é vencida e transforma-se em macho (Hipócrates apud JOAQUIM, 1997, p. 81, apud COLLING, 2014, p. 52).

Nesse sentido, verificamos que o pensamento de Hipócrates, durante muitos séculos, vem produzindo, por meio do discurso inquestionável do conhecimento científico, a desigualdade e a hierarquização dos sexos desde a sua geração.

O pensamento de Galeno de Pergamo (130-200), outro grande médico grego, é semelhante ao de Hipócrates sobre a inferioridade da anatomia e fisiologia das mulheres. No

¹⁰ Que pode ser lido na íntegra no *site* do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Historia&esc=3>. Acesso em: 26/07/2021.

entanto, para Galeno, a anatomia das mulheres e dos homens são semelhantes, contudo, o médico grego aponta que os órgãos femininos se encontram em uma posição invertida em relação aos dos homens. Na descrição anatômica dos órgãos sexuais feita pelo médico, temos:

Representai-vos as primeiras (as partes) que se oferecem à vossa imaginação, quaisquer que sejam, voltem para fora as da mulher, dobrem para o interior as do homem, e achá-las-ão semelhantes umas às outras. Primeiramente suponham comigo as do homem recolhidas e estendendo-se interiormente entre o recto e a bexiga; nesta suposição, o recto ocuparia o lugar das matrizes, com os testículos de cada lado da parte externa; o pênis do macho tornar-se-ia o colo da cavidade que se produz, e a pele da extremidade do pênis, que chamamos agora prepúcio, tornar-se-ia a vagina da mulher. Suponham inversamente que a matriz se volta e cai para fora, os seus testículos não se achariam necessariamente dentro da sua cavidade; não os envolveria ela como um escroto? O colo até aí solto dentro do pireneu, pendendo nesta altura, não se tornaria o membro viril, e a vagina da mulher, que é um apêndice cutâneo desse colo, não tornaria o lugar do que chamamos prepúcio (GALENO apud JOAQUIM, 1997, p. 116 apud COLLING, 2014, p. 79).

A descrição anatômica de Galeno atesta a teoria cristã que compreende o homem como “o modelo” perfeito; em contrapartida, a mulher teria uma anatomia invertida, ou seja, imperfeita. É evidente a assimetria nas definições e nas descrições entre o homem e a mulher. A respeito da relação entre os dois sexos, Beauvoir (2016, p. 11, 12) afirma que “o homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos ‘os homens’ para designar os seres humanos [...]. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade”.

Diante do exposto, faz-se necessário ressaltar a importância do conhecimento científico da Medicina e dos médicos citados anteriormente, pois suas descobertas foram de grande relevância para a humanidade, entretanto, no que concerne à descrição e à interpretação da anatomia e fisiologia dos corpos femininos, estes dados traduzem apenas a situação à qual as mulheres eram submetidas. Nesse entendimento, reafirmamos que não menosprezamos o conhecimento das ciências médicas, tampouco os dados da Biologia; “o que recusamos é a ideia de que constituem um destino imutável para ela. Não bastam para definir uma hierarquia dos sexos; não explicam por que a mulher é o Outro; não a condenam a conservam para sempre essa condição subordinada (BEAUVOIR, 2016, p. 60).

Assim, para finalizar essa seção, concentramos, neste momento, a nossa atenção nos discursos Psiquiátrico e Psicanalítico.

Tal como o discurso médico, o discurso da psiquiatria também irá desenrolar-se por meio das tradições cristãs, que compreendem a mulher como uma cópia defeituosa do corpo homem. Para Colling (2014, p. 90), “a autoridade bíblica com respeito à subordinação feminina foi confirmada ou substituída pela autoridade biológica”.

O discurso da psiquiatria resgata a teoria de Platão sobre o “útero errante” para explicar as mais variadas angústias e perturbações que acometiam as mulheres da época, visto que o sistema reprodutivo da mulher continuava sendo um mistério para os médicos.

Nesse sentido, o foco do diagnóstico atribuído às mulheres era baseado, precisamente, na fisiologia de seus corpos, pois, para a maioria dos especialistas, “o período menstrual predisponha todas as mulheres à loucura e à violência” (COLLING, 2014, p. 90). A autora ainda aponta que, além da menstruação, a gravidez e o parto são os principais responsáveis por impulsionar sintomas que iam desde a tristeza, irritações, espasmos, até convulsões, palpitações, dentre outros. A doença recebeu o nome de histeria, visto que, de acordo com o dicionário Etimológico¹¹, a palavra é derivada do grego *hystéra*, que significa útero. Observemos o que aponta Mary Del Priore, sobre a sexualidade das mulheres, em sua obra *Histórias íntimas*:

Fichas médicas abundam em informações sobre o ciclo menstrual, a vivacidade precoce, a linguagem livre de certas pacientes associando tais “sintomas” a distúrbios psiquiátricos. Distúrbios uterinos podiam estar relacionados com ataques epiléticos e mesmo crimes de morte. Os médicos começavam a delinear o perfil do que chamavam de “mulher histérica”, tendo se tornado moda, entre as de elite, “ataques” quando da saída de um enterro ou da chegada de notícia ruim (DEL PRIORE, 2011, p. 65).

Dessa forma, as mulheres que apresentassem algum desses sintomas ou o descontrole de suas emoções eram identificadas como doentes de histeria, e a “única” explicação plausível para tal diagnóstico era atribuída ao órgão que as diferenciava dos homens: o útero. Assim, diversas mulheres foram estudadas e diagnosticadas como portadoras de histeria. A prescrição, na maioria dos casos, estava relacionada com o casamento e a maternidade, visto que a natureza da mulher exigia que esta fosse mãe. Segundo Colling (2014, p. 93), “a maternidade também aparecia como saída contra o prazer sexual feminino, considerado anormal, pois entendia-se que o instinto materno anulava o instinto sexual”.

O avanço da psiquiatria deixa para trás as superstições e passa a ser considerado de modo mais científico, promove uma mudança de perspectiva acerca da histeria, que ainda, sob uma leitura biológica, agora é caracterizada como uma doença mental que possui relação direta com os hormônios. O alienismo do século 19 estava a serviço da moral e dos bons costumes da época, o que resultava em um monitoramento normativo sobre os corpos e sexualidades das mulheres. É o que relata Del Priore (2011):

¹¹ Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/histeria/>. Acesso em: 10/08/2021.

Os estudos sobre a doença mental, monopólio dos alienistas, e a criação da cadeira de Clínica Psiquiátrica nos cursos da Faculdade de Medicina, desde 1879, acabaram por consagrar a ética do bom e do mau comportamento sexual. Esses eram tempos em que médicos importantes como o dr. Vicente Maia examinavam mulheres cujas infidelidades ou amores múltiplos se distanciavam da ordem e da higiene desejada pela ordem burguesa que se instalara nos centros urbanos (DEL PRIORE, 2011, p. 65).

A mulher que rejeitasse o rótulo social determinado, que não quisesse ser mãe, que amasse outras mulheres ou que não quisesse casar, por exemplo, era taxada como louca e “o destino de tais aberrações? O hospício. Direto!” (DEL PRIORE, 2011, p. 65).

Desse modo, ao lançar-me em uma pesquisa em busca da atualidade do termo histeria em nossa conjuntura, me deparei com a série *Falando Nisso*¹², na qual o psicanalista brasileiro, Christian Dunker, em seu canal no Youtube, responde às perguntas de seus interlocutores referentes à Psicanálise. O vídeo que aguçou a minha curiosidade tem como título: *O que é a histeria hoje?* Em resposta, o psicanalista responde:

Com a fragmentação do que chamava histeria em inúmeros outros quadros menores, então, depressão, transtornos somatoformes, como fibromialgia, dores crônicas, síndrome do pânico [...]; transtornos de alimentação como a anorexia e a bulimia; personalidade borderline, todos esses quadros, poderiam ser descritos, há 50/100 anos atrás, como quadros histéricos (DUNKER, 2016).

De acordo com a citação, na atualidade, a histeria é subdividida em diversos transtornos psicopatológicos que, diferente das inclinações de Platão, podem apresentar-se do mesmo modo em homens e mulheres. Desse modo, conforme nos alerta Dunker (2016) “uma coisa que fique clara, a histeria acontece igualmente em homens, e mulheres; se há uma diferença é uma diferença responsiva a fatores culturais, de organização da família, de organização do poder [...]”.

Antes de finalizarmos a discussão sobre a histeria, gostaríamos de pontuar como, por meio de elementos linguísticos, os sentidos se sustentam historicamente. Para isto, apresento a imagem abaixo, retirada do Dicionário *Online* de Língua Portuguesa, do verbete “histeria” e seus respectivos significados.

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IF3iPaWr6Hk>. Acesso em: 10/08/2021.

Figura 2 – Verbetes Histeria¹³

The image shows a screenshot of the Dicio online dictionary website. At the top, the logo 'Dicio' is visible with the text 'Dicionário Online de Português' and a search bar containing the word 'histeria'. Below the header, the word 'histeria' is displayed in a large font, followed by social media sharing icons for Facebook, Twitter, and WhatsApp. The main content area is titled 'Significado de Histeria' and lists three definitions: a general definition as a feminine noun, a definition from psychoanalysis, and a definition from psychology. The final definition, '[Antigo] Doença nervosa que, possivelmente, tem sua origem no útero e pode ser definida pelo aparecimento de convulsões (acepção considerada obsoleta).', is highlighted with a red rectangular border.

Fonte: Dicio, Dicionário *Online* de Português

Na imagem de reprodução do verbete, podemos identificar as atualizações de seu significado que perpassam pela Psicanálise e pela Psicologia; no entanto, o que nos chama a atenção é a permanência do sentido “antigo” do verbete no dicionário. Freitas (2020), em seu estudo sobre a “Análise Discursiva de Dicionários Online”, aponta a importância de conceber o dicionário como discurso, pois

Ao fazê-lo, entramos num processo de compreensão mútua que permite observar o funcionamento da ideologia pelas marcas presentes nas formulações nele contidas, ao mesmo tempo em que podemos compreender melhor o dicionário enquanto instrumento que participa dos processos de reprodução/transformação das relações históricas de produção de sentido (FREITAS, 2020, p. 48).

É nesse sentido que compreendemos que, apesar dos avanços produzidos pelos estudos do inconsciente, os sentidos produzidos pelo significado antigo do verbete “histeria” continuam produzindo seus efeitos na atualidade, por meio da relação ideológica entre os elementos linguísticos e a historicidade. Nesse ínterim, compartilho, aqui, do questionamento de Colling e Acom (2019, p. 131) “como explicar que o útero, esta antiga matriz, a grande positividade das mulheres, historicamente se transformou em signo da desigualdade?”

¹³ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/histeria/>. Acesso em: 10/08/2021.

É a histeria que marca o nascimento da psicanálise, que tem como fundador Sigmund Freud (1859-1939). O psicanalista é considerado uma das figuras mais importantes do século 20, pois suas ideias resultaram em uma “dupla ruptura filosófica: propõe uma teoria da sexualidade e uma nova teoria do conhecimento, fundada sobre a noção do inconsciente” (COLLING, 2014, p. 94).

A teoria do inconsciente de Freud irá revolucionar o pensamento científico; no que se refere à teoria da sexualidade, esta rompeu com o silêncio ao expor a sexualidade feminina e compreender o discurso histórico, entretanto, “com relação às questões de gênero e principalmente, sobre as relações entre ‘feminino’ e ‘masculino’, Freud é criticado pelas autoras feministas” (NEVES STREY, 2019, p. 309), pois sua teoria reforça a dissimetria entre os sexos.

O pensamento freudiano aponta que os dois sexos atravessam da mesma maneira as primeiras fases do desenvolvimento da libido, mas que, posteriormente, na passagem da adolescência para a fase adulta, se diferenciam, pois “com a entrada da fase fálica, as distinções entre os sexos retrocedem completamente em relação às suas congruências” (FREUD, 2018, p. 248). Isso ocorre porque, na visão de Freud, o erotismo masculino concentra-se especificamente no pênis; por outro lado, a mulher possui dois sistemas eróticos distintos: o clitoridiano e o vaginal. Atentemos ao que aponta o psicanalista, sobre as duas fases da libido da mulher:

Estariamos autorizados a sustentar que na fase fálica da menina o clitóris é zona erógena condutora. Mas ele não vai permanecer assim; com a viragem para a feminilidade, o clitóris deve ceder, totalmente ou em parte, a sua sensibilidade, e, com isso, sua importância, à vagina, e essa seria uma das duas tarefas que devem ser cumpridas no desenvolvimento da mulher, enquanto o homem, com mais sorte, na época do amadurecimento sexual, só precisa continuar o que ele ensaiou no período do primeiro florescimento sexual (FREUD, 2018, p. 248).

A esse respeito, Beauvoir afirma que “há somente uma etapa genital para o homem enquanto há duas para a mulher; ela se arrisca bem mais do que ele a não atingir o termo de sua evolução sexual, a permanecer no estágio infantil e, conseqüentemente, a desenvolver neuroses” (BEAUVOIR, 2016, p. 69).

Outra teoria, de Freud, bastante conhecida na Psicanálise é a que o autor denomina como “Complexo de Édipo”, que tal como a analogia sugere, consiste em que o primeiro objeto de amor do menino é a mãe; Freud descreveu de maneira semelhante ao que ocorre em relação à menina. Em seguida, “atribuiu à forma feminina do complexo infantil o nome de complexo de Electra” (BEAUVOIR, 2016, p. 69). Para o pensador, a menina, ao longo do tempo, deve trocar seu objeto de desejo, logo “a menina passa da mãe para a ligação com o pai, ou, em outras palavras: de sua fase masculina para a fase feminina que foi determinada para ela” (FREUD, 2018, p. 249), enquanto o menino a mantém.

Beauvoir (2016) afirma que do complexo de Édipo nasce o complexo de castração, visto que, para Freud, o menino, ao deparar-se com a falta do pênis nas meninas, compreende a diferença entre ambos e teme também ser castrado. Para a menina, também é atribuído o complexo; ao descobrir “a diferença anatômica dos sexos reage à ausência do pênis por um complexo de castração. Imagina ela ter sido mutilada e sofre com isso” (BEAUVOIR, 2016, p. 70).

O sofrimento da menina diante do complexo é mais doloroso do que o do menino, visto que ela internaliza um sentimento de inferioridade por ter sido castrada. Freud explica que “ela se sente gravemente prejudicada e muitas vezes declara que gostaria de ‘também ter algo assim’, e cai vítima da inveja do pênis” (FREUD, 2018, p. 255). Entretanto, Beauvoir em crítica ao psicanalista, argumenta que

Não é ausência do pênis que provoca o complexo, e sim o conjunto da situação; a menina não inveja o falo a não ser com símbolo dos privilégios concedidos aos meninos; o lugar que o pai ocupa na família, a preponderância universal dos machos, a educação, tudo confirma a ideia da superioridade masculina (BEAUVOIR, 2016, p. 72).

Nesse sentido, Freud, ao descrever a sexualidade do homem e da mulher, define a mulher sempre em relação ao homem, logo como ausência e impotência, ou seja, um homem incompleto. Esse posicionamento de Freud revela que ele, “apesar de sua genialidade e capacidade de romper com o pensamento vitoriano de sua época, não conseguiu romper com a ideia de que o masculino é o verdadeiro representante da humanidade e que o feminino é um masculino imperfeito como queria Aristóteles (NEVES STREY, 2019, p. 310).

No entanto, devemos ressaltar que, embora Freud, em alguns momentos, reproduza algumas atitudes patriarcais, foi somente a partir dos estudos do psicanalista que as mulheres tiveram uma escuta mais interessada em compreendê-las.

O médico, ainda, teoriza que a descoberta da castração e, respectivamente, o sentimento de inveja que a mulher sente do pênis serão cruciais para o desenvolvimento da mulher e para a formação de seu caráter. O autor argumenta que o destino da mulher estará baseado em três orientações.

O descobrimento de sua própria castração é um ponto de viragem no desenvolvimento da menina. Dele partem três orientações de desenvolvimento: uma leva à inibição sexual ou à neurose; a seguinte, à alteração do caráter, no sentido de um complexo de masculinidade; e a última, finalmente, à feminilidade normal (FREUD, 2018, p. 256).

Podemos verificar que, para a teoria freudiana, o desenvolvimento da vida sexual da menina é bem mais complexo que a do menino. Nesse sentido, Beauvoir explica que a menina,

mesmo tentada a reagir ao complexo de castração, “recusando sua feminilidade, obstinando-se em cobiçar um pênis e em identificar-se com o pai; essa atitude irá conduzi-la a permanecer no estágio clitoridiano, a tornar-se frígida ou a voltar-se para a homossexualidade (BEAUVOIR, 2016, p. 70). Desse modo, para as mulheres, colocar-se em contraposição com “à feminilidade normal” significava burlar as normas morais e médicas da época.

A feminilidade é “um dos temas fundamentais na teoria psicanalítica, apresenta também as maiores controvérsias dentro da teoria” (NEVES STREY, 2019, p. 310). Nesse sentido, para Freud, é somente pela maternidade, símbolo supremo da feminilidade, que a mulher poderia superar o recalque da castração e aceitar-se como mulher.

Freud explica que,

Só com o afloramento do desejo do pênis é que o filho-boneca se torna um filho do pai, e a partir daí torna-se a meta do desejo feminino mais intenso. É grande a felicidade quando esse desejo por um filho encontra mais tarde sua efetiva realização, contudo mais particularmente se a criança é um menininho que traz consigo o pênis almejado (FREUD, 2018, p. 259).

Desse modo, mediante a breve apresentação da *via crucis* do corpo ou dos discursos que historicamente “produzem” o corpo feminino, podemos afirmar que “a misoginia é uma espécie de ódio histórico às mulheres, que aparece no mundo patriarcal em momentos diferentes da história. [...] está fundamentada nos textos e nas práticas” (TIBURI, 2020, p. 47). Assim, desde os discursos dos gregos até a atualidade, todos atribuem à mulher o mesmo destino, a inferioridade. No entanto, é importante dizer que as mulheres não ficaram apáticas ou alheias, houve resistência e luta para mudar esse quadro, inclusive no âmbito da Filosofia. Nesse sentido, os estudos de Peinhopf e Garcia (2022), sobre *As filósofas da Antiguidade e do Medievo* apontam que

a história das mulheres e de sua presença na Filosofia foi, assim, escrita e conceituada por homens, filósofos, cientistas e historiadores que, em sua maioria, silenciaram sobre a presença de sujeitos femininos na produção intelectual ou em qualquer outro espaço que não fosse o doméstico (PEINHOPF; GARCIA, 2022, p. 52).

As autoras demonstram que, embora as mulheres sejam apagadas social e intelectualmente, visto que suas trajetórias não são citadas, elas se fazem presentes nas entrelinhas da História, resistindo e existindo.

Portanto, encerro essa seção com as palavras de Beauvoir (2016), que afirma que “seria ousado deduzir de tal verificação que o lugar da mulher é no lar: mas há pessoas ousadas” (BEAUVOIR, [1949], 2016, p. 41). Na próxima subseção, abordaremos a questão da feminilidade e a mística feminina com maior precisão.

2.2.1 A feminilidade: uma mística feminina

Iniciamos essa subseção afirmando que o termo feminilidade é sinônimo de violência. Expliquemo-nos. A semelhança que encontramos em termos antagônicos reside no fato histórico que já mencionamos: a caça às bruxas. Federici (2017) ressalta que, com a degradação da imagem da mulher, os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade foram forçados nas câmaras de tortura e nas fogueiras, visto que, quando as mulheres se rebelavam ou eram indesejáveis, elas eram perseguidas e/ou mortas, e essa violência repercute até os dias atuais, sob o nome de feminicídio (TIBURI, 2020).

A imagem da feminilidade representa uma mulher estereotipada, “fraca do corpo e da mente e biologicamente inclinada ao mal” (FEDERICI, 2017, p. 335); já, a expressão “feminino” é definida por Tiburi como o termo “usado para salvaguardar a negatividade que se deseja atribuir às mulheres no sistema patriarcal” (TIBURI, 2020, p. 50). Nesse contexto, o termo “feminilidade” e “feminino” são utilizados para autorizar a violência do comportamento masculino sobre as mulheres, visto que o patriarcado e o machismo se sustentam “no mando, na autoridade e no autoritarismo” (TIBURI, 2020, p. 45).

Como vimos anteriormente, as imagens das/sobre as mulheres cis foram tão bem condicionadas que, mesmo após o decorrer dos séculos, esse imaginário sobre a dualidade do caráter feminino (Vulgar X Santa) atravessa a nossa memória discursiva e (re)produz sentidos que marcaram e marcam nossos corpos na atualidade.

Alinhado a isso, aponto o artigo *Profissões para mulheres*, de Virgínia Woolf (2021 [1942]), no qual a autora relata que, para prosseguir com sua carreira de escritora de ficção, foi necessário combater um fantasma, denominado por ela como o “Anjo do Lar”¹⁴. O fantasma atormentava e ameaçava a profissão da escritora e ela o descreveu com as seguintes características:

Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio familiar. Sacrifica-se todos os dias. se o almoço era frango, ela ficava com o pé; se havia ar encanado, era ali que ia sentar – em suma, seu feitio era nunca ter opinião ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros. E acima de tudo – nem preciso dizer – ela era pura (WOOLF, 2021, p. 11).

Podemos verificar que as características apontadas se referem à figura de uma mulher, especificamente, à construção do imaginário criado pela Igreja, que associava a mulher à figura de uma santa, referência social que deveria ser seguida pelas mulheres do século XX. Em

¹⁴ Referência ao “poema de Coventry Patmore (1823-1896) que celebrava o amor conjugal e idealizava o papel doméstico das mulheres” (N.E) (p. 11).

contrapartida, àquelas que ousassem desviar desse perfil seriam atormentadas por seu Anjo do Lar.

É interessante pontuar, que segundo a narrativa de Woolf, quando ela pegava a caneta para escrever seus trabalhos, ou seja, investir em si e na sua carreira profissional, o fantasma do Anjo do Lar aparecia sussurrando as seguintes imposições “você é uma moça, seja afável; seja meiga, seja pura”.

O fantasma apontado por Virgínia Woolf é imposto a todas nós, mulheres da contemporaneidade, no entanto, para algumas mulheres, como as mulheres negras e/ou em situação econômica desfavorável, torna-se totalmente inviável submeter-se aos padrões impostos pelo “fantasma”, visto que elas não possuem a opção de serem meigas ou frágeis. Assim, podemos afirmar que esse fantasma representa um espectro que, há anos, assola, com maior ou menor intensidade, as mulheres.

Ele é criação da sociedade patriarcal, mas adaptou-se perfeitamente à formação social capitalista. Podemos encontrá-lo na desvalorização profissional das mulheres, nas formas de socialização dos cuidados e na má divisão das atividades domésticas, que majoritariamente são exercidas por mulheres, o que triplica a jornada de trabalho feminino.

É verdade que as mulheres da atualidade não participam do mesmo cenário de desigualdades vivenciados por nossas antecessoras em décadas anteriores, visto que, por meio de diversas lutas, muitos direitos foram conquistados; no entanto, mesmo no momento presente, com toda a informação e a modernidade, nós, mulheres, ainda somos capazes de ouvir ressoar a voz do Anjo do lar, nos dizendo quem nós deve(ría)mos ser.

Nesse sentido, consideramos que o motivo pelo qual o espectro do Anjo do Lar, criado por meio das formações imaginárias, se mantém eficaz até hoje, devido a sua composição que “se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições” (ORLANDI, 2005, p. 42).

Posto isso, tendo em vista que as formações imaginárias são regidas por uma formação social que se organiza por meio das relações de poder, neste momento, abordaremos brevemente as teorizações de M. Foucault (1987), em sua obra *Vigiar e Punir*, que problematiza a tematização dos corpos como alvo dos mecanismos de poder.

O filósofo, ao descrever a figura do soldado ideal do século 18, demonstra como a anatomia do soldado é algo que se fabrica por meio da aplicação de um conjunto de regras e disciplinas. Desse modo, foi “‘expulso o camponês’ e lhe foi dada a ‘fisionomia de soldado’” (FOUCAULT, 1987, p. 117). De acordo com o autor,

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos (FOUCAULT, 1987, p. 119).

Esse conjunto de regras e disciplinas era utilizado, no século 18, para corrigir ou controlar as ações do corpo, por meio da relação de “docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1987, p. 118) que, semelhante a um adestramento, tinha como objetivo a submissão dos corpos, para depois utilizá-los mediante as necessidades daqueles que os operavam. Nesse sentido, para Foucault (1987, p. 118) “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.”

O filósofo ainda aponta que as disciplinas e os regulamentos podem ser encontrados em diversas instituições¹⁵ do cotidiano, “encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primárias; invadiram lentamente o espaço hospitalar” (FOUCAULT, 1987, p. 119). A esse respeito, a doutora Silvana Vilodre Goellner afirma que

O corpo é educado por meio de um processo contínuo e minucioso, cuja ação vem conformando formas de ser, de parecer e de comportar. Educa-se o corpo na escola e fora dela: na religião, na mídia, na medicina, nas normas jurídicas, enfim, em todos os espaços de socialização com os quais nos deparamos, cotidianamente, com recomendações, como, por exemplo, sobre o vestiário, a alimentação, o comportamento, a aparência, os gestos, a movimentação, as práticas sexuais, a saúde, a beleza, a qualidade de vida. Educa-se o corpo também no esporte, no lazer e nos projetos sociais (GOELLNER, 2010, p. 74).

Nesse sentido, podemos observar a diversidade de instituições que, por meio de práticas pedagógicas, agem diretamente sobre os corpos, a fim de docilizá-los, classificá-los e, sobretudo, controlá-los. Pensando a condição feminina, podemos afirmar que, na sociedade patriarcal, “todas essas instituições vendem sua ideologia como discurso verdadeiro, essencializando o feminino e as mulheres como suas portadoras” (TIBURI, 2020, p. 51).

As regras e as disciplinas para docilização ou educação dos corpos femininos são forjadas desde a infância, no seio familiar, por meio de dizeres tais como: “senta como uma mocinha”; “meninas vestem rosa e brincam de casinha” ou “já está na idade de casar”. Tais enunciados, mobilizados de projeções do que é ser mulher, visam a preparação das meninas para a constituição familiar.

¹⁵ Na próxima seção, trazemos o debate sobre a influência dessas instituições, denominadas Aparelhos Ideológicos do Estado, sob a perspectiva de L. Althusser.

Nesse ponto, chegamos a um aspecto muito importante. Perante a nossa compreensão da família como uma dessas instituições que exercem poder sobre os corpos, especificamente, os femininos, iremos abordar a dimensão da família mediante dois vieses: *a família como controle* e *a família como privilégio*, visto que, para Biroli (2018), faz-se necessário analisar as duas dimensões, pois “família e maternidade são vividas de formas distintas pelas mulheres [...] segundo a posição relativa em outros eixos da opressão nas sociedades, como classe, raça e sexualidade” (BIROLI, 2018, p. 63).

Nesse ínterim, é interessante pontuar que as teorizações realizadas a seguir se inscrevem em grande parte em um contexto norte-americano. Embora o foco do nosso trabalho seja os discursos sobre o aborto na sociedade brasileira, compreendemos que os estudos realizados sobre a feminilidade norte-americana são de extrema importância para pensarmos sobre a relação da feminilidade no contexto brasileiro, pois temos observado, especificamente no atual governo, um resgate das tradições norte-americanas que enclausuram as mulheres dentro dos lares.

O destino que a sociedade propõe à mulher é determinado por uma mística feminina, que decreta sua sexualidade e impõe o casamento, a maternidade e a domesticidade. Repetidamente, as mulheres “ouviam as vozes da tradição e da sofisticação freudiana dizerem que elas não poderiam desejar melhor destino do que se regozijar com a própria feminilidade” (FRIEDAN, [1963], 2020, p. 13).

Aqui, demonstraremos como as mulheres norte-americanas da classe burguesa se mostravam descontentes em relação ao seu estar no mundo, pois elas não tinham outras escolhas, a não ser performar seu grande encanto e suas habilidades no/do lar.

Na segunda parte de *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir (2016) questiona o silêncio da tradição e das relações familiares. Ao descrever as experiências vividas pelas mulheres, a autora aponta a situação da mulher enquanto esposa e mãe. Na primeira situação, a pesquisadora afirma que o casamento, no século 19, é para as jovens “o único meio de se integrarem na coletividade e, se ficam solteiras tornam-se socialmente resíduos (BEAUVOIR, [1949], 2016, p. 182). A socialização das mulheres desde a infância as condicionava a serem dependentes de um matrimônio na vida adulta, pois é por meio do casamento que as mulheres passam a ser consideradas enquanto seres sociais.

A filósofa também afirma que as mulheres norte-americanas, assim como as francesas, são consideradas “um ser socialmente incompleto, ainda que ganhe sua vida; cumpre que traga uma aliança no dedo para que conquiste a dignidade integral de uma pessoa e a plenitude de seus direitos” (BEAUVOIR, [1949], 2016, p. 191). Pensando na situação das mulheres

europeias e também das norte-americanas, Beauvoir, em meados do século 20, aponta que o casamento é, para as mulheres, seu “ganha-pão”, o que implicava benefícios, mas também enormes dificuldades. A autora afirma que,

A mulher, casando, recebe como feudo uma parcela do mundo; garantias legais a protegem contra os caprichos do homem; mas ela torna-se vassala dele. Economicamente ele é o chefe da comunidade, é, portanto, ele quem a encarna aos olhos da sociedade. Ela toma-lhe o nome, associa-se a seu culto, integra-se em sua classe, em seu meio; pertence à família dele, fica sendo sua “metade” (BEAUVOIR, [1949], 2016, p. 189).

Na segunda situação, temos a mulher-mãe, que é descrita pela autora como sendo revestida por uma mística que delega à mulher uma religião, a “religião da maternidade” (BEAUVOIR, [1949], 2016), que serve para controlar e domesticar as mulheres. A autora critica a concepção biologista, que afirma que o destino da mulher é a reprodução e aponta as vicissitudes provindas da maternagem. Segundo Beauvoir ([1949], 2016, p. 295),

A gravidez é principalmente um drama que se desenrola na mulher entre si e si; ela sente-o a um tempo como um enriquecimento e uma mutilação; o feto é uma parte de seu corpo e um parasito que a explora; ela o possui e é por ele possuída; ele resume todo o futuro e, carregando-o, ela sente-se ampla como o mundo; mas essa própria riqueza a aniquila: tem a impressão de não ser mais nada.

Para a autora, a maternidade é considerada um dos pilares que afastam as mulheres da vida social, encerrando-as no lar, à medida que, dessa forma, a mulher “não pode fundar ela própria sua existência; não tem os meios de se afirmar em sua singularidade e esta, por conseguinte, não lhe é reconhecida” (BEAUVOIR, [1949], 2016, p. 330). Desse modo, a autora expõe a contradição pela qual é criada a figura da mãe, que, por um lado, deve ser cuidadosa, carinhosa, dedicada, mas que também, por outro lado, deve ser forte e saudável para cuidar dos filhos e do lar. Portanto, ao serem expostas à imposição social da maternidade “certas mulheres acariciam alegremente o filho enquanto se acham no hospital, ainda joviais e despreocupadas, mas começam a encará-lo como um fardo quando voltam para casa” (BEAUVOIR, [1949], 2016, p. 309), pois à medida que os filhos lhes concedem alegrias, também infligem-lhes à servidão.

Posteriormente, as teorizações de Betty Friedan, em *A mística feminina*, publicada em 1963, irá situar os problemas expostos por Simone de Beauvoir (1949) para o contexto das mulheres norte-americanas. A autora aponta que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1939, os Estados Unidos promoveram um movimento de “retorno ao lar” para a população feminina, pois, com o término da guerra, os homens retomaram seus postos de trabalho que,

devido à falta de mão-de-obra, haviam sido ocupados temporariamente pelas mulheres. Desse modo, cabia também às mulheres retornarem aos seus postos de esposas e mães.

Mediante esse contexto, Friedan ([1963], 2020) identificou “o problema sem nome”, que acometeu as mulheres estadunidenses, causando-lhes “uma inquietude estranha, uma sensação de insatisfação, um desejo que afligia as mulheres” (FRIEDAN, [1963], 2020, p. 13). Para Friedan, esse mal estava relacionado diretamente com a impossibilidade das mulheres de ansiar por uma vida, para além da função de “rainha do lar”.

Os jornais e as revistas femininos estampavam diariamente a imagem da mulher como belas e felizes donas de casa. Mesmo diante de um público-alvo que tinha acesso à educação superior, as temáticas das revistas sempre estavam relacionadas ao contexto doméstico. Conforme aponta Friedan ([1963], 2020, p. 39), “o mundo da mulher se restringia a seu corpo e sua beleza, a seduzir os homens, gerar filhos, servir o marido e os filhos e cuidar deles e da casa. E isso não era algo atípico que se resumisse a uma única edição de uma única revista feminina”.

É a partir disso que Friedan ([1963], 2020) decide investigar a razão da insatisfação e da infelicidade das mulheres estadunidenses. As mulheres que Friedan, inicialmente, entrevistou eram mulheres brancas, de classe média, com formação universitária, casadas e com filhos. Assim, por meio de suas investigações, a autora descobre sua tese e argumenta “que o cerne do problema das mulheres hoje não é sexual, mas um problema de identidade – um impedimento ou uma fuga do crescimento perpetuados pela mística feminina” (FRIEDAN, [1963], 2020, p. 86).

A feminista aponta que a mulher que sofre com essa insatisfação, geralmente, é aquela que trocou seus planos de construir uma carreira pessoal pela ambição, promovida pela mística, de casar e ter filhos. As mulheres eram inculcadas pela ideologia da mística a seguirem uma imagem idealizada da feminilidade, que não permite que “as mulheres aceitem ou satisfaçam suas necessidades básicas de crescer e realizar seu potencial como seres humanos” (FRIEDAN, [1963], 2020, p. 86).

Nesse sentido, compreendemos que essa tradição de constituição familiar se baseia nos modelos de sociedades patriarcais, que determinam que cabe à mulher a obrigatoriedade de gerar, cuidar e criar de sua prole. Nessa perspectiva, é normal e aceitável que as mulheres abdicuem de seus sonhos e de seus projetos de vida, pois a reprodução é a maior conquista que elas devem almejar.

Mediante o que foi exposto, podemos observar que as análises de Beauvoir ([1949], 2016) e Friedan ([1963], 2020) concentram-se nas definições de família e feminino que

associam as mulheres à vida doméstica/familiar, o que implica na limitação de sua vida pública e o exercício de sua autonomia. Dessa forma, os estudos das pesquisadoras se classificam como pertencentes ao viés que aborda a dimensão *da família como controle*.

No entanto, Biroli (2018, p. 63) destaca que “a consideração da família e da maternidade pela perspectiva do *controle* orienta muitas abordagens ainda hoje. [...], mas ela não esgota o problema. A dimensão *do privilégio* também precisa ser considerada”. Desse modo, a autora aponta que os problemas e os sentimentos relatados por Friedan eram reais, entretanto eram condizentes apenas com o estilo vida de um grupo determinado. A autora ainda ressalta que os problemas abordados por Friedan “não eram desimportantes”, entretanto,

Por não se dar conta do caráter interseccional dos próprios controles, não percebia, por exemplo, que o excesso de tempo dedicado por mulheres brancas de classe média à vida familiar – fonte de monotonia e de sofrimento psíquico – fazia falta a mulheres que se dividiam entre trabalho remunerado e trabalho doméstico não remunerado e cuidavam dos filhos em situação muitas vezes precária (BIROLI, 2018, p. 65).

Nesse sentido, para tratarmos da dimensão *do privilégio*, faz- necessário ouvir o que apontam as feministas negras, que destacam não somente “as desigualdades entre os homens e mulheres, mas também *as desigualdades entre as mulheres*” (BIROLI, 2018, p. 63). Desse modo, neste momento, iremos voltar o nosso olhar para as vivências das mulheres afro-americanas e a sua relação com a feminilidade, ou a mística feminina.

Diante disso, apontamos os estudos de Patrícia Hill Collins ([1990], 2019) que, ao analisar as imagens de controle que são aplicadas às mulheres afro-americanas, aponta o antagonismo existente entre as mulheres estadunidenses brancas e as mulheres negras. Como discutimos anteriormente, o ideal tradicional de família e feminilidade disseminado nos Estados Unidos, no pós-guerra, encorajava as mulheres na busca pelas seguintes qualidades: piedade, pureza, submissão e domesticidade. Entretanto, as afro-americanas se “depararam com um conjunto diferente de imagens de controle” (COLLINS, [1990], 2019, p. 140).

Em seus estudos, a autora descreve quatro imagens de controle e opressão aplicadas às afro-americanas; são elas, a *mammy*, a matriarca, a mãe dependente do Estado e a jezebel ou *hoochie*¹⁶.

A *mammy* é a mulher que trabalha como doméstica, ela é responsável por cuidar dos filhos e das famílias brancas. Para Collins ([1990], 2019, p. 142), a imagem da *Mammy* atualiza o padrão, advindo da escravidão, da serviçal obediente, que consiste na “face pública que os brancos esperam que as mulheres negras assumam diante deles.”

¹⁶ Expressão coloquial pejorativa que designa uma mulher jovem, promíscua e que se veste de forma sexualmente provocante. (N.T.) (p. 155).

A matriarca, por sua vez, representa a figura materna nas famílias negras. Desse modo “assim como a *mammy* representa a mãe negra “boa”, a matriarca simboliza a mãe negra “má” (COLLINS, [1990], 2019, p. 145), pois não foram capazes de cumprir seu papel de mãe, dentro do próprio lar. Collins aponta que as matriarcas eram

Consideradas excessivamente agressivas e não femininas, as matriarcas negras eram supostamente castradoras de seus amantes e maridos. Esses homens, compreensivelmente, abandonavam suas parceiras ou se recusavam a casar com as mães de suas filhas e seus filhos. Da perspectiva do grupo dominante, a matriarca representava uma *mammy* fracassada, um estigma negativo aplicado às afro-americanas que ousassem rejeitar a imagem de serviçais submissas e diligentes (COLLINS, [1990], 2019, p. 145).

As matriarcas também são consideradas extremamente fortes por sustentarem sozinhas suas famílias, entretanto, a imagem da matriarca é utilizada para responsabilizar as mulheres negras estadunidenses pelo cenário social das pessoas negras, especificamente, de seus filhos, pois “retratar as afro-americanas como matriarcas permite que homens e mulheres brancos culpem as mulheres negras pelo fracasso de seus filhos na escola e perante a lei” (COLLINS, [1990], 2019, p. 147).

Nesse contexto, para Collins (2019), a figura da *mammy* e da matriarca agem em conjunto para oprimir as afro-americanas que precisam trabalhar, pois elas “são pressionadas a ser *mammies* submissas em determinado ambiente e então estigmatizadas como matriarcas porque são figuras fortes nos próprios lares” (COLLINS, [1990], 2019, p. 149).

No Brasil, as trabalhadoras domésticas representam uma grande parte da força de trabalho do país, bem como se caracterizam como uma das classes mais vulneráveis. As domésticas em questão, geralmente, são mulheres negras, conforme aponta Ribeiro (2020, p. 40) “as mulheres negras eram o maior contingente de pessoas desempregadas e no trabalho doméstico”.

Em geral, é possível associar a imagem retratada por Collins no contexto norte-americano com a imagem da mulher negra brasileira, que comumente é associada a características de uma mulher forte e guerreira, no entanto silenciam-se os lugares de vulnerabilidade social a qual essas mulheres foram submetidas.

Retomando a teorização de Collins (2019, p. 152), temos a mãe dependente do Estado, que é retratada, segundo a autora, como “uma pessoa acomodada, satisfeita com os auxílios concedidos pelo governo, que foge do trabalho e transmite valores negativos para os descendentes”. Essa imagem também está associada à figura de uma mãe “má” e, novamente, responsabiliza a mulher-mãe por sua própria falta de recursos e ainda as culpabiliza por serem

“produtoras de um excesso de crianças economicamente improdutivas” (COLLINS, [1990], 2019, p. 152).

No contexto brasileiro, para a versão da mãe dependente do Estado, temos a mãe dependente do Bolsa-Família¹⁷, que foi um programa da Secretária Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), criado, em 2003, pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de combater a pobreza e a desigualdade social no Brasil.

Dentre os maiores beneficiados pelo programa, podemos afirmar, baseados na pesquisa do IBGE divulgada por *Elas que lucrem*¹⁸, que “63% das casas chefiadas por mulheres negras com filhos de até 14 anos estão abaixo da linha da pobreza”, ou seja, as mulheres negras compõem mais da metade dos beneficiados pelo programa. Desse modo, além de sofrerem com as vicissitudes da pobreza, ainda são acusadas de “fazerem filhos” a fim de receberem o benefício do Bolsa-Família.

Por fim, temos a figura da jezebel, imagem atribuída às mulheres negras escravas, que eram consideradas sexualmente agressivas. A jezebel era também conhecida por seu apetite sexual excessivo, o que justificaria os ataques dos homens brancos na época da escravidão. A jezebel ganha uma atualização, a *hoochie* é sua contemporânea; são aquelas mulheres que “vão a boates vestidas com roupas provocantes e dançam de maneira “vulgar” são as “*hoochies* de boate”. Essas mulheres tentam atrair homens endinheirados para noitadas de sexo” (COLLINS, [1990], 2019, p. 156).

Collins ainda aponta que ambas representam uma forma desviante da sexualidade das mulheres negras, visto que elas são construídas como mulheres “cujo apetite sexual é, na melhor das hipóteses, inadequado e, na pior, insaciável, basta um pequeno passo para que ela seja imaginada como uma “aberração” (COLLINS, [1990], 2019, p. 157). Desse modo, a figura da jezebel e da *hoochie* oprime diretamente a sexualidade das mulheres negras, pois o excessivo apetite sexual da jezebel a masculiniza, assim como amar e desejar outras mulheres sexualmente as colocam na posição de aberração.

Essas imagens negativas da feminilidade negra faziam parte do cotidiano norte-americano, pois eram reproduzidas na televisão e no cinema para incutir nos brancos que as

¹⁷ O programa teve seu nome modificado no atual governo e passou a ser chamado, em 2021, de “Auxílio Brasil”. Uma das principais diferenças entre os dois programas é que enquanto o Bolsa Família auxiliava às famílias baseado na renda per capita (por pessoa), por sua vez, o Auxílio Brasil atende às famílias de forma integral (um valor x para todos da família).

¹⁸ Disponível em: <https://www.eql.com.br/financas/2021/10/90-dos-beneficiarios-do-bolsa-familia-que-acaba-de-completar-18-anos-sao-mulheres/>. Acesso em: 07/03/2022.

negras não são desejáveis como parceiras de casamento. Tais representações também afetavam a comunidade negra, conforme aponta bell hooks:

A desvalorização sistemática da feminilidade negra levou ao rebaixamento de qualquer actividade das negras. Muitas negras tentaram desviar as atenções da sexualidade ao destacarem a sua dedicação à maternidade. Quando as participantes no <<culto da verdadeira feminilidade>> atingiram o seu auge na América do Norte, no início do século XX, empenhavam-se em mostrar a sua dignidade e valor para demonstrar serem mulheres com vidas fortemente ancoradas na família (HOOKS, 2018, p. 119).

Na realidade brasileira, a figura da jezebel pode ser associada à “mulata”, que é popularmente conhecida, dentro e fora do país, pela construção objetificada da mulher negra presente nas festas de carnaval. O imaginário social sobre as mulheres negras/pardas é de que elas estão sempre à disposição, de que são mulheres vulgares e que não são “para casar”.

Essa imagem da mulher negra brasileira está tão presente no inconsciente popular que muitas mulheres negras encontram dificuldades de se estabelecerem romanticamente, seja com homens negros ou brancos, pois eles acreditam que elas não são merecedoras de afeto. A solidão da mulher negra é efeito das formações imaginárias construídas historicamente na/pela sociedade patriarcal. Ribeiro (2017, p.22) aponta que “existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções [...]” que determinam a legitimidade das nossas práticas, gestos, dizeres e também determinam até o que nós consideramos íntimo, por exemplo sobre quem devemos amar ou não.

Em síntese, Ribeiro (2017, p. 23) demonstra como que “se, para Simone de Beauvoir, a mulher é o *Outro* por não ter reciprocidade do olhar do homem, para Grada Kilomba, a mulher negra é o *Outro do Outro*, posição que a coloca num local de mais difícil reciprocidade”.

Dessa forma, não é possível pensar que o problema das norte-americanas brancas discutido por Friedan seja o mesmo problema das afro-americanas apontado por Collins, tampouco os problemas das brasileiras. Nossa intenção não é promover uma disputa de opressões, mas sim compreender como o fantasma do Anjo do Lar, em suas diferentes facetas, assombra as mulheres em diversos aspectos.

Faz-se necessário pontuar que nosso percurso teórico nessa seção se justifica pelo fato de que, no recorte temporal escolhido para analisar as materialidades discursivas acerca do aborto, escolhemos o período que compreende o ano de 2019 a 2021, que engloba o período do governo de Jair Bolsonaro. Nesse sentido, tendo em vista as especificidades do governo vigente, que busca propor para o país uma réplica de valores baseados no contexto norte-americano, que

pensa a mulher como “bela, recatada e do lar¹⁹”, que nos debruçamos no paralelo entre os dois contextos.

É nesse sentido que afirmamos que “tentar entender os problemas das mulheres como comum a todas, sem levar em conta elementos como raça, classe, renda ou orientação sexual, seria silenciar sobre a multiplicidade de experiências específicas que compõem a condição feminina” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 89).

Por fim, quanto ao fantasma do Anjo do Lar, é preciso fazer como V. Woolf e matá-lo. A escritora aponta que “é muito mais difícil matar um fantasma do que uma realidade” (WOOLF, 2021, p. 13), no entanto, faz-se necessário e, caso tenhamos que comparecer a um tribunal, alegaremos legítima defesa.

2.3 AS TEORIAS FEMINISTAS E OS APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO

Para iniciar a reflexão que, aqui, realizamos sobre as teorias feministas e os aparelhos ideológicos do Estado, convém situar a trajetória do feminismo em relação a alguns aspectos da formação social capitalista patriarcal.

Como vimos na seção *A via crucis do corpo*, a trajetória das mulheres foi marcada historicamente por diversos tipos de violências, mas também por resistências. Bem como a história das mulheres, a história do feminismo também é definida por diversos altos e baixos, erros e acertos, convergências e divergências e inúmeras contradições dentro e fora do próprio movimento feminista, mas sobretudo é lembrada também pela transgressão, pela luta das mulheres por direitos sociais e políticos iguais.

Desse modo, faz-se importante ressaltar que, nessa seção, iremos tratar dessas histórias de resistências, que se deram por meio do movimento feminista; no entanto, o percurso traçado dará ênfase, especificamente, ao feminismo liberal, o feminismo radical e o feminismo interseccional, pois compreendemos que essas três vertentes serão de grande importância para a compreensão do nosso objeto de estudo.

A primeira onda do feminismo é marcada pela luta das mulheres contra as opressões vivenciadas por um modelo de sociedade patriarcal. De acordo com Meyer (2013, p. 13), a primeira onda “aglutina-se, fundamentalmente, em torno do movimento sufragista, com o qual

¹⁹ Tal expressão foi utilizada, em 2016, na publicação realizada pela revista *Veja* para referir-se a Marcela Temer, esposa do então presidente interino Michel Temer. No entanto, verificamos também nos pronunciamentos do atual governo, que é esse local de “recatada e do lar” que é destinado às mulheres.

se buscou estender o direito de votar às mulheres”. No Brasil, as brasileiras só puderam ter acesso ao voto em 1890, que data a Proclamação da República.

O contexto histórico daquele período não só evidenciou a luta pelo direito ao voto, mas também pelo direito à educação do sexo feminino, bem como a equidade salarial entre homens e mulheres. É nesse cenário que surge o feminismo liberal, que leva esse nome, visto que é voltado majoritariamente para as questões das mulheres europeias, brancas e burguesas. É importante frisar que, justamente por se tratar desse grupo seletivo de mulheres que possuía certos privilégios, que o movimento feminista pôde ter voz.

Nesse momento, queremos olhar para a segunda onda do feminismo, especificamente, para a vertente do feminismo Radical ou RadFem, que se inscreve entre os anos 1960 e 1970, do século XX.

Compreendemos o desafio que consiste em eleger o feminismo radical para compor as teorizações acerca da luta das mulheres, pois não estamos alheias às contradições, que coabitam o feminismo radical e não compactuamos com a ideia de um movimento separatista, pois o feminismo que temos em mente se alinha ao feminismo para os 99%, que concentra os interesses das mulheres da classe trabalhadora de todos os tipos: racializadas, migrantes ou brancas; cis, trans ou não alinhadas à conformidade de gênero; que se ocupam da casa ou são trabalhadoras sexuais; remuneradas por hora, semana, mês ou nunca remuneradas; desempregadas ou subempregadas; jovens ou idosas. Incondicionalmente internacionalista, esse feminismo se opõe firmemente ao imperialismo e à guerra. O feminismo para os 99% não é apenas antineoliberal, mas também anticapitalista (ARRUZZA *et. al.*, 2019, p. 43, 44).

Entretanto, para essa discussão, tendo em vista que o nosso objeto de estudo é o discurso sobre o aborto na sociedade brasileira, que possui relação com a luta pelo corpo, os direitos reprodutivos e o exercício livre da sexualidade - debates que estão situados como uma questão essencial do feminismo radical - aspiramos a enfrentar esse desafio.

O feminismo radical é uma vertente feminista que defende que a raiz da desigualdade social em todas as sociedades é, e tem sido sempre, o patriarcado, que consiste na dominação do homem sobre a mulher.

As feministas da segunda onda ampliaram o campo de ação da justiça para incluir assuntos anteriormente privados, como sexualidade, serviço doméstico, reprodução e violência contra as mulheres. Dessa maneira, elas ampliaram efetivamente o conceito de injustiça para abranger não apenas as desigualdades econômicas, mas também hierarquias de status e assimetrias do poder político (FRASER, 2019, p. 31, 32).

No Brasil, a segunda onda se associa à eclosão dos movimentos de oposição aos governos da ditadura militar, as feministas dessa onda lutam também contra os silenciamentos impostos por ela. Nesse contexto, de acordo com Meyer (2013), as mulheres sentem a necessidade de aprofundarem-se na produção de conhecimento, não somente com o objetivo de denunciar, mas também com a finalidade de compreender e explicar a invisibilidade social à qual foram submetidas as mulheres.

Assim, as mulheres feministas se debruçaram na missão de demonstrar que “não são as características anatômicas e fisiológicas, em sentido estrito, ou tampouco desvantagens socioeconômicas tomadas de forma isolada, que definem diferenças apresentadas como justificativas para desigualdades de gênero” (MEYER, 2013, p. 16).

O período que se iniciou nos anos 1980 é conhecido como a terceira onda do movimento feminista, no qual estão situadas as vertentes pós-modernistas e pós-estruturalistas. Coube às mulheres desse período levarem os estudos sobre as mulheres adiante e realizarem a tarefa de redefinir o gênero.

Para Scott (1989), a redefinição do termo “gênero” era necessária, visto que era comum a dualidade entre “sexo” e “gênero” como uma oposição binária entre masculino-feminino. Tal oposição, na visão da autora, precisava ser desconstruída, para que houvesse a possibilidade de as mulheres e os homens não serem comparados a categorias fixas pressupostas antes mesmos de nascerem.

Nesse sentido, a autora, em seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1986) irá demonstrar como, na realidade, a necessidade do termo gênero vem promover algumas contradições. De acordo com a autora, a teorização realizada pelas feministas da segunda onda, ou teóricas do patriarcado é “uma teoria que se baseia na variável única da diferença física e problemática para os(as) historiadores(as): ela pressupõe um sentido coerente ou inerente ao corpo humano – fora qualquer construção sócio-cultural – e portanto, a não historicidade do gênero em si” (SCOTT, 1989, p. 10).

A definição de gênero proposta pela autora é dividida em diversas sub-partes, mas, em síntese, compreende o termo como “um elemento constitutivo de relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos” e ainda “uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1986, p. 21).

Partindo dessa definição de gênero, é possível compreender como o patriarcado, em sua forma primária de constituição, exerce seu poder e dominação sobre as mulheres nas relações sociais. Nesse ínterim, constatamos que o patriarcado e o capitalismo são formas de opressão distintas, no entanto interagem entre si, produzindo uma lógica de dominação-submissão.

Nesse sentido, convém mencionar brevemente que, em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, Louis Althusser (1970) irá desenvolver uma teoria sobre a produção-reprodução da ideologia, bem como definir os Aparelhos ideológicos do Estado.

Para o filósofo francês o Estado “é uma máquina de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à classe dos proprietários de terras) assegurar a sua dominação sobre a classe operária” (ALTHUSSER, 1970, p. 31), visando a obtenção de lucros.

Ao nos questionarmos como se dá essa repressão, o próprio filósofo descreve que ela ocorre por meio “das exigências da prática jurídica, isto é, a polícia – os tribunais – as prisões; mas também o exército, que [...] intervém diretamente como força repressiva de apoio em última instância” (ALTHUSSER, 1970, p. 32). Nesse sentido, podemos compreender, por exemplo, como se dá o funcionamento da repressão do Estado no que diz respeito às práticas abortivas no país, que por, meio da prática jurídica, exerce uma força “disciplinar”, ou seja, mobiliza os Aparelhos Repressivos do Estado para decidir sobre os corpos das mulheres.

Ao avançar nas teorizações sobre o Estado, o autor propõe pensar sua teoria sobre os AIE, que agem ao lado dos aparelhos repressivos do Estado, os quais, no entanto, não podem ser confundidos com eles, visto que agem por meio de outras estratégias.

Por AIE compreendem-se “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1970, p. 43), ou seja, algumas instituições às quais os sujeitos foram introduzidos desde a infância são listadas pelo pesquisador como pertencentes aos AIE, tais como a Igreja, a escola (seja pública ou particular), a família, o jurídico, o político e a cultura, dentre outros, que são considerados pelo autor como instituições pertencentes ao AIE.

Quanto ao seu funcionamento, Althusser aponta que “o Aparelho repressivo do Estado funciona pela violência, enquanto os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam pela ideologia” (ALTHUSSER, 1970, p. 46). Dessa forma, é possível afirmar, mediante as observações do estudioso, que os processos de dominação-submissão dos sujeitos ocorrem por meio do duplo funcionamento da repressão e da ideologia.

Desse modo, ao pensarmos sobre a constituição da sociedade patriarcal, podemos verificar o funcionamento dos AIE em ação, visto que promovem a idealização da mulher perfeita, bem como exercem o controle sobre os corpos femininos.

Logo, verificamos que as resistências promovidas pelos movimentos feministas no Brasil e no mundo necessitam ser capazes de furar as bolhas das instituições que compõem os AIE, para que haja, de fato, uma mudança significativa na realidade das mulheres.

2.4 O CORPO COMO OBJETO DISCURSIVO

A temática do corpo é mobilizada por diversos campos do saber. Nesse sentido, cabe ressaltar que a tomada de posição que adotamos para fundamentar o objeto analítico dessa pesquisa baseia-se nos fundamentos teóricos da Análise de Discurso.

Os estudos de M. Pêcheux, inicialmente, se voltaram para as análises dos discursos políticos, conforme podemos observar na chamada primeira época da Análise de Discurso, com a publicação do AAD-69. No entanto, na considerada terceira época da AD, que é marcada por reformulações, o autor deixa “pistas” que possibilitaram as atuais reflexões sobre o corpo. No texto *O discurso: estrutura ou acontecimento*, publicado em 1983, Michel Pêcheux, ao pensar os espaços estabilizados que são impostos aos sujeitos por meio da ciência, da estrutura e da escolástica, explica que

De nada serve negar essa necessidade (desejo) de aparência, veículo de disjunções e categorizações lógicas: essa necessidade universal de um “mundo semanticamente normal”, isto é, normatizado, começa com a relação de cada um com seu próprio corpo e seus arredores imediatos (e antes de tudo com a distribuição de bons e maus objetos, arcaicamente figurados pela disjunção entre alimento e excremento) (PÊCHEUX, [1983] 2015, p. 34).

Compreendemos que essa necessidade de um “mundo semanticamente normal” que o autor aponta e que começa na relação de cada pessoa “com o seu próprio corpo” revela o desejo do sujeito de questionar os padrões, as estruturas e as representações que circulam sobre si nos “arredores imediatos”. Conforme demonstramos, há diversos discursos, como o médico, o religioso, o estético, entre outros, que vão criando espaços estabilizados de normalidade, molde de perfeição ao qual os sujeitos e seus corpos necessitam corresponder.

Outra menção ao corpo na obra de M. Pêcheux que nos chama a atenção está em *Semântica e Discurso*, especificamente, na retificação intitulada: *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, texto popularmente conhecido no Brasil como o Anexo 3. M. Pêcheux, ao teorizar que, através do lapso e do ato falho, é possível resistir aos mecanismos da ideologia dominante, cita como exemplo a experiência de um operário das indústrias Citröen, em 1978.

Em nota, Pêcheux traz o emocionante relato de R. Linhart que declara que “o organismo resiste. Algo, no corpo e na cabeça, se fortalece contra a repetição e o nada” (PÊCHEUX, 2014, p. 278). Por meio desse relato, Pêcheux assinala que também é possível resistir por meio do corpo, pois é através dele que o sujeito se manifesta e significa no mundo. Desse modo, para a Análise de Discurso, falar de corpo é falar também de sujeito, pois “faz parte da materialidade

do sujeito a inscrição de seu corpo em seu processo de significação, em sua constituição, do sujeito e do corpo” (ORLANDI, 2017, p. 114).

M. Pêcheux forneceu as “pistas” e os analistas de discursos brasileiros, seguidores de sua teoria, mergulharam e se aprofundaram nas análises das diversas materialidades discursivas do/sobre o corpo, tomando-o enquanto objeto de estudo. As teorizações de Leandro-Ferreira (2013) e Orlandi (2004) e (2016) são exemplos da articulação teórica entre a Análise de Discurso e os estudos do corpo.

Leandro-Ferreira aponta que, “assim como a língua não é um ritual sem falhas (como nos lembra Pêcheux), a ideologia também não o é e tampouco o corpo” (LEANDRO-FERREIRA, 2013, p. 78). Nesse sentido, a autora compreende que o corpo está marcado por sua relação com “as novas formas de assujeitamento e, portanto, associado à noção de ideologia”; em outras palavras, o compreende enquanto afetado e atravessado pela historicidade, pela memória, assim como também pelo inconsciente.

Como salientamos anteriormente, o corpo “já vem atravessado por uma memória do que foi falado antes em outros contextos sociais, é um corpo de linguagem que guarda os efeitos que o discurso dominante já tornou normatizados pelo efeito de evidência” (GARCIA, SOUSA, 2018, p. 41).

Leandro-Ferreira, ao trazer a noção de corpo para a AD, rompe com a tradição biologista, empirista e orgânica dos estudos do/sobre o corpo, pois teoriza-o enquanto “corpo discursivo”, ou seja, “como dispositivo de visualização, como modo de ver o sujeito, suas circunstâncias, sua historicidade e a cultura que o constituem” (LEANDRO FERREIRA, 2013, p. 78).

A proposta da pesquisadora é demonstrar que, por meio do corpo, se dá a inscrição dos sujeitos nos processos discursivos, visto que o corpo é marcado pelos sintomas sociais e culturais da língua e também da história. Desse modo, pensar o corpo sob a ótica discursiva é deslocá-lo para o lugar da opacidade, pois conforme a autora,

*Esse corpo que fala seria também o corpo que falta, donde a inclusão da noção de **real do corpo**, ao lado do **real da língua** e do **real do sujeito**. A exemplo do que singulariza o registro do real, o real do corpo seria o que sempre falta, o que retorna, o que resiste a ser simbolizado, o impossível que sem cessar subsiste* (FERREIRA-LEANDRO, 2013, p. 78, grifos da autora).

Os estudos de Eni Orlandi (2004, p. 121), por sua vez, compreendem o corpo como “o lugar material em que acontece a significação”. Dessa maneira, é possível afirmar que o corpo feminino produz sentidos por si só. Por exemplo, ao olharmos o corpo de uma mulher, traçamos

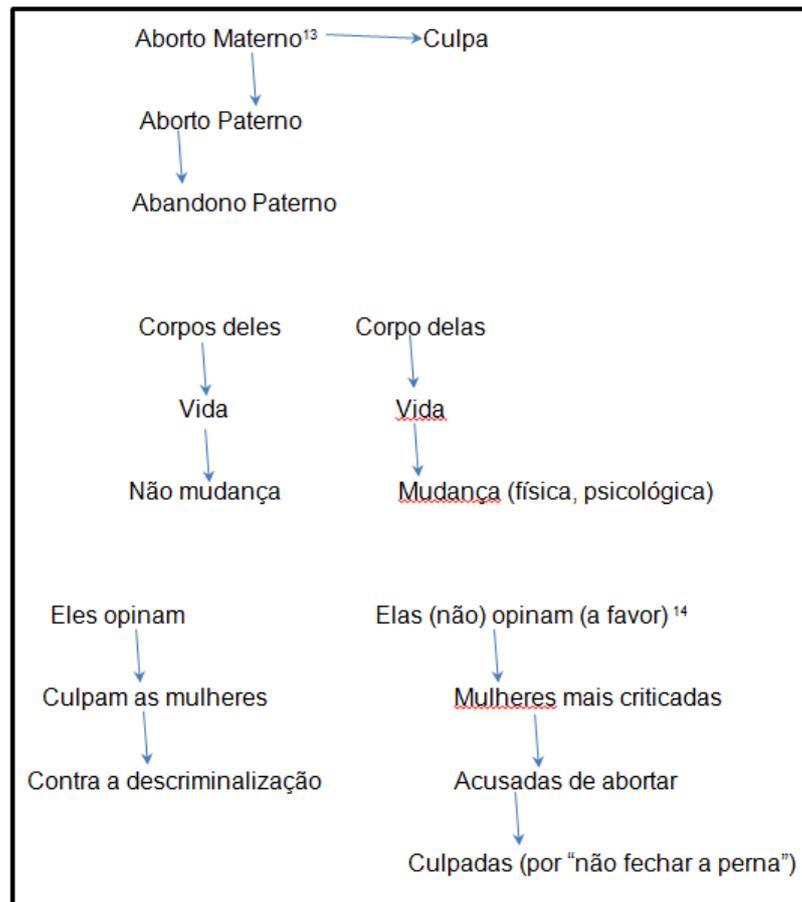
socialmente um destino para esse sujeito (nascer – crescer – casar – reproduzir), mesmo que este destino (casar e reproduzir) não esteja nos planos dessa mulher.

Nesse sentido, compactuamos com o que aponta Wanderley (2020), quando afirma que o corpo, “na história, além de ser uma materialidade simbólica, também foi tomado como materialidade política, como real da existência humana, materialidade sem a qual o ser humano não pode vir a ser” (WANDERLEY, 2020, p. 91). Em virtude disso, é possível afirmar que há, de fato, uma relação entre opressão-subordinação que se inscreve por meio dos corpos.

Para Garcia (2020, p. 147), pensar o corpo dentro da Análise de Discurso é compreender que “o corpo do sujeito não escapa à interpelação ideológica, nem à determinação histórica, estando esse corpo atado ao corpo social e atravessado por uma memória que o significa”. Desse modo, ainda segundo a autora, quando associamos o corpo da mulher aos procedimentos abortivos, “há uma memória que inscreverá esse corpo em dizeres em prol da maternidade”.

Como vimos, no percurso traçado até aqui, as mulheres são destinadas desde o nascimento a uma árdua função pautada, majoritariamente, por sua condição biológica de reprodução. Além disso, há uma influência ideológica exercida pelas instituições (Igreja, sociedade, escola, polícia, cultura, entre outros), que contribuem para reforçar as formações imaginárias acerca do feminino.

Em suas análises sobre os discursos sobre o aborto no ciberespaço, Garcia (2020) aponta que “há uma tensão sendo dita entre maternidade e paternidade. A maternidade colocada como obrigatória, historicamente, às mulheres, sendo um de seus traços de feminilidade, e a paternidade como algo opcional aos homens” (GARCIA, 2020, p.159). Para efeito de exemplificação, reproduzimos, abaixo, o quadro elaborado pela autora.

Quadro 2 - Deslizamento de sentidos

Fonte: GARCIA, 2020, p. 159

A partir do quadro acima, a autora demonstra, por meio dos comentários das postagens em análise, como, para a sociedade brasileira, os discursos sobre o corpo das mulheres e o aborto são atravessados por um pré-construído, “algo que fala antes”. As setas retratadas no quadro apontam para o efeito de deslizamento dos dizeres, no qual são produzidos sentidos de responsabilização das mulheres pela gestação, bem como de culpabilização e acusação, caso opte por um procedimento abortivo.

A pesquisadora reflete que, por meio da dualidade entre “eles” e “elas”, é produzido um efeito metafórico que nos permite compreender

um funcionamento que retoma uma memória sobre o corpo da mulher em que se explicita uma contradição que sustenta a sociedade sobre o direito da mulher em abortar e não ser penalizada e criminalizada por isso. Pelos comentários, é possível notar que, nas sociedades machistas/patriarcais, as mulheres não têm direito a seu corpo, uma vez que são vítimas de julgamentos morais, se apoiam pautas como as do aborto legal, e criminalizadas caso o utilizem como uma opção à não-maternidade (GARCIA, 2020, p. 160).

Desse modo, entendemos que é necessário refletir sobre a materialidade do corpo, visto que, parafraseando Ferreira-Leandro (2013), é o corpo que vai servir como objeto de intervenção social para a resistência e também como a própria ferramenta dessa intervenção.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que este capítulo *Discursos Produzindo o Corpo* é particularmente importante para compreendermos as controvérsias acerca do aborto na contemporaneidade, visto que foram, por meio de determinadas ações e discursos, em determinados tempos históricos, que se criaram e consolidaram algumas representações que ainda hoje marcam nossos corpos, com maior ou menor intensidade.

3 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O ABORTO

*“Mulher, a culpa que tu carrega não é tua
Divide o fardo comigo dessa vez
Que eu quero fazer poesia pelo corpo
E afrontar as leis que o homem criou pra te maldizer”
(Ekena)*

Na epígrafe que inicia este capítulo, temos um fragmento da canção “Todxs putxs”, de Ekena. A artista brasileira denuncia a realidade partilhada por muitas mulheres, que é a dominação masculina, que se instala historicamente, como vimos no capítulo 2, pela via do corpo. Entretanto, a cantora convida às mulheres a “afrontar as leis”, a fim de retomarem o domínio sobre seus corpos. O cenário apresentado se configura como uma disputa pelos corpos, que se dá, principalmente, por meio da regulação da reprodução e da sexualidade.

Este capítulo tem como objetivo apresentar as condições de produção do discurso sobre o aborto. Para tanto, faz-se necessário um breve percurso sobre o tema-tabu para que possamos compreender a atualidade desse debate.

No Brasil colonial, a interrupção de uma gravidez era uma prática considerada socialmente condenável. O principal motivo era o interesse pela expansão demográfica da população europeia, visto que os habitantes da colônia eram majoritariamente de origem indígena e africana. No entanto, na opinião de Del Priore (2009), a prática do abortamento era conhecida por toda a sociedade e já fazia parte do universo da maternidade e da feminilidade, tanto no Brasil quanto em Portugal.

Em seus estudos, Del Priore aponta que os textos de cronistas e médicos entre os séculos XVI e XVIII já comentavam sobre o fato. A autora cita algumas das práticas utilizadas pelas mulheres da colônia para dar fim ao problema de uma gravidez indesejada. Vejamos.

Ingerir ervas, carregar fardos ou dar pulos eram manobras conhecidas para fazer o fruto renunciar. Em caso de desespero, recorria-se a todo tipo de objeto pontudo: de agulhas a canivetes, de colheres a tesouras de costura ou espetos de cozinha. Temia-se mais a gravidez indesejada do que a morte por infecção (DEL PRIORE, 2011, p. 102).

A autora pontua que, diante de algumas das práticas de abortamento, a Igreja, até o século XIX, demonstrava alguma tolerância, pois acreditava que “a alma só passava a existir no feto masculino após quarenta dias da concepção, e, no feminino, depois de oitenta” (DEL PRIORE, 2011, p. 102). Nesse sentido, os abortos realizados antes da “entrada da alma” não

eram apontados como crime ou pecado. Entretanto, a perseguição era severa, quando se tratava de abortamento cometido em relações extraconjugais, visto que mobilizava sentidos de imoralidade contra a união sagrada que é considerado o casamento.

O Estado, por sua vez, se interessava em discutir se o aborto tinha ocorrido de maneira voluntária ou involuntária. Para a socióloga Maria José Rosado Nunes, “a preocupação central – da Igreja como do Estado – era a constituição do casamento monogâmico como regra para toda a sociedade” (ROSADO-NUNES, 2006, p. 24). Nesse sentido, podemos afirmar que, desde o início da colonização do Brasil, a Igreja e o Estado se posicionaram contrários às práticas de aborto no país, entretanto, não pelos motivos que conhecemos hoje.

É somente com o Código Penal (CP) da República, promulgado em 1890, que surgiram as leis específicas para a criminalização do aborto. Após a deliberação do regulamento, as mulheres passaram a ser criminalizadas legalmente; foram estipulados cinco anos de reclusão àquelas mulheres que interrompessem a gravidez. A única possibilidade de abortamento possível, mediante a prescrição do código penal, se dava nos casos de aborto para salvar a vida da gestante.

O atual Código Penal brasileiro – Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940, demonstra ser semelhante ao seu antecessor, no entanto promove uma mudança significativa em relação ao anterior, visto que a sua última modificação, em 12 de abril de 2012, possibilitou a legalização do aborto nos casos de gravidez de feto com anencefalia. Convém ressaltar que o capítulo do Código Penal – 1940, que se refere ao aborto, está situado na seção dos “crimes contra a pessoa” e dos “crimes contra a vida”, do referenciado Código. Abaixo reproduzo, em uma tabela, a apresentação dos artigos que tratam da temática do aborto enquanto crime e suas respectivas penas.

Quadro 3 – Legislação sobre o aborto

Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento
Art. 124. Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque: Pena – detenção, de um a três anos.
Aborto provocado por terceiro
Art. 125. Provocar aborto, sem o consentimento da gestante: Pena – reclusão, de três a dez anos.
Art. 126. Provocar aborto com o consentimento da gestante: Pena – reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência.
Forma qualificada
Art. 127. As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.
Art. 128. Não se pune o aborto praticado por médico.
Aborto necessário
I – se não há outro meio de salvar a vida da gestante;
Aborto no caso de gravidez resultante de estupro
II – se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

Fonte: Código Penal brasileiro (1940)

Desse modo, mediante as leis prescritas pelo Código Penal brasileiro, as mulheres passaram a ser consideradas clandestinas perante a sociedade. No entanto, a criminalização não inibe as mulheres de recorrerem ao aborto voluntário. Conforme aponta Biroli (2018, p. 89), “estima-se que entre 2010 e 2014, foram realizados no mundo 56 milhões de aborto por ano, o que representa uma taxa de 35 abortos para cada mil mulheres entre 15 e 44 anos”.

No Brasil, a situação não é diferente. Biroli descreve que o resultado da Pesquisa Nacional do Aborto de 2016 aponta que “meio milhão de mulheres recorreram ao aborto em 2015, o que corresponde a 1.300 mulheres por dia, quase uma mulher por minuto” (BIROLI, 2018, p. 89). A autora relata que muitas mulheres recorrem ao aborto utilizando o uso de substâncias naturais, como chás abortivos; fazendo uso de medicamentos como o Misoprostol, mais conhecido como Cytotec, que possuía fácil acesso em farmácias; com o uso domésticos de instrumentos que podem causar perfurações; ou recorrendo ao recurso de abortamentos cirúrgicos em clínicas clandestinas.

É importante frisar que, atualmente, o acesso a tais medicamentos em farmácias passou a ter uma severa fiscalização por meio dos órgãos públicos; no entanto, as mulheres continuam expostas aos perigos da medicação sem prescrição médica. Uma reportagem do G1²⁰, em 16 de

²⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/11/16/remedio-abortivo-rio.ghtml>. Acesso em: 13/09/2021.

novembro de 2021, apresenta a venda de medicamentos abortivos (Cytotec) e estimulantes sexuais (Pramil), em uma das ruas mais movimentadas do Rio de Janeiro. A venda de medicamentos ilegais não se resume às ruas; também, nos espaços virtuais, são encontrados perfis que são destinados à comercialização de medicamentos abortivos que põem em risco a saúde das mulheres.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o abortamento inseguro é um procedimento para finalizar uma gravidez não desejada, realizado por indivíduos sem as habilidades necessárias e/ou em ambiente abaixo dos padrões médicos exigidos. A realização do abortamento de forma clandestina é um problema de Saúde Pública, visto que as complicações referentes ao aborto inseguro se configuram como uma das principais causas de óbito materno. O guia de Orientação Técnica sobre o abortamento seguro da OMS aponta que

As complicações do abortamento inseguro incluem a hemorragia, a septicemia, a peritonite e o traumatismo do colo do útero e os órgãos abdominais. Cerca de 20 % a 30 % dos abortamentos inseguros provocam infecções do trato reprodutivo, e entre 20 % e 40 % destas acabam com uma infecção do trato genital superior. Uma em cada quatro mulheres submetidas a um abortamento inseguro provavelmente irá desenvolver sequelas temporais ou permanentes que requerem atenção médica oportuna (OMS, 2013, p. 20).

Nesse sentido, mesmo diante das complicações causadas pelo aborto, mesmo perante as restrições impostas pelo Estado, as mulheres, principalmente as com situações socioeconômicas desfavoráveis, diante de uma gravidez indesejada, submetem-se aos procedimentos clandestinos, pondo em risco suas próprias vidas. No entanto, a OMS demonstra que, nos países em que as mulheres possuem acesso aos serviços de abortamento de maneira segura, os índices de morte materna são, conseqüentemente, reduzidos.

A proporção de mortalidade materna a cada 100 000 nascidos vivos devido a um abortamento inseguro costuma ser mais alta nos países com restrições importantes e mais baixa nos países onde as mulheres têm livre acesso a serviços seguros. A evidência acumulada aponta que a eliminação das restrições sobre o abortamento acarreta uma redução da mortalidade materna causada pelo abortamento inseguro e, em consequência, uma diminuição no nível global de mortalidade materna (OMS, 2013, p. 23).

Além das restrições legais ao aborto, as mulheres enfrentam outras barreiras para o acesso ao abortamento seguro, ou ao atendimento pós-abortamento²¹, que incluem desde a falta de apoio social, o medo de atitudes negativas/punitivas por parte dos profissionais de saúde até

²¹ De acordo com a OMS, são qualificados como procedimentos de pós-abortamento o atendimento prestado às mulheres que passaram por abortos espontâneos; no caso de mulheres submetidas a abortamentos clandestinos, “o atendimento posterior deve constituir uma estratégia para atenuar a morbidade associada com as complicações, incluída a aspiração do útero quando produzido um abortamento incompleto” (OMS, 2013, p. 52).

a falta de conhecimento sobre o direito ao aborto legal e aos procedimentos realizados no pós-abortamento.

Dentre essas barreiras enfrentadas pelas mulheres brasileiras, ainda podemos citar o crescimento das ofensivas por parte de grupos pró-vida, que constantemente vêm promovendo ações contrárias ao direito ao aborto legal, previsto na Constituição vigente.

Tais ações são calcadas, como pontuamos na seção *A via crucis do corpo*, sobretudo pela Igreja Católica e suas associações da mulher à figura da Virgem Maria: mãe bondosa, casta e devota à família. Desse modo, não é fácil para as mulheres decidirem sobre suas vidas reprodutivas, visto que a Igreja e outros aparelhos ideológicos influenciam diretamente suas decisões.

No tocante a isso, cito os estudos de Sousa e Garcia (2018), que descrevem os resultados das análises da campanha contra a intromissão do Estado, da Igreja e dos homens nas escolhas que cabem diretamente às mulheres. A campanha promovida pela revista *Marie Clarie*, por meio das *hashtag* #Me Deixa, de acordo com as autoras, retoma uma memória de que as mulheres não são donas de suas decisões e de seus corpos.

[...] o corpo da mulher não pertence a ela, mas sim ao Estado, que legisla, por exemplo, sobre a legalização do aborto; ao homem, o qual tem sua virilidade sustentada ao dominar, muitas vezes pela violência, o corpo da mulher; à sociedade, que impõe à mulher o que ela pode ou não fazer com seu corpo (“não amamentar em público”, “não ser virgem depois dos 20”, “não fazer topless”, “não dar à luz em casa”, “não mudar de gênero”, “não ser gorda”, “não praticar aborto”) (SOUSA; GARCIA, 2018, p. 48).

Desse modo, compreendemos, juntamente com bell hooks (2019, p. 54), que “perder terreno na questão do aborto legal, seguro e barato significa para as mulheres perder terreno em todas as questões reprodutivas”. É diante desse cenário que se configura a luta das mulheres pelo direito de decidir sobre sua vida reprodutiva de maneira livre e segura. Uma das conquistas resultantes da luta das mulheres e do ativismo feminista diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, que, no Brasil, é garantido pela Constituição Federal de 1988.

O debate atual sobre o aborto ganhou destaque na agenda política nas últimas décadas. A discussão sobre o aborto proposta pelo Movimento Feminista coloca em pauta questões fundamentais para as mulheres, visto que o direito ao aborto seguro é caracterizado como um eixo central para a garantia da autonomia feminina sobre sua reprodução e sexualidade. À revelia, a Igreja Católica e algumas vertentes religiosas neopentecostais, que defendem uma visão conservadora da vida, frequentemente baseada em concepções sexistas, argumentam que o direito à vida é inviolável, em virtude de a vida ser considerada sagrada.

O momento das eleições é marcado pela realização de debates eleitorais, o que possibilita aos candidatos apresentarem suas propostas de projetos para o seu público-eleitor. Ao longo dos debates, discorre-se sobre temas pré-definidos, ou então escolhidos livremente. Nesse sentido, temas como os direitos sexuais e reprodutivos têm feito parte da agenda de debates nas eleições.

Na eleição de 2018, por exemplo, o jornal *Estado de Minas* publicou uma entrevista intitulada *O que pensam os presidentiáveis sobre o aborto*²², na qual são destacados os posicionamentos e declarações dos principais candidatos à presidência sobre a temática. A entrevista aponta que, dentre os candidatos, somente Guilherme Boulos (PSOL) e Lula (PT), que teve sua candidatura indeferida, são favoráveis à legalização do aborto. Em contrapartida, os candidatos Geraldo Alckmin (PSDB), Álvaro Dias (PODEMOS), João Amoêdo (NOVO) e Jair Bolsonaro (PSL), que foi eleito, declararam-se contrários à descriminalização do aborto. Em relação aos demais, o candidato Ciro Gomes (PDT) mantém seu posicionamento incerto, enquanto Marina Silva (REDE) defende que a legalização deve ser debatida em plebiscito e, por fim, Henrique Meirelles (MDB) demonstra ser parcialmente favorável à descriminalização.

Como vimos, somente dois candidatos se mostraram abertamente favoráveis à descriminalização do aborto. Isso se dá porque esse é um tema tabu que, geralmente, os políticos costumam evitar, visto que divide opiniões e pode gerar a perda de votos para o candidato. Essa preocupação com a opinião do eleitorado ocorre devido ao crescimento da participação da população dos segmentos evangélicos pentecostais e católicos na vida política.

Diante disso, podemos afirmar que o posicionamento do presidente Jair Bolsonaro, que é marcado pelo não comparecimento aos debates eleitorais e por suas declarações desfavoráveis ao aborto nas redes sociais, se mostrou estrategicamente bem-sucedido na disputa pela atenção do eleitorado conservador que o elegeu.

De acordo com o levantamento realizado por *Elas no Congresso*, plataforma de monitoramento legislativo da *Revista Azmina*²³, em 2020 e atualizado em fevereiro de 2021, a maior parte do trabalho realizado na Câmara e no Senado tem sido prejudicial para o avanço dos direitos reprodutivos das mulheres brasileiras. Nesse sentido, o ponto central que marca o conservadorismo do atual governo, em relação ao aborto, é o fato de que a temática foi utilizada como pauta para a eleição do presidente Jair Bolsonaro.

²² Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/06/interna_politica,978338/o-que-pensam-os-presidentiaveis-sobre-o-aborto.shtml. Acesso em: 26/09/21.

²³ Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/so-um-pl-propos-a-descriminalizacao-do-aborto-no-brasil-na-ultima-decada/> acesso em: 22/10/21.

O atual presidente filiou-se ao Partido Social Liberal (PSL) para disputar as eleições de 2018, no entanto, atualmente, após dois anos sem partido, Jair Bolsonaro filia-se ao Partido Liberal (PL), visando uma possível reeleição. Nesse ínterim, a pesquisa citada anteriormente aponta que o PSL ganhou maior representação no Congresso, pois “passou de 1 para 52 deputados nas eleições de 2018”. O PSL também ganhou destaque como sendo o partido com mais projetos sobre o aborto na câmara. Abaixo, temos a reprodução de um gráfico que demonstra quais são os partidos, depois do PSL, que mais legislam sobre a temática do aborto no Congresso Nacional. Vejamos:

Gráfico 1 – Partidos que mais legislam sobre o aborto



Fonte: Azmina (2020)

O gráfico demonstra que, seguido do PSL, temos como atuantes no Congresso os seguintes partidos: o PR, o PSB, o PSC e o PMDB. E o que eles têm em comum? Todos são movidos pela filosofia conservadora, que defende a manutenção das instituições sociais tradicionais, como a família e a religião, ou seja, defende a manutenção do *status quo*. Biroli (2018, p. 81) aponta que a “defesa da família” tem sido o lema mais utilizado nas primeiras décadas do século XXI no Brasil e na América Latina, visando reprimir o direito legal ao aborto e “anular decisões favoráveis à união entre pessoas do mesmo sexo”.

Dentre os principais projetos que tematizam o aborto no atual congresso, podemos citar: O dia do Nacional do Nascituro (PL2611/2021), que visa instituir um dia para promover a conscientização sobre os riscos do aborto; e o dia Nacional da Paternidade Responsável (PL2610/21), que objetiva conscientizar a sociedade a respeito dos direitos e deveres decorrentes dos vínculos paterno-filiais e materno-filiais.

Apesar dessa pauta ter sido levantada pelos partidos conservadores em suas diferentes formas de atuação no país, podemos afirmar que, quando trata-se da questão do aborto, existe um silenciamento por parte de alguns partidos da esquerda brasileira. Essa afirmação é baseada nas eleições de 2010, quando, pela primeira vez, elegemos uma mulher, Dilma Rousseff, ao cargo de autoridade máxima do país, a Presidência da República.

Nesse ano, as temáticas acerca dos direitos sexuais e reprodutivos ganharam centralidade no debate eleitoral e devido à inclinação política de Dilma Rousseff, esperava-se que a candidata promovesse mudanças significativas para a luta das mulheres. No entanto, Miskolci (2017) aponta que a estratégia do oponente, José Serra (PSDB), foi a de interrogar o posicionamento da candidata Dilma Rousseff (PT) sobre os temas-tabu. As declarações favoráveis de Dilma acerca do assunto, no início das eleições, foram responsáveis pela diminuição de seus votos, o que a levou para o segundo turno. Desse modo, a candidata assumiu uma nova postura, que não foi satisfatória para os movimentos feministas e LGBTQIA+. É o que demonstra a descrição do autor sobre o desfecho do debate.

[...] a campanha foi a um segundo turno eleitoral, no qual Dilma Rousseff, a candidata do Partido dos Trabalhadores, se aproximou das forças religiosas católicas e neopentecostais comprometendo-se a não tomar iniciativas de mudança na legislação sobre o aborto ou concernente ao matrimônio homossexual, ao combate à homofobia (MISKOLCI, 2017, p. 741).

Nesse sentido, podemos observar que o governo Dilma, mesmo liderado por uma mulher e sendo um partido de esquerda, não representou um avanço significativo no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, visto que a presidente se manteve fiel a sua palavra e não mobilizou ações para a descriminação do aborto em seu governo. Entretanto, cabe ressaltar que, no período de sua candidatura, os manuais educacionais sobre os procedimentos de abortamento seguro circulavam com maior frequência no país.

No entanto, convém ressaltar que a atual renovação do Congresso Nacional demonstra que passamos a ter um governo pautado mais na “(des)ordem” do que no “progresso”, visto que nunca a Câmara dos Deputados apresentou tantos projetos de lei para restringir e dificultar o direito, garantido por lei, ao aborto.

Em oposição ao que visualizamos no governo Dilma, não se trata apenas de omissão sobre a temática, mas sim de ações pautadas na desinformação, visando sobretudo a criminalização total da prática de aborto legal no país.

Ao retomar a pesquisa realizada por *Elas no Congresso*, observamos que pouco se pauta no Congresso, do governo atual, sobre a descriminalização do aborto. O gráfico abaixo demonstra que a posição dos parlamentares é majoritariamente favorável à criminalização.

Gráfico 2 – Criminalização x Descriminalização

Fonte: Azmina (2020)

A temática do aborto é exclusivamente abordada no Congresso Nacional sob a perspectiva da moral e demonstra que os políticos possuem um conservadorismo ativo, que foi/é fomentado pelas ações e posicionamentos enérgicos do atual presidente, especialmente, nas redes sociais. No entanto, faz-se necessário direcionar a discussão sobre o aborto na câmara como parte da agenda de saúde reprodutiva das mulheres, a fim de orientar o debate para além da criminalização.

Nesse sentido, podemos afirmar que os dados que apresentamos anteriormente estão articulados ao sentido amplo das condições de produção, propostos por Orlandi (2005), visto que, devido ao crescimento de partidos conservadores no Congresso Nacional, os sentidos mobilizados sobre o aborto se direcionam exclusivamente para a criminalização.

A discussão proposta nessa seção abordou os sentidos sobre o aborto produzidos nos espaços empíricos, no entanto compreendemos que mediante a migração de sentidos do espaço empírico para o espaço virtual há uma articulação direta entre os dois espaços. Nesse sentido, nas próximas subseções iremos nos voltar, especificamente, sobre sentidos produzidos no espaço virtual.

3.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO: A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E AS SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS DE REFERÊNCIAS

Na perspectiva da Análise de Discurso, faz-se necessário ir além das evidências. Nesse sentido, é indispensável que o analista, a fim de compreender os processos de produção dos sentidos dos discursos, busque investigar como um texto, em suas diferentes materialidades, produz sentido.

Para tanto, é fundamental o entendimento das Condições de Produção (CP), tal como é concebida em AD. Desse modo, apontaremos os estudos de Courtine (2014), que contribuíram, positivamente, para os deslocamentos da noção no interior da teoria. O autor explica que as condições de produção do discurso agem “à maneira de um funil, ou melhor, de um filtro que opera por extrações sucessivas” (COURTINE, 2014, p. 54-55), o que permite ao analista a constituição de seu material de análise.

Em suas considerações acerca da noção, Orlandi (2005, p. 30) explica que podemos considerar as Condições de Produção em dois sentidos: o estrito e o amplo. O primeiro está relacionado com as “circunstâncias de enunciação: é o contexto imediato”; o segundo corresponde às “condições de produção, que incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”. A autora ainda aponta que o sentido amplo “é o que traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma da nossa sociedade, com suas Instituições [...]” (ORLANDI, 2005, p. 31), por sua vez, o sentido estrito preocupa-se com os lugares em que os enunciados foram formulados.

Sabemos que cabe ao analista de discurso a realização de um gesto interpretativo para a construção do *corpus* de pesquisa, visto que esse é, segundo Orlandi (2005), um dos primeiros pontos a se considerar na análise. Essa construção deve ser orientada pelos objetivos de pesquisa proposto pelo analista, alinhados aos dispositivos teóricos da Análise de Discurso.

Diante disso, em termos metodológicos, tendo em vista a finalidade dos nossos objetivos, a constituição do *corpus* foi realizada por meio da busca de páginas/perfis que tratassem sobre a temática do aborto no *Instagram*. A partir dessas buscas, deparamo-nos com diversas páginas que abordam a temática e promovem a circulação de diferentes sentidos sobre o corpo e o aborto no espaço virtual.

Além dos mecanismos de buscas próprios do *Instagram*, também devemos considerar a presença das *hashtags*, que são representadas pelo símbolo (#) e garantem um alcance maior de publicações similares. A esse respeito, apontamos brevemente os estudos de Grigoletto e Galli

(2021) sobre o funcionamento discursivo das *hashtags* ou *tags*. Para as autoras as *hashtags* funcionam “tanto do ponto de vista da técnica, como de uma ‘espécie’ de marca linguística, própria das discursividades online, que nos guia a investigar determinadas regularidades nos discursos” (GRIGOLETTO; GALLI, 2021, p. 236).

As pesquisadoras ainda apontam que o funcionamento das *hashtags* contribui não só para a distribuição rápida dos conteúdos na rede, mas também age por meio do controle, visto que “através dos sistemas algorítmicos, atua buscando determinados padrões de comportamento, de opinião” (GRIGOLETTO; GALLI, 2021, p. 240).

A partir desse primeiro gesto de interpretação, selecionamos 6 (seis) páginas/perfis para compor o nosso *corpus* discursivo. As páginas escolhidas foram: 1. *Frente contra o aborto* e 2. *Geração Pró-vida*; que mobilizam sentidos favoráveis à criminalização do aborto; 3. *As Católicas pelo Direito de Decidir* e 4. *As Evangélicas pela Legalização*, que são militantes religiosas que defendem os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; e, por fim 5. *Nem presa, nem morta por aborto* e 6. *Pela vida das mulheres*, que são militantes feministas que atuam na luta pela legalização do aborto.

O quadro abaixo apresenta algumas informações e critérios que justificam a escolha das páginas/perfis selecionados para compor o nosso *corpus* discursivo. Dentre os critérios estipulados podemos citar: a) Possuir conta ativa no *Instagram*; b) Possuir o número de seguidores maior que 1.000 (Mil) e c) Maior número de postagens.

A escolha desses critérios se justifica, visto que é por meio desses indicadores que o *Instagram* gerencia a entrega do conteúdo produzido para seu público-alvo. A constância das postagens faz com que a publicação seja recomendada, pelo *Instagram*, por meio do “explorar”, também para aqueles que não são seguidores da página, garantindo assim maior engajamento das contas.

Quadro 4 - Corpus Discursivo²⁴

Nome (Username)	Endereço virtual	ADM	Seguidores	Publicações
Frente Contra o Aborto	https://www.instagram.com/frentecontraaborto/	Membros da Frente Parlamentar	3.944	430
Geração Pró-Vida	https://www.instagram.com/geracao_provida/	Não identificado	9.363	928

²⁴ “Conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso” (COURTINE, 2014, p. 54).

As Católicas pelo Direito de Decidir	https://www.instagram.com/ascatolicas/	Católicas Feministas	37,8 Mil	713
Evangélicas pela Legalização	https://www.instagram.com/evangelicaspelalegalizacao/	Mulheres Evangélicas	7.762	75
Nem Presa, nem Morta por Aborto	https://www.instagram.com/nempresanemmorta/	Mulheres Feministas	22,9 Mil	453
Pela Vida das Mulheres	https://www.instagram.com/pelavidasmulheres/	Frente Nacional contra a criminalização	3.952	304

Fonte: Autora (2021)

Essas páginas em particular despertaram o nosso interesse, em virtude da repetibilidade de alguns enunciados que mobilizam os sentidos de “aborto como crime” e “aborto como direito”, os quais se inscrevem, pela nossa hipótese inicial, nas formações discursivas (FD) Pró-vida e Pró-escolha. Para Courtine (2014, p. 91), os enunciados são determinados pelo “interdiscurso de uma FD, sob a forma das relações de repetição, refutação, transformação e redefinição, que se estabelecem entre enunciados provenientes de FD distintas a partir de posições ideológicas dadas”.

Nesse sentido, o primeiro passo para a constituição do *corpus* se deu pela escolha de uma sequência discursiva “como ponto de referência, a partir do qual o conjunto dos elementos do *corpus* receberá sua organização” (COURTINE, 2014, p. 107-108). O autor aponta para a necessidade de pensar uma sequência discursiva de referência (SDR), visto que esta estará relacionada a um “sujeito de enunciação” e uma “situação de enunciação”, ou seja, as relações de lugar, que, por sua vez, remetem às relações de classes. Ainda, de acordo com o autor,

Escolher uma sequência discursiva de referência equivale assim a determinar a pertinência histórica de tal conjuntura, a situar a produção dessa sequência na *circulação* de formulações trazidas por sequências discursivas que se opõem, se respondem, se citam..., a descrever, enfim, o âmbito institucional e as circunstâncias enunciativas dessa produção (COURTINE, 2014 [1981], p. 108, itálicos do autor).

Em virtude disso, recortamos dois enunciados sobre o aborto que circularam nas páginas do *Instagram* selecionadas, que funcionam, segundo nosso entendimento, como sequências discursivas de referência (SDRs), pela sua representatividade e por apresentarem o funcionamento discursivo descrito por Courtine na citação acima. São eles: *Aborto é crime*

*contra a vida e Aborto não é crime*²⁵. Os enunciados em questão inscrevem-se, a partir da nossa hipótese inicial²⁶, respectivamente, nas FD Pró-Vida e FD Pró-Escolha. Dessa forma, mediante o exposto, nesse momento, nos debruçaremos sobre os enunciados mencionados.

Como pudemos observar no percurso traçado por esta pesquisa, as práticas religiosas se fazem presentes nos discursos sobre o aborto e também nas relações sociais. Nesse sentido, apoiados pela tradição cristã e suas proposições condenatórias do aborto, os grupos denominados pró-vida tem como principal objetivo defender a vida do feto. Para a pesquisadora Maria José Rosado-Nunes, os argumentos utilizados pela Igreja são baseados em dois pilares:

A existência de uma pessoa humana, sujeito de direitos, desde o primeiro momento da concepção é o pressuposto para se considerar a interrupção da gravidez como um ato homicida em qualquer momento da gestação e sob quaisquer condições. Assim, esses dois elementos – a sacralidade da vida humana e a condição de pessoa do embrião – fundam a condenação incondicional do aborto (ROSADO-NUNES 2012, p. 23).

Desse modo, podemos observar que os argumentos da Igreja são mobilizados por uma concepção de ordem religiosa e moral. De acordo com o viés religioso “atentar contra a vida é atentar contra o próprio Deus” (Idem, p. 24), que é o criador da vida. A Igreja sustenta esse argumento baseada na narrativa bíblica, especificamente, no quinto mandamento, prescrito por Deus, que determina: “não matarás”. Nesta direção, a Igreja e seus fiéis se manifestam majoritariamente contrários à descriminalização do aborto e em defesa da vida e, em razão disso, se colocam, dentro das relações de poder, numa instância de julgamento ético e moral acima de qualquer outro argumento, seja científico, biológico ou jurídico.

É nesse sentido, que, para Vaggione (2017), a Igreja Católica - e acrescento também as Igrejas neopentecostais - se configura como o principal obstáculo para a garantia de acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, visto que “intervém em um papel dual: como instituição religiosa e como ator político, gerando um ativismo que transcende as fronteiras entre o religioso e o secular, o pecado e o delito ou os fiéis e a cidadania” (VAGGIONE, 2017, p. 99).

Essa dupla inscrição, enquanto instituição religiosa e ator político, potencializa o domínio da Igreja na interpelação dos sujeitos para aderirem às suas causas/ideologias. É nesse contexto que está inserido o enunciado, o qual tomamos como SDR, e analisaremos a seguir.

²⁵ As SDR selecionadas foram retiradas das páginas do *Instagram* que compõem nosso *corpus* e encontram-se disponíveis em: https://www.instagram.com/geracao_provida/ <https://www.instagram.com/pelavidadasmulheres>. Acesso em: 15/10/2021.

²⁶ Neste momento, nosso gesto de interpretação partirá dessa hipótese inicial, visto que ainda não foram realizadas as análises das materialidades discursivas.

Figura 3 – SDR 1: Pró-Vida



Fonte: <https://www.instagram.com/p/BoKyeRFBjRU/> (2018)

Na figura 3, nos deparamos com os seguintes enunciados: *Se matar uma pessoa é CRIME contra a VIDA, então o aborto também é um crime contra a VIDA*. O enunciado encontra-se dividido por uma balança, na qual podemos observar apenas o contorno, visto que está sob um fundo preto e iluminado por uma fumaça.

Por meio da memória discursiva, podemos constatar que a figura da balança que possui pratos posicionados igualmente é bastante utilizada no âmbito jurídico, visto que mobiliza sentidos de igualdade entre os homens mediante a lei, ou seja, a balança representa a justiça.

Nesse sentido, temos, de um lado da balança, o enunciado: *se matar uma pessoa é CRIME contra a VIDA* e, do outro: *então o aborto também é um crime contra a VIDA*. Logo, podemos observar que os sentidos produzidos pela palavra “crime” mobilizam, através do interdiscurso, “o já dito antes, em outro lugar”, ou seja, retomam os sentidos produzidos pelo Código Penal – 1940, que aborda a temática do aborto enquanto “crimes contra a pessoa” e “crimes contra a vida”. Nesse sentido, o sujeito do discurso promove a nivelção entre o aborto e o crime de homicídio, a fim de mobilizar sentidos condenatórios à descriminalização do aborto.

Convém pontuar que o nivelamento do aborto com o assassinato é construído pela Igreja de maneira apelativa e está associado ao mandamento religioso que diz “Não matarás”. O argumento em questão coloca a religiosidade à frente da lei e equipara o abortamento, mesmo em casos legais, ao crime de assassinato.

Vale pontuar que o enunciado, embora atravessado por dizeres de uma FD jurídica, visto que faz funcionar os sentidos de crime e penalidade advindos do Direito, se inscreve essencialmente, em uma FD religiosa, que é dominante.

Ao retornarmos à figura, podemos afirmar o que foi dito anteriormente, visto que, ao analisar a parte inferior da postagem, temos o enunciado: *STF não cale a minha voz*, que pode ser observado também nas *hashtags* da publicação. Diante disso, podemos afirmar que a postagem se configura como uma contra-argumentação às decisões plenárias do Supremo Tribunal Federal (STF), que consiste na autoridade máxima do Poder Judiciário e é responsável por determinar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de acordo com o que dispõe a Constituição.

Nesse sentido, cabe ao STF o controle da constitucionalidade de determinada lei, logo, uma das formas de exercer tal controle é por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) que consiste em uma ação que pode ser utilizada para reaver ou evitar quaisquer ofensas ao conteúdo dos Direitos Humanos.

No entanto, algumas ações do STF mobilizam disputas e conflitos ideológicos perante a sociedade civil, fato que retarda o processo do julgamento. Tomamos como exemplo a decisão histórica do STF, que, por meio da ADPF 54, considerou inconstitucional a discriminação do aborto em casos de fetos anencéfalos. A discussão, que foi iniciada em 2004, somente foi deliberada em 2012, no Governo de Dilma Rousseff, ou seja, após 8 anos de espera para ser julgada em virtude da polarização em torno do tema do aborto.

A seguir, apresentaremos a análise da SDR *Aborto não é crime*, que se inscreve em uma FD Pró-escolha. Como vimos no capítulo 2, especificamente na seção 2.3 *As teorias feministas e os aparelhos ideológicos do Estado*, a luta dos movimentos feministas contra a dominação masculina e pelo direito a seus corpos e sua sexualidade tem sido constante desde os anos 1970.

O feminismo liberal ensina às mulheres a reivindicarem por seus corpos, visto que “não há nada mais absurdo para o patriarcado do que o direito ao corpo” (TIBURI, 2020, p. 37). Nesse sentido, para o feminismo, uma das formas das mulheres tornarem-se donas de si é por meio do direito ao aborto legal que permite à mulher a liberdade sobre a sua vida reprodutiva. É diante desse cenário de luta pela autonomia das mulheres que está inserida a SDR *aborto não é crime*, como veremos abaixo.

Figura 4 – SDR 2: Pró - Escolha



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CUgLKOqLxLG/> (2021)

Ao atentarmos para os enunciados presentes na figura 4, percebemos, juntamente com Biroli, que o direito ao aborto encontra-se “situado em um domínio da vida e das escolhas individuais que é profundamente pessoal, ao mesmo tempo que é político” (BIROLI, 2014, p. 123). Podemos observar isso por meio das declarações: *Cidadania é autonomia; Gravidez forçada é tortura; Aborto não é crime; Obrigar a mulher estuprada a parir não é proteção, é violência*, que circularam no ato organizado pela Frente Nacional Contra a Criminalização das mulheres e pela Legalização do aborto, que ocorreu, no Pará, em frente ao Hospital Fundação Santa Casa, primeiro hospital na região a realizar os procedimentos de abortamento permissivos por lei.

É interessante comentar que o gesto de ir às ruas revela a união de diversas mulheres em prol de uma causa, simboliza também, conforme aponta os estudos de Carneiro, Dela Silva e Lagazzi (2021), gestos de resistência.

Uma resistência que se faz na rua, lugar de união e de dar corpo às lutas. A rua como princípio desorganizador do cerceamento que sempre circunscreveu o lar como guardião das moralidades e dos valores burgueses, e a mulher como sua rainha. Por isso, o simbolismo potente do gesto de sair às ruas! A rua é lugar do caos, de resistência, de encontro, de marcha, de briga, lugar de deslocar o bordado para a faixa e fazer das agulhas e linhas instrumentos de revolução (CARNEIRO, DELA SILVA, LAGAZZI, 2021, p. 196)

Desse modo, podemos verificar que os sentidos sobre o aborto circulam nas ruas e se fazem presentes também no espaço virtual. É possível afirmar que a migração dos sentidos do espaço urbano para o espaço virtual não apaga necessariamente os gestos de resistência. No

virtual, a resistência terá suas especificidades, visto que ocorrerá por meio das curtidas e dos compartilhamentos, ou seja, por meio da propagação desse conteúdo.

As reivindicações apontadas pelo movimento pró-escolha se apoiam nos argumentos do liberalismo que visa a promoção da liberdade individual perante a lei. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo articulando argumentos advindos da lógica liberal, o movimento feminista tece uma série de críticas e redefinições para essa doutrina política. Tais críticas se direcionam especificamente aos entraves que as mulheres encontram para exercer sua autonomia e direito à liberdade de escolha. Para Biroli (2019), a criminalização do aborto naturaliza a subordinação das mulheres em detrimento aos homens e as torna alvo dos controles exercidos pelo Estado. Ainda, para a autora, a criminalização do aborto colabora para as diferenças e desigualdades existentes entre os diversos grupos de mulheres, visto que

A recusa ao direito ao aborto, por sua vez, mantém na legislação concepções diferenciadas de indivíduo e do direito ao próprio corpo, à integridade física e psíquica e à dignidade. O acesso a esses direitos, quando se criminaliza o aborto, é distinto *na letra da lei* segundo o sexo dos indivíduos. Da criminalização do aborto decorrem ainda distinções de classe e raça, uma vez que a integridade física e psíquica das mulheres negras e pobres é comprometida de forma aguda. Essa diferenciação social, que não se restringe às políticas do aborto, existe também quando a legislação silencia sobre diferenças e desigualdades que continuam marginalizando grupos da população, deixando assim de agir para reduzi-las ou superá-las (BIROLI, 2019, p. 82).

Nessa perspectiva, retomando a análise da SDR *aborto não é crime*, podemos afirmar que ela vem instaurar uma nova rede de formulações, visto que retoma uma memória (do aborto enquanto crime) para fazer funcionar o discurso pró-escolha. Ou seja, esse enunciado irá circular nas redes enquanto contra argumentação ao enunciado dos grupos pró-vida. Temos ainda, na segunda parte do enunciado, os seguintes dizeres *obrigar a mulher estuprada a parir não é proteção, é violência*, que retomam o projeto de lei PL 5435/2020, que prevê o direito à vida desde a concepção e propõe uma um auxílio para mulheres grávidas em razão de violência sexual.

Logo, os enunciados, *O aborto é um crime contra a vida* e *Aborto não é crime*, que selecionamos enquanto SDR revelam que a questão do aborto é dividida em dois “Brasis”, ou seja, pela luta de classes, que, por meio da linguagem, disputa pelos sentidos de (des)criminalização do aborto.

A partir da compreensão de Orlandi (2005, p. 63), que afirma que “a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas”. Nesse sentido, mediante as análises das SDR *Aborto é crime contra a vida* e *Aborto não é crime*, realizamos nossos gestos analíticos interpretativos

em torno de 6 (seis) sequências discursivas sobre o aborto, o que possibilitou a organização do nosso *corpus* de acordo com os seguintes eixos de sentidos:

1. O discurso do “bom sujeito”
2. O discurso do “mau sujeito”
3. O discurso da desidentificação

É importante ressaltar que a divisão entre as sequências discursivas expressa os efeitos de sentidos produzidos na circulação do discurso sobre o aborto no espaço virtual, que aponta para diferentes posições-sujeitos. O que nos permite pensar, de acordo com Pêcheux, que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 2014, p. 82).

Dessa forma, na próxima seção, abordaremos o Espaço Virtual enquanto Condições de Produção do discurso sobre o aborto e apresentaremos as especificidades do *Instagram*, bem como as páginas/perfis selecionados para a constituição do *corpus* discursivo.

3.2 O ESPAÇO VIRTUAL COMO CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O ABORTO

Sabemos que o advento da *internet* e a popularização das mídias sociais ocasionaram diversas transformações no modelo de comunicação. De acordo com o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han “[...] hoje não somos mais destinatários e consumidores passivos de informação, mas sim remetentes e produtores ativos. Não nos contentamos mais em consumir informações passivamente, mas sim queremos produzi-las e comunicá-las ativamente nós mesmos” (HAN, 2018, p. 36).

Nesse sentido, são inúmeras as plataformas de comunicação que estão à nossa disposição para garantir, não somente a facilidade da comunicação, mas também uma série de entretenimento que se encontra disponível ao alcance das mãos. São diversas as opções de plataformas que fazem parte do cotidiano dos indivíduos. Dentre elas, podemos citar o *WhatsApp*, o *Facebook*, o *Twitter*, o *Instagram*, e recentemente, o *Tik Tok*.

Entretanto, conforme a *internet* foi tornando-se parte das relações sociais, diversas pautas foram trazidas para o debate no espaço virtual, visto que, por meio da presença massiva da população nas redes, houve um estímulo para a troca de opinião e a mobilização de atividades em prol de uma causa, também, nesses ambientes virtuais.

Para Sousa e Garcia (2018), a luta empreendida pelas mulheres para romper com os padrões de feminilidade e dominação de seus corpos fortalece-se por meio da utilização do “ciberespaço para fazer os sentidos ecoarem, que diferentes mulheres farão resistência a uma

memória sobre a feminilidade e sobre o que pode e deve a mulher dizer/fazer” (SOUSA, GARCIA, 2018, p. 44).

Desse modo, ao pensarmos discursivamente a noção de espaço virtual, tomaremos como referência os estudos de Grigoletto (2011) que, ao retomar a sua tese (2005), na qual mobilizou as noções de espaço empírico e de espaço discursivo²⁷, questiona-se sobre qual seria “o lugar do virtual?” nesse quadro pensado em 2005. Mediante esse questionamento, a pesquisadora ressalta que o espaço virtual não pode ser pensado como,

Desvinculado destes outros espaços – o empírico e o discursivo – uma vez que o virtual, representado sobretudo pelo surgimento da internet, emerge no seio de uma determinada formação social, historicamente situada, produzindo efeitos imediatos não só nas práticas discursivas, mas também nas práticas sociais (GRIGOLETTO, 2011, p. 51).

Dessa forma, a autora explica que o espaço virtual não pode ser considerado um “um terceiro espaço” dentro do quadro, pois apresenta características tanto do discursivo, quanto do empírico, e também apresenta particularidades que lhes são próprias, pois é um lugar “onde se materializam diferentes discursividades, desde uma sala de bate-papo até situações mais formais” (GRIGOLETTO, 2011, p. 51).

Assim, a autora aponta que “a passagem do empírico ao discursivo não ocorre de forma neutra, e está atravessada por um novo modo de discursivizar, de se inscrever no discursivo” (GRIGOLETTO, 2011, p. 52), que estará marcada pela carga sócio-histórica-ideológica da formação social na qual estará inserido.

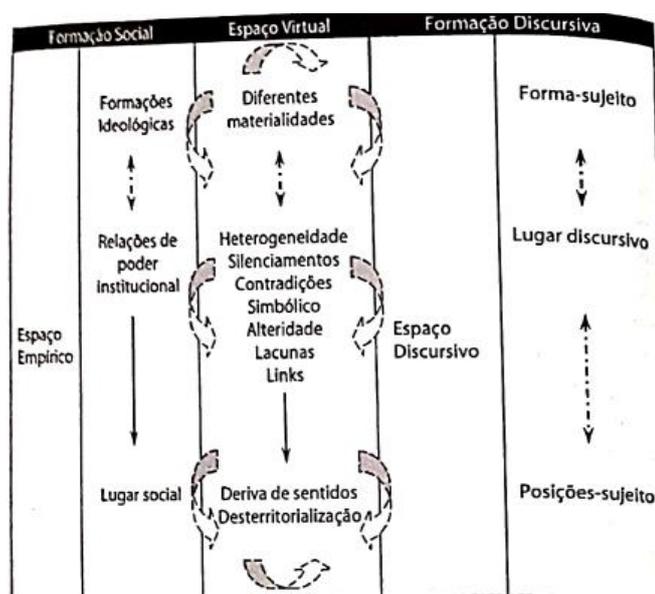
Nesse sentido, é possível compreender que, embora o espaço virtual seja tido como o lugar do possível, pois permite a circulação da informação com rapidez e por meio de diferentes materialidades, a autora aponta que ele também reflete as contradições e silenciamentos da nossa sociedade, visto que

Ele se caracteriza pelo entrelaçamento das práticas sociais e discursivas, inscrevendo-se no entremeio do espaço empírico e discursivo, formando uma teia discursiva não-linear, saturada de links, nós, lacunas que supostamente possibilitam a deriva de sentidos para qualquer direção (GRIGOLETTO, 2011, p. 53).

A autora, movida pelas teorizações acerca do espaço virtual, atualiza a esquematização proposta em (2005) e apresenta uma nova versão do quadro, caracterizando o lugar do espaço virtual. Vejamos:

²⁷ Essas noções foram apresentadas no capítulo 2, na seção: 2.1 *Discurso, sujeito e história*, bem como a esquematização feita pela autora.

Quadro 5 – Caracterização do Espaço Virtual



Fonte: (GRIGOLETTO, 2011, p. 54)

No quadro acima, podemos verificar que o lugar pensado para o espaço virtual encontra-se no entremeio (espaço empírico – *espaço virtual* – espaço discursivo), ou, nas palavras da autora, trata-se de um “espaço intervalar”. Esse espaço, que é afetado pelos demais, comporta em seu interior “elementos descritos no quadro que apontam para a deriva de sentidos, para a desterritorialização dos espaços-tempo” (GRIGOLETTO, 2011, p. 54), visto que as setas representam a ideia de constante movimento.

É interessante pontuar que “há dizeres que só são materializados no virtual, o qual pode ser entendido, nesse caso, também como lugar empírico que abriga esses dizeres” (GRIGOLETTO, 2011, p. 52), assim como há discursos que são materializados tanto no discursivo quanto no virtual, no entanto, que são mobilizados de formas distintas. De acordo com as pesquisas de Recuero (2012), observamos que

Mas mais do que a estrutura, são as apropriações das novas redes sociais que possibilitam que as informações circulem desse modo. São as conversações que nasceram, espalharam-se e reproduziram-se dentro das redes sociais que levaram a revolução adiante. É o fato que esses sites permitiram que as pessoas estejam muito mais conectadas que impacta deste modo a circulação dessas informações e a mobilização dos atores também nos espaços offline (RECUERO, 2012).

Mediante o exposto, neste momento, iremos apresentar como se dá o funcionamento do *Instagram* no espaço virtual, bem como apresentaremos brevemente os perfis selecionados para compor o corpus discursivo desta pesquisa.

O *Instagram* é uma rede social gratuita que teve sua primeira versão lançada em 2010. Nesse primeiro momento, a rede social era utilizada especificamente para o compartilhamento de imagens, que poderiam ser manipuladas por meio de filtros artísticos. A funcionalidade dos filtros em tornar uma foto do acervo pessoal do usuário em uma fotografia com aparência profissional teve grande aceitação do público, o que aumentou a popularização do *Instagram*.

A popularidade da rede social despertou o interesse comercial de Mark Zuckerberg, o criador do *Facebook*, que, em 2012, comprou o *Instagram* por 1 bilhão de dólares. A partir desse momento, sob nova administração, a rede social passa por algumas alterações. Entre elas, podemos citar a mudança da logomarca, as funções de diversos formatos de vídeos e a abrangência para o ramo dos negócios, ou seja, o aplicativo se tornou uma rede social lucrativa para as empresas; basta configurar a conta como perfil comercial.

Assim como toda rede social, o *Instagram* constantemente busca por atualizações, a fim de promover o engajamento dos usuários, no entanto, vale apontar algumas características particulares do aplicativo. Uma das principais peculiaridades dessa rede continua sendo a valorização das imagens, já que todas as postagens são voltadas para a produção de imagens/vídeos, o texto aparecendo como ator coadjuvante. Outra característica marcante é o estímulo pela criatividade nas postagens por meio do uso dos filtros artísticos, dos ângulos das fotos e da performance ao narrar uma história. Por fim, a última característica que citaremos é a interatividade, já que os usuários podem interagir por meio dos comentários, das curtidas, das marcações, do direct (que são mensagens diretas). O *Instagram* também proporciona um alcance maior a novos conteúdos através das *hashtags* e pela geolocalização.

Desse modo, compreendemos o *Instagram* como um meio de comunicação e interação que possibilita a constituição, formulação e circulação de diferentes discursos no espaço virtual. De acordo com os estudos de Wanderley (2020), podemos visualizar que o *Instagram*, além de promover as relações de interações, irá favorecer novas relações de produção capitalistas. Nas palavras da autora,

Ao se inscrever na ordem do discurso digital, entendo que o indivíduo é sim, interpelado em sujeito pelas técnicas que desenham os modos de circulação desse ambiente, que também é atravessado por questões diversas concernentes à historicidade da materialidade do corpo, do tempo e do espaço (WANDERLEY, 2020, p. 116).

Nessa direção, a entrada do indivíduo nas redes sociais está normalmente sujeita à aceitação dos termos de uso, que são contratos que definem as condições para a sua utilização. Tais regras e condições são estabelecidas pelas empresas que as operam, o que nos leva ao afastamento da ideia de que tudo é permitido no espaço virtual. O que demonstra Grigoletto

(2011, p. 51) a esse respeito é que o espaço empírico é “que controla, através das relações de poder institucionais, o que pode e deve ser dito do espaço discursivo no espaço virtual”.

É nesse sentido que compreendemos que o espaço virtual, por meio das práticas discursivas, também é palco para a luta ideológica de classes, que é marcada intrinsecamente pela contradição. A esse respeito, observamos nos estudos de Silva Sobrinho que

o discurso não tem uma gênese espontânea (abstrata/pura), pois é gerado e sustentado pela e nas condições materiais de existência dos sujeitos históricos. Esse complexo faz com que a forma de ser de cada sociabilidade seja condição fundamental da discursividade, pois está entrelaçada com as atividades historicamente determinadas (SILVA SOBRINHO, 2014, p. 40).

Entendemos, desse modo, que as redes sociais materializam as contradições da formação social capitalista, visto que atuam por meio da interpelação do sujeito produzindo efeitos de identificação.

Por fim, parece-nos produtivo destacar, baseada no modelo proposto por Wanderley (2020, p. 118, 119), algumas das principais funcionalidades do *Instagram*, partindo da compreensão de que os meios de circulação nunca são neutros. Na representação das figuras 5 e 6, respectivamente, buscaremos demonstrar, por meio dos perfis/páginas de grupos pró-vida, como se dá o funcionamento do *Instagram* e a interpelação do sujeito.

Figura 5 – Funcionalidades do *Instagram*



Figura 6 – Página Inicial Geração Pró-Vida



Fonte: *Instagram* (2021)

Na figura 5, enumeramos (1 a 9) as principais funcionalidades, atualmente²⁸, oferecidas pelo *Instagram* para seus usuários. Na figura 5 observamos que cada item possui um ícone que faz referência a sua função. Abaixo, descrevemos um pouco sobre cada item para melhor compreensão.

1 - Stories:

São publicações ilimitadas que possuem durabilidade de 24h e permitem aos usuários personalizar e usar a criatividade ao contar histórias e interagir com seus seguidores.

2 – Bio: é a área localizada abaixo da foto de perfil e é utilizada para compartilhar informações pessoais e/ou profissionais dos usuários. Na Bio, também podem ser adicionados *links* de direcionamento para *sites* e outras formas de acesso rápido à comunicação como o *WhatsApp*.

3 – Destaques: são coleções de *stories* que o usuário do perfil organiza de modo que fiquem disponíveis para que os seguidores possam assistir no momento que quiserem.

4 – Feed: é a página inicial do usuário, onde estão reunidas todas as postagens que o usuário realizou desde postagens até vídeos.

5 – IGTV: é uma plataforma de transmissão de vídeos de longa duração, tal como o *Youtube*.

6 – Vídeos: ícone reservado para indicar que a publicação realizada foi por meio de vídeo. Os vídeos ficam disponíveis no *feed* e também na aba específica para vídeos. Atualmente, uma das formas mais eficaz de ganhar alcance no *Instagram* é o formato de vídeo chamado *Reels*, no qual o usuário tem a opção de fazer pequenos cortes e retomar o vídeo de onde parou, gerando assim mais dinâmica aos vídeos.

7 - Marcações do perfil em outras postagens: por meio dessa funcionalidade, o usuário pode marcar usuários que aparecem na publicação. Ao marcar um usuário, essa postagem aparecerá nessa aba específica no perfil de quem foi marcado.

8 – Explorar – ao clicar no ícone que representa uma lupa, o usuário pode buscar manualmente por perfis, *hashtags* e também receber sugestões de postagens de perfis que ainda não segue.

9 – Instagram Shopping: é um recurso recente que permite aos usuários realizar vendas diretamente pelo *Instagram*. Nesse espaço, é possível apresentar o produto que está à venda e informar os valores.

²⁸ Em virtude da rapidez das atualizações propostas pelo *Instagram*, convém ressaltar que as funcionalidades listadas foram analisadas no período que corresponde a dezembro de 2021.

Diante de todas essas funcionalidades do *Instagram*, podemos observar que as atualizações da plataforma têm cada vez mais direcionado “o usuário para que ele se inscreva na ordem do discurso digital como sujeito produtor e editor de conteúdos midiáticos, interpelando-o a produzir sentidos na função-autor a partir de uma posição de protagonista numa lógica de produção em rede” (WANDERLEY, 2020, p. 120).

Ademais, o modelo de negócio adotado pela plataforma fundamenta-se majoritariamente por meio da venda de *status*, ou seja, um estilo de vida. Para o que nos interessa aqui, podemos observar como os mecanismos de identificação são utilizados no *Instagram* para interpelar os sujeitos para adesão de determinadas ideologias.

Podemos observar isso na figura 6, especificamente, na descrição da “Bio” onde temos o seguinte enunciado: *Somos jovens como você, cansados dessa cultura de morte e em luta por um mundo de paz. Nossa geração vai acabar com o aborto! E você, tá dentro?*

O enunciado em questão promove efeitos de identificação, visto que aponta para sentidos de convocação dos cidadãos, neste caso, especificamente, os jovens, para assumirem a postura de “heróis” que lutam para garantir um “mundo de paz”. Nesse sentido, observamos que a descrição da “Bio” se configura como um recrutamento de “seguidores” não apenas para o contexto da rede social, do espaço virtual, mas também para a causa mobilizada no espaço empírico que consiste em “acabar com o aborto”.

É relevante resgatar o recorte do enunciado onde lemos “somos jovens como você, cansados dessa cultura de morte”, visto que podemos nos questionar: cansados de que tipo de morte? Somente a morte de embriões? E as mortes das mulheres em clínicas clandestinas? E as mortes das milhares de pessoas durante o período mais crítico da pandemia do COVID-19? Como é de conhecimento de todos, o Governo de Jair Bolsonaro é responsável diretamente pelas mortes ocorridas na pandemia, visto que suas ações, enquanto autoridade máxima do país, incentivaram a desinformação sobre a doença, ao referir-se a ela como uma “gripezinha”, ou afirmar “não ser coveiro” quando solicitado que fizesse algo a respeito. Logo, podemos afirmar que o termo “cultura da morte”, embora utilizado para referir-se às mulheres que abortam, seria mais adequado para referenciar o atual governo.

É, nesse sentido, que retomo, mais uma vez, Grigoletto (2011) para enfatizar que o lugar do virtual não pode ser desvinculado do espaço empírico, nem do espaço discursivo, pois o virtual é fruto da formação social capitalista e, como tal, não pode ser desassociado dos demais.

Observamos que o mesmo movimento encontrado no perfil dos grupos pró-vida ocorre também nos demais perfis que estamos analisando. Abaixo, temos a reprodução das páginas iniciais dos perfis pró-escolha, que compõem nosso *corpus*. Percebemos que, embora a “Bio”

dos perfis citados apresente apenas a descrição dos movimentos, é por meio das formações imaginárias que “se constitui nesse confronto do simbólico com o político” (ORLANDI, 2005, p. 42), que os sujeitos-usuários se identificam com o perfil/causa.

Figura 7 - Página Inicial Pela Vida das mulheres



Figura 8 – Página Inicial Nem presa, nem morta



Fonte: *Instagram* (2021)

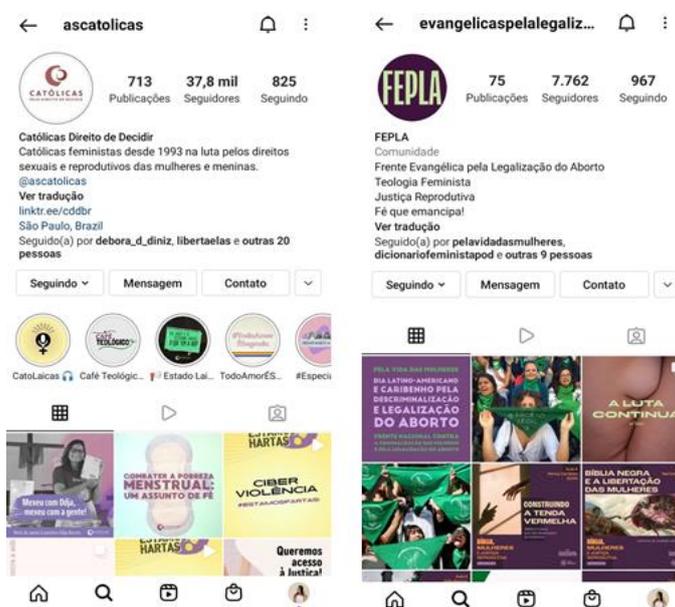
Com base nisso, retomo, aqui, os estudos de Recuero (2012) que apontam a homofilia e a clusterização como duas formas de socialização do sujeito nos espaços virtuais. Segundo a autora, a característica da homofilia consiste no movimento de aproximação de interesses ou fatores sociais, tais como as classes sociais e/ou situações econômicas semelhantes. A clusterização, por sua vez, é apontada como antagônica, visto que o seu funcionamento nas redes sociais promove a aproximação de “grupos sociais que são, por si, diferentes ou heterofilos” (RECUERO, 2012, p. 2).

A esse respeito, os estudos de França e Grigoletto (2018) associam a homofilia a “bolhas” que acolhem os semelhantes e repelem os diferentes. Para os autores, as bolhas “funcionam como regiões discursivas de subjetivação (de identificação, contraidentificação e desidentificação), e que é por tomadas de posição que diferentes indivíduos tornam-se sujeitos, no caso, de uma bolha e não de outra” (FRANÇA, GRIGOLETO, 2018, p. 37).

A partir do exposto, considero que os perfis que se configuram como Pró-vida e Pró-escolha se enquadram nas “bolhas” apontadas por França e Grigoletto, visto que seu funcionamento busca agregar ideologias semelhantes em prol de uma causa.

Contudo, relacionamos os perfis que se intitulam como “FÉministas”, como pertencentes à categoria da clusterização, visto que esses movimentos promovem a conexão entre grupos antagônicos. Os perfis citados são, especificamente, *As Católicas pelo direito de decidir* e *As Evangélicas pela legalização do aborto*, que promovem a luta pela legalização do aborto por meio das teologias feministas.

Figura 9 – Página Inicial As católicas **Figura 10** – Página Inicial Evangélicas



Fonte: *Instagram* (2021)

Apesar dos estudos de Recuero (2012) apontarem que o movimento de clusterização desencadeia focos de violência em virtude de as diferenças entre os grupos estarem mais evidentes, compreendo, juntamente com França e Grigoletto (2018, p. 38), que “tanto as bolhas homofílicas quanto a clusterização criam condições para o discurso de ódio, porque interferem, uma e outra, no modo como esse discurso circula”.

Desse modo, veremos, no capítulo a seguir, como as discursividades sobre o aborto circulam no espaço virtual mediante a inscrição do sujeito enunciadador no lugar discursivo Pró-vida, Pró-escolha e Féminista.

4 AS FORMULAÇÕES SOBRE O ABORTO NO BRASIL: DISCURSOS ANTAGÔNICOS NO *INSTAGRAM*

“Formular é dar corpo aos sentidos. E, por ser um ser simbólico, o homem constituindo-se em sujeito pela e na linguagem, que se inscreve na história para significar, tem seu corpo atado ao corpo dos sentidos.”
(Eni Orlandi)

É movida pelas reflexões de Orlandi (2012), na citação que inicia este capítulo, que nos propomos a pensar como são formulados os discursos sobre o aborto na sociedade brasileira contemporânea e como se dá a disputa de sentidos na circulação desses discursos nos espaços virtuais, mais especificamente nos perfis selecionados para análise do *Instagram*.

A autora compreende que é na formulação que “a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)” (ORLANDI, 2012, p. 9). Dessa forma, Orlandi (2012), enfatiza que são três os momentos de produção do discurso, a saber:

- 1.Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir contexto histórico-ideológico mais amplo;
- 2.Sua formulação, em condições de produção específicas e
- 3.Sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições (ORLANDI, 2012, p. 9).

Ressaltamos a importância da formulação/circulação em nosso trabalho, pois visamos demonstrar como os discursos sobre as mulheres, seus corpos e sexualidades são produzidos historicamente pela perspectiva masculina. Dedicar-se a refletir sobre o processo de produção do discurso do/sobre o corpo feminino, especificamente sobre o aborto, é também uma forma de dizer que nunca ninguém derrotará a determinação das mulheres de serem donas de seus corpos e de escreverem suas próprias histórias.

Nesse sentido, a controvérsia do discurso sobre o aborto na sociedade brasileira se configura como uma disputa “ideológica de classes”, visto que o direito ao aborto tem sido reivindicado pelos movimentos feministas brasileiros desde meados dos anos 1960; em contrapartida, os movimentos conservadores, sobretudo religiosos, argumentam a favor da vida e utilizam-se da influência exercida pela Igreja na vida social, no arcabouço jurídico e nas políticas públicas para conquistarem seus objetivos. Logo, como afirma Pêcheux (2014, p. 197), “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das *formações discursivas* que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas.”

O autor ainda aponta que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 2014, p. 198). Desse modo, ao sujeito do discurso, também chamado de sujeito da enunciação, é atribuído a responsabilidade pelos conteúdos colocados, visto que ele “toma posição” com total liberdade e consciência. Por outro lado, temos o sujeito universal, que corresponde ao sujeito do saber da formação discursiva que o constitui como sujeito.

Segundo Courtine (2014), é a posição-sujeito que estabelece, por meio de uma formulação, a relação entre o sujeito do discurso e o sujeito universal. Todavia, Pêcheux aponta que, entre esses dois termos, há um desdobramento que acarretará em diferentes modalidades de identificação do sujeito.

Nessa esteira, antes de partimos para as análises, apresentaremos a teorização empreendida por Pêcheux sobre as tomadas de posição do sujeito, que estão divididas em três modalidades: a identificação, a contra-identificação e a desidentificação.

A primeira modalidade é caracterizada pelo autor como uma “superposição” entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal da formação discursiva. Essa superposição revela uma “plena” identificação do primeiro com o segundo, o que caracterizará o discurso do “bom sujeito”, que, de acordo com Pêcheux, irá espelhar espontaneamente o Sujeito.

A segunda modalidade, por sua vez, caracteriza o discurso do “mau sujeito”, que é marcado pela “separação” do sujeito da enunciação e o sujeito universal. Isso ocorre quando o primeiro “se volta” contra o segundo, através de uma tomada de posição que se contrapõe com aquilo que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar” (PÊCHEUX, 2014, p. 199). O autor aponta que essa separação entre os sujeitos pode ocorrer por meio de uma dúvida, um questionamento, uma contestação e até uma revolta. De acordo com o filósofo,

[...] o sujeito, “mau sujeito”, “mau espírito” *se contra-identifica* com a formação discursiva que lhe é imposta pelo “interdiscurso” como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do *discurso-contra* (isto é, *contradiscurso*), que constitui o ponto central do humanismo (antinatureza, contranatureza etc.), sob suas diversas formas teóricas e políticas, reformistas e esquerdistas (PÊCHEUX, 2014, p. 199, 200).

Como vimos, são os questionamentos do sujeito da enunciação, ou seja, a sua contra-identificação com o sujeito universal que o torna um “mau sujeito”, diferentemente do que observamos na primeira modalidade na qual o “bom sujeito” identifica-se e reflete plenamente os saberes do sujeito universal.

Para Indursky (2008), a contra-identificação irá produzir uma tensão “na e sobre a forma-sujeito”. A autora aponta que, por meio dessa tensão, é possível observar que a unicidade

da forma-sujeito é imaginária, ou seja, não há apenas uma única forma de identificar-se com a forma-sujeito, visto que existem diferentes possibilidades, e uma delas é contra-identificação, que possibilita ao sujeito do discurso subjetivar-se, mas sem se sobrepor “totalmente à forma-sujeito, ocorre uma identificação parcial que não permite a reduplicação plena do saber da forma-sujeito” (INDURSKY, 2008, p. 13).

A terceira modalidade proposta por Pêcheux é caracterizada por uma desidentificação, que é marcada por uma tomada de posição não-subjetiva do sujeito, ou seja, o sujeito da enunciação desidentifica-se com o sujeito universal, fato que ocasionará em uma ruptura da forma-sujeito. Logo, o funcionamento dessa modalidade “constitui um *trabalho* de transformação-deslocamento da *forma-sujeito* e não apenas sua pura e simples *anulação*” (PÊCHEUX, 2014, p. 201, 202).

No entanto, é importante ressaltar que o sujeito, ao desidentificar-se e romper com determinada formação discursiva e sua forma-sujeito, passa imediatamente a se identificar com outra formação discursiva e sua respectiva forma-sujeito. Pêcheux explica que isso ocorre porque

A ideologia “eterna” enquanto categorias, isto é, enquanto processo de interpretação dos indivíduos em sujeitos – não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo *às avessas*, isto é, *sobre e contra si mesma*, através do “desarranjo-rearranjo” do complexo das formações ideológicas (e das formações discursivas que se encontram intrincadas nesse complexo) (PÊCHEUX, 2014, p. 202).

É por meio da reflexão da desidentificação, teorizada por Pêcheux, que Indursky (2008, p. 15) aponta três observações sobre a terceira modalidade. A primeira observação diz respeito ao fato de que “existe um certo espaço de liberdade, de manobra para o sujeito do discurso”. A autora ressalta que, embora o homem seja um “animal ideológico” sempre identificado a uma determinada ideologia, também sempre haverá uma “brecha” pela qual o sujeito poderá migrar. Na segunda observação, a autora relembra que, quando o sujeito do discurso desidentifica-se de uma FD, é porque, de forma inconsciente, ele já está identificado com outra. E, por fim, na terceira observação, a autora afirma que o “movimento de desidentificação é de mesma natureza que o movimento de identificação e se dá sob o efeito do laço constitutivo entre inconsciente e ideologia” (INDURSKY, 2008, p. 15).

A fim de uma melhor visualização da categoria Sujeito universal, proposta por Pêcheux, iremos apontar como esse orienta os discursos sobre o aborto na sociedade brasileira contemporânea. Mediante o percurso traçado, até o momento, pudemos observar como os discursos acerca do aborto foram produzidos ao longo da história.

Nesse ínterim, a sociedade civil, evidentemente, passou por inúmeras transformações econômicas, sociais e culturais, no entanto, podemos afirmar que o processo discursivo sobre o discurso do aborto aponta para a historicidade dos sentidos desse discurso na língua. Em outras palavras, podemos afirmar que os sentidos sobre o aborto são recuperados e ressignificados, na atualidade, por meio da relação de paráfrases e sinonímias.

Nesse sentido, compreendemos que, embora a organização política do Brasil seja pautada no modelo de República Federativa presidencialista, que é dividido por órgãos políticos distintos, que tem como principal princípio a democracia social, no ato da eleição dos presidentiáveis, consideramos que, mediante o período de atuação dos candidatos eleitos, é possível transformar promover a “reprodução/transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 2014, p. 145) na sociedade civil. A imagem abaixo exemplifica o que foi exposto.

Figura 11 – Instagram Ministra Damares Alves



Fonte: <https://www.instagram.com/damaresalvesoficial/> (2021)

As imagens acima foram retiradas do *Instagram* oficial de Damares Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do governo de Jair Bolsonaro. Pesquisas²⁹ apontam que a ministra Damares é a segunda melhor avaliada entre os ministros eleitos por Jair Bolsonaro, diferentemente da escolha dos ministros da educação, que perfazem ao total 5 trocas, o presidente parece ter acertado ao indicar Damares ao cargo de ministra, visto que ela contribui significativamente com o seu projeto de extinguir os procedimentos de abortamento legais no país.

Os discursos de Alves acerca do aborto retomam, por meio de paráfrases e sinonímias, os sentidos de uma estrutura social que favorece o homem, ou seja, retoma os sentidos de uma sociedade patriarcal. Desse modo, podemos afirmar, com base no que foi demonstrado, que o

²⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/estudio-i/video/damares-alves-e-a-segunda-ministra-mais-bem-avaliada-do-governo-bolsonaro-8151099.ghtml>. Acesso em: 03/06/2022).

Sujeito Universal que organiza os saberes sobre a questão do aborto é um sujeito patriarcal, que dita o pode e deve ser dito no interior das FDs em que se inscrevem os discursos sobre o aborto, em diferentes instâncias sociais e políticas.

Mediante o exposto sobre as modalidades da forma-sujeito, podemos avançar nas análises dos discursos sobre o aborto na sociedade brasileira.

4.1 O DISCURSO DO “BOM SUJEITO”

Nesta seção, iremos analisar os discursos sobre o aborto determinados pelos saberes da formação discursiva (FD) Católica, especificamente seu desdobramento na posição-sujeito denominada Pró-vida. Tomaremos como Sujeito Universal patriarcal os saberes produzidos por essa FD, os quais impõem, em sua narrativa, que a maternidade é sagrada. Desse modo, a utilização de métodos contraceptivos e os procedimentos de aborto são considerados práticas condenáveis. Por outro lado, tomaremos os grupos pró-vida como sujeitos da enunciação, ou seja, aqueles que tomam posição pelos discursos proferidos.

As sequências discursivas, que aqui serão analisadas, foram extraídas das seguintes páginas do *Instagram*: @frentecontraoaborto e @geração_pro-vida, e trazem como tema central os sentidos antagônicos de vida/morte. Vejamos:

Figura 12 – SD 1



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CIntuKRpIly/> (2020)

A partir de uma leitura visual da SD1, podemos observar a representação de um embrião em formação, pois ainda é muito pequeno. Vale pontuar que, assim como os discursos, as imagens não podem ser consideradas neutras, visto que elas são produzidas intencionalmente.

Ao voltarmos-nos para a leitura textual da SD1, temos o seguinte enunciado: *Não importa o tamanho do bebê, aborto é assassinato*. Podemos afirmar que a sequência discursiva apresenta-se como uma paráfrase da SDR *aborto é um crime contra a vida*, uma vez que mobiliza, por meio da memória discursiva, os sentidos da maternidade, em qualquer fase, enquanto expressão máxima de respeito pela vida humana e, por outro lado, aponta o aborto como a sua negação.

É interessante pontuar que, mesmo diante da nítida imagem de um embrião em formação, é utilizado o termo “bebê” para referir-se ao feto. Para a Análise do Discurso, as palavras são carregadas de sentidos, por isso, podemos afirmar que a utilização da palavra “bebê” não foi por acaso ou por mera coincidência, visto que este termo produz um apelo emocional fortíssimo para o senso de moral dos sujeitos, afinal quem faria mal a um bebê?

Entendemos que o argumento da SD1, *não importa o tamanho do bebê*, sustenta-se por meio do interdiscurso sobre o aborto legal, prescrito na legislação, que autoriza a realização do procedimento de abortamento até a 20ª semana de gestação, podendo ser estendido até a 22ª semana, desde que o feto tenha menos de 500 gramas. Desse modo, partindo do pressuposto que uma FD não é fechada nela mesma, visto que estabelece uma relação contraditória com outras FDs, podemos afirmar os dizeres em análise, que se inscrevem numa FD pró-vida, encontram-se atravessados por saberes advindos de uma FD jurídica, visto que produz um efeito de equivalência entre *abortar* e *assassinar*.

Conforme pudemos ver, a inscrição do sujeito do discurso, por meio da tomada de posição pela FD pró-vida, resulta, de acordo com Pêcheux (2014, p. 160), de “um retorno do “Sujeito” no sujeito”. Esse retorno, em outras palavras, consiste em uma superposição entre os sujeitos (do discurso e universal), fato que revela a “plena” identificação do sujeito do discurso, os grupos pró-vida, com o saber produzido pela FD pró-vida que afetará o sujeito do discurso, caracterizando o discurso do “bom sujeito”.

Portanto, é interessante observar como, por meio dos antagonismos entre assassinato/vida, são criados sentidos sobre o aborto legal no país e sobre a mulher que busca pelo procedimento de abortamento seguro, pois ela passa a ser significada não mais como a boa mãe, que gera a vida e bons frutos, mas sim como uma assassina de bebês, pecadora tal como Eva, e que merece a clandestinidade. Pode-se confirmar o que está sendo explanado por meio

da verificação das *hashtags* mobilizadas na publicação, onde lemos: #provida, #abortonunca, #culturadavida e #abortoéassassinato.

Ao voltarmos nossa atenção para os efeitos de sentidos produzidos pelas *hashtags* acima, podemos verificar que #culturadavida, especificamente, retoma sentidos de #culturadamorte e esses enunciados são mobilizados pelas páginas pró-vida com a intenção de promover a circulação de sentidos sobre o aborto baseada na relação entre termos opostos: o Bem *versus* o Mal.

Retomando os estudos de Grigoletto e Galli (2021), verificamos que no âmbito do espaço virtual são necessárias diversas estratégias para fazer a informação circular com mais rapidez, nesse sentido “as *hashtags* são um ótimo mecanismo para que essa lógica da acumulação aconteça de forma eficaz” (GRIGOLETTO, GALLI, 2021, p. 241).

Ainda, por meio dessa SD, podemos verificar o que apontam França e Grigoletto (2018) sobre o funcionamento das “bolhas” nas redes sociais. O comentário: *aborto é assassinato de crianças não nascidas*, publicado na referida postagem dos grupos pró-vida, faz funcionar a homofilia, que, segundo Recuero (2012), ocorre quando há aproximação de sujeitos que compartilham dos mesmos interesses.

Logo, podemos afirmar que o usuário-sujeito que produz o comentário pertence a mesma bolha do sujeito do discurso da postagem, visto que assume a plena identificação com o discurso do “bom sujeito”.

A seguir, observaremos mais uma publicação, que pertence aos discursos do “bom sujeito”, realizada pela página @geração_provida.

Figura 13 – SD 2



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CMiyv0UpdDs/> (2021)

Inicialmente, gostaríamos de chamar a atenção para a composição imagética da figura 13, suas cores e suas simbologias, visto que, conforme nos alerta Pêcheux (1997), “é preciso tomar a imagem enquanto discurso”. Diferente da imagem analisada anteriormente, que se apresentava com cores claras e contrastes modernos, na imagem acima, temos uma composição com fundo preto e dizeres em branco que se sobrepõem e, novamente significando, a figura de um embrião. Ao analisarmos a paleta de cores da página em questão, notamos que as cores que compõem o perfil são majoritariamente preta e vermelho.

Para os *designs* e os influenciadores digitais do *Instagram*, a escolha da paleta de cores é de extrema importância para criar uma identidade visual para seu *feed*. Podemos afirmar que, mediante a temática abordada pelo perfil, a simbologia das cores selecionadas pelos donos da conta em análise estão associadas a sentimentos sombrios ou negativos, visto que o preto está associado ao medo e a morte, enquanto o vermelho pode ser relacionado a sangue ou a perigo. Em contrapartida, o feto que aparece na imagem é destacado em cores claras que no contraste com o preto direciona para sentidos dicotômicos entre o Bem e o Mal.

Em nossa interpretação, a escolha das cores indica que a figura do feto se encontra em perigo de morte, visto que se trata de um ser indefeso. Ou ainda, que representa um ser angelical, a luz, a pureza. Nesse sentido, podemos afirmar, de acordo com Silva Sobrinho (2015, p.187), que “como todo discurso, ao mesmo tempo que as imagens têm sua gênese nas relações sociais, elas também atuam, enquanto efeito de retorno, sobre o real”. Logo, compreendemos que

somente pela composição da imagem revelam-se gestos de interpretação que indicam o posicionamento ideológico de seus criadores.

Debruçando-nos sobre o enunciado, observamos que a postagem tem como objetivo apontar “a verdade” sobre o aborto, ou seja, vem negar um outro discurso atuante na sociedade, visto que temos a seguinte afirmação: *Argumentos a favor do aborto são MENTIRAS*. Diante das considerações acerca da composição imagética criada na postagem e no enunciado anterior, compreendemos que o sujeito enunciador assume uma postura argumentativa contrária ao aborto e em defesa do embrião. Vejamos os argumentos utilizados para a defesa do ponto de vista em questão.

*“Aborto DÓI
Aborto DESTRÓI
Aborto MATA
Aborto é COVARDE
Aborto é o MAL
Aborto é ESQUARTEJAMENTO”*

Observamos a repetição da palavra aborto, seis vezes, na materialidade discursiva, que seguem acompanhadas pelas palavras DÓI, DESTRÓI, MATA, COVARDE, MAL, ESQUARTEJAMENTO, todas grafadas em maiúsculas. Ressaltando que a linguagem virtual, das redes sociais, atribui determinados usos para as palavras, por exemplo, em um texto acadêmico utilizamos as maiúsculas para destacar ou chamar a atenção acerca de algo; na linguagem virtual, além desses sentidos, podemos atribuir à caixa alta o sentido de grito, seja de raiva, de alegria entre outros.

Diante desse objeto discursivo, nos questionamos o porquê das utilizações dessas palavras e não outras? Sabemos que a opacidade da língua nos permite observar somente o superficial, o dizível. No entanto, cabe ao analista (se) questionar sobre o que está por trás desse efeito de evidência.

Podemos observar que os enunciados são compostos pela relação de paráfrases e, segundo Pêcheux (2014, p. 169), “a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrases”. Nesse sentido, retomando o enunciado, verificamos que os três primeiros dizeres sobre o aborto estão acompanhados de verbos no presente do indicativo, que podem ser empregados para exprimir um fato que ocorrerá num futuro próximo. Logo, temos:

*Aborto DÓI – o feto
Aborto DESTRÓI – o feto
Aborto MATA – o feto*

Os termos acima indicam as ações que o aborto pode causar, que são respectivamente: dor, destruição e morte. Notamos que essas consequências são direcionadas ao feto/embrião, ou seja, o feto sentirá dor, o feto será destruído e o feto morrerá devido ao aborto. No entanto, nos questionamos: E a mulher que aborta? Ela não sente dor? Não se sente destruída por dentro? Não pode morrer com o procedimento?

As respostas para essas perguntas é SIM; no entanto, quando se trata da vida das mulheres e seus corpos, instaura-se um enorme silenciamento. De acordo com Orlandi (2007), existe uma política do silêncio (silenciamento), que aponta que “o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição sujeito –, ao dizer ele estará necessariamente, não dizendo ‘outros’ sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 53).

Dessa forma, temos um recorte do sentido, visto que, para os efeitos almejados, não se pode falar, por exemplo, nas condições psíquicas, emocionais, sociais, econômicas e/ou traumáticas que levam milhares de mulheres a considerarem o aborto.

No entanto, percebemos que a relação de paráfrase/polissemia produz deslizamentos de sentidos, os quais retiram as mulheres do “silenciamento”. Observem o enunciado a seguir:

Aborto é COVARDE

A palavra COVARDE é um adjetivo que indica a característica de alguém que não apresenta valentia/coragem diante de determinada situação. Esse enunciado faz funcionar o silêncio constitutivo, que “instala o anti-implícito: se diz ‘x’ para não (deixar) de dizer ‘y’” (ORLANDI, 2007, p.73). Aqui, fica evidente, por meio do funcionamento da política do silêncio, que o *aborto é COVARDE*, porque as mulheres que o praticam são covardes. Assim, em nossa leitura, nesse momento, as mulheres são tiradas do silenciamento, visto que o sentido desliza produzindo efeitos de culpabilização e crítica, que são direcionadas a um sujeito em particular, as mulheres que abortam.

Tendo em vista que a proposta da postagem é refutar as MENTIRAS sobre os argumentos a favor do aborto, somente nos enunciados abaixo é que se faz referência direta ao procedimento de abortamento.

Aborto é o MAL
Aborto é ESQUARTEJAMENTO

Os termos utilizados para referir-se ao aborto são: MAL e ESQUARTEJAMENTO. Aqui, compreendemos que a palavra MAL retoma, em nossa memória discursiva, os sentidos de ilícito ou ilegal, o que nos remete ao aborto clandestino; a palavra ESQUARTEJAMENTO, por sua vez, faz referência ao procedimento ginecológico de curetagem fetal, indicado em

algumas situações de abortamento legal, mas que também pode ser realizado de forma clandestina. É coerente ressaltar que esse procedimento, apesar de bastante utilizado, apresenta alguns riscos para a saúde da mulher, se não realizado com profissionais e equipamentos adequados, tais como sangramentos, infecções e até perfurações uterinas. Logo, faz-se perceptível a relação entre o dizer e o silenciar acerca do aborto e seus envolvidos (feto *versus* mulher), pois remete-se somente ao “mal” que o aborto pode causar ao feto, que é o seu “esquartejamento”, e silencia-se o “mal” que o procedimento inseguro pode causar às mulheres. Por fim, temos o último recorte da postagem a ser analisado, no qual lemos o seguinte:

*O aborto não é direito da mulher, é a sua degradação –
passa do status de geradora de vida a assassina do filho.*

A partir da leitura do recorte, observamos a afirmação de que o *aborto não é direito da mulher*, ou seja, não cabe à mulher ter o domínio sobre seu corpo e a sua reprodução, visto que esse domínio seria a sua *degradação*. Questionamo-nos se a preocupação, posta no enunciado, é realmente com a degradação ou com a liberdade que o direito de dispor sobre seus corpos e sua reprodução traria às mulheres?

O sistema patriarcal, há décadas, vem tornando “natural” uma organização societal que visa controlar os corpos femininos, obrigando as mulheres a submeterem-se às suas regras. A ideologia patriarcal apresenta-se como o “sempre já lá”, visto que, quando nascemos, já estamos submetidas a esse sistema. Tiburi (2020) destaca o quanto é difícil compreender a dominação masculina, visto que estamos mergulhadas nela.

No entanto, Pêcheux nos conforta, ao afirmar que, ao compreender a interpelação ideológica como ritual, “supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” (2014, p. 277). É o que demonstra o trecho a seguir: *passa do status de geradora de vida a assassina do filho*. Compreendemos que o enunciado coloca em questão a real função da mulher dentro do sistema capitalista patriarcal, que é a de ser “geradora de vida”, ou seja, as mulheres são meros objetos de trabalho para que o sistema patriarcal-capitalista seja mantido, sendo a sua principal ferramenta de trabalho o útero. O enunciado ainda nos aponta que, dentro da lógica patriarcal, o cargo de “geradora de vida” possui certo *status* que, via de regra, deve ser mantido por todas as mulheres; caso contrário, teremos a degradação da figura materna que passa a ser de “assassina do filho”.

Como já constatamos no decorrer da leitura desta dissertação, esse *status* retoma dizeres dicotômicos sobre as mulheres que as reduzem a putas ou santas, ou seja, uma relação maniqueísta entre o Bem e o Mal. Nessa direção, a partir das informações obtidas pela

postagem, e por meio de opostos, foi possível, por meio das formações imaginárias, traçar dois perfis femininos distintos: 1. o da mulher que aborta e 2. o da mulher que não aborta. Vejamos.

Tabela 2 – Perfis femininos

PERFIL 1	PERFIL 2
DÓI	GOZO
DESTRÓI	PRESERVA
MATA	GERA
COVARDE	HERÓINA
MAL	BEM
ASSASSINA	MÃE
DEGRADADA	DECENTE

Fonte: autora (2022)

A tabela acima nos permite visualizar dois tipos de mulheres, àquela que é criticada pelos grupos pró-vida, perfil 1, e a que é exaltada por eles, perfil 2. Os perfis foram construídos pensando a relação entre termos opostos, contraditórios e inconciliáveis.

Verificamos isso, ao observar os termos que aparecem no perfil 1, onde são elencadas as características de um perfil pautado por sentidos negativos, onde lemos: *dor, destruição, morte, covardia, mal e assassina*, elementos que, na lógica patriarcal, fazem parte da vida das mulheres que são subversivas ao sistema. Portanto, resta a essas mulheres somente o caminho da degradação, provocada por elas mesmas, ao realizar o aborto.

Por outro lado, temos *o gozo, a preservação, o dom de gerar, a heroína, o bem, a mãe*, características que compõem a mulher que escolhe responder ao seu chamado biológico, espiritual, social e cultural de ser geradora. O caminho escolhido por esta mulher é o do Bem e garante-lhe o *status* da decência, o qual todas as mulheres deveriam almejar.

Desse modo, ao analisarmos o que está sendo dito e não dito sobre o discurso do aborto, compreendemos que esse enunciado se inscreve em uma FD pró-vida, fortemente atravessada por uma FD religiosa, regulada por um sujeito universal patriarcal, que visa, por meio de mecanismos ideológicos, produzir sentidos contrários ao aborto. No entanto, ao falar-se de aborto, projetam-se sentidos também sobre a mulher que aborta, imprimindo um *status* que as classificam como *assassinas*.

Interessa-nos demonstrar, ainda sobre essa SD, o funcionamento das bolhas produzidas nas redes sociais que, de acordo com Recuero (2012), produzem a relação de clusterização e homofilia. Nos comentários da SD2, podemos observar os seguintes dizeres:

Comentário 1: “É muita cegueira acreditar no que dizem a favor de um ato tão desumano!”

Comentário 2: “Em qualquer situação, não existe justificativa para se praticar o aborto!”

Comentário 3: “O mundo que apoia uma atrocidade dessas não conhece a Cristo. E não sabe o que é o amor”

Os comentários acima demonstram o que aponta Recuero (2012, p. 2) sobre as práticas de conversação nas redes sociais, definidas pela autora como “práticas coletivas, onde a conversação é acessível a diferentes grupos, interconectados dentro de uma mesma rede”. Logo, observamos que os comentários acima foram feitos por mulheres, que estão conectadas, por meio das redes e para além delas, pois identificam-se contrárias à prática do aborto.

No comentário 1, lemos que *é muita cegueira acreditar no que dizem a favor de um ato tão desumano*, o qual associa a prática do aborto a um ato “desumano”.

O comentário 2 aponta que *em qualquer situação, não existe justificativa para se praticar o aborto*. Aqui, verificamos que a autora do comentário opina não ser a favor do procedimento abortivo em nenhuma situação, visto que, para ela, “não existe justificativa para praticar o aborto”, ou seja, as mulheres violentadas, as mulheres com gravidez de risco e as mulheres com fetos anencéfalos não terão direito de realizar o procedimento previsto em lei. Os dizeres produzem efeitos de sentido que apontam para a proibição total do aborto no país. O que seria mais “desumano” que isso?

Por fim, no comentário 3, lemos o seguinte: *o mundo que apoia uma atrocidade dessas não conhece a Cristo. E não sabe o que é o amor*. Esse comentário nos chama a atenção em especial, visto que é fortemente atravessado por uma FD religiosa, trazendo para a cena a figura do Cristo que prega e vive o amor. O efeito de sentido produzido, a partir de nosso gesto de leitura, é o de quem pratica o aborto “não conhece a Cristo” e também não experienciou o seu amor, visto que comete atrocidades.

Podemos verificar nos comentários, nitidamente, a presença da homofilia que se constitui por meio de atores que possuem os mesmos interesses, opiniões e/ou ideologias. Nesse caso, o que une as mulheres que fizeram os comentários é a não aprovação do aborto no país.

Por fim, mediante as análises, podemos confirmar que o desdobramento do sujeito da enunciação e a sua tomada de posição se dá sob a forma do “livre consentimento”, ou seja, pela identificação com o Sujeito Universal patriarcal, que para Pêcheux (2014), caracteriza-se na superposição entre ambos. Logo, temos o discurso do “bom sujeito”.

4.2 O DISCURSO DO “MAU SUJEITO”

Nesta seção, por meio da circulação das SDs das páginas @ascaticas e @evangelicaspelalegalização, buscaremos demonstrar o funcionamento do discurso da contra-identificação. Para isso, tomaremos a FD religiosa e seu desdobramento na posição-sujeito Féminista. No entanto, antes de partimos, necessariamente, para as análises, convém discorrer brevemente sobre o termo Féminista cunhado pelas Católicas pelo Direito de Decidir.

Figura 14 - Féminismo



Fonte: <https://www.instagram.com/p/Bw9y11mHMzY/> (2019)

A imagem acima foi publicada na conta das Católicas pelo Direito de Decidir e trata de um chamado para o evento do movimento “Féminista”. O termo é formado pela aglutinação das palavras “FÉ” + “FEMINISMO” que resulta em “Féminismo”.

No centro da imagem, temos o seguinte questionamento: “O que é o Féminismo?” Esse questionamento é pertinente, visto que a união desses termos vai além do jogo com as palavras; o termo Féminismo representa a união de mulheres religiosas às mulheres feministas, ou seja, a união de termos aparentemente antagônicos até então.

Em seguida, temos a repostagem ao questionamento realizado, onde lemos o seguinte:

*“O Féminismo é um movimento protagonizado por jovens mulheres de **diversas religiões** e que propõe a discussão sobre gênero e direitos humanos dentro das comunidades de fé”.*

É interessante a definição que o movimento Féminista apresenta, pois, embora seja criado pelas militantes católicas, não se resume apenas a elas. O Féminismo é um movimento de “diversas religiões”, que tem por objetivo promover os debates acerca dos direitos das mulheres e também em prol da luta contra a descriminalização do aborto.

Essa união (católicas/evangélicas e feministas) , inicialmente, pode parecer bastante improvável, visto que, baseados na construção social, política e cultural do nosso país, observamos a luta travada pelos movimentos feministas contra as opressões fomentadas e justificadas pelas instituições religiosas.

No entanto, de acordo com as informações retiradas do site oficial³⁰ das Católicas, verificamos que o movimento “Católicas pelo Direito de Decidir” é atuante no Brasil desde 1993. O movimento compreende que as religiões são importantes na construção da história, da cultura e do imaginário social e que devem ajudar as pessoas a terem uma vida mais digna e saudável e não interferir na autonomia e liberdade, especialmente, em relação ao aborto.

De acordo com o Dicionário Online de Significados³¹ o termo “fé” significa ter confiança, crença e credibilidade em algo ou alguém. No contexto religioso, ter fé é uma qualidade essencial para aqueles que decidem seguir determinada religião seja ela qual for. É necessário ter fé para acreditar naquilo que não se vê, por exemplo em Deus e em sua existência, é preciso ter fé para seguir determinados princípios/rituais religiosos entre outros.

Nessa esteira, compreendemos que a fé independe da religião e dos dogmas das Igrejas, pois se retirarmos o termo fé do contexto religioso teríamos a esperança, que consiste em acreditar em situações positivas. Nesse contexto, podemos afirmar que todos nós somos capazes de possuir esperança/fé. No entanto, mediante o contexto sociocultural do nosso país que é extremamente religioso, observamos que a fé é utilizada como elo cristalizado que promove a contradição entre o termo religião e aborto.

As católicas apoiam-se nas práticas e teorias feministas aliadas à teologia ético-religiosa para promover mudanças na sociedade. Suas atividades são direcionadas para mulheres, jovens, LGBTQs e negras. Suas principais pautas envolvem a luta pela laicidade do Estado e à promoção da cidadania e do reconhecimento dos direitos sexuais e direitos reprodutivos como direitos humanos.

³⁰ Disponível em: <https://catolicas.org.br/nossa-historia/> Acesso em: 03/06/2022.

³¹ Disponível em: <https://www.significados.com.br/fe/> Acesso em:03/06/2022.

Por fim, convém apontar que o movimento político Católicas pelo Direito de Decidir é um movimento consolidado e atuante no Brasil, na América Latina, no EUA e também na Europa.

Em virtude disso, consideramos que o movimento das católicas, bem como o das evangélicas, promovem o discurso do “mau sujeito”, visto que “o sujeito da enunciação se volta contra o Sujeito universal” (PÊCHEUX, 2014, p. 199). Mediante o exposto, poderemos dar um passo adiante em direção as análises.

Figura 15 – SD 3



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CUqVtK0vvKu/> (2021)

A SD3 acima trata de uma campanha em prol do aborto legal, mobilizada pelas Católicas pelo direito de decidir. Na imagem, aparecem centralizadas três mulheres negras/mestiças que encaram a câmera. O fato de serem representadas mulheres negras na campanha é bastante significativo, visto que as mulheres negras e pobres configuram-se como as principais vítimas da mortalidade materna em consequência de abortos clandestinos.

Acima das mulheres, encontra-se o seguinte enunciado: *aborto legal, seguro e gratuito* e, abaixo, a seguinte *hashtag*: #legalizarparaavançar.

O enunciado da campanha das católicas nos chamou a atenção, pois se inscreve, no nível da constituição, na SDR pró-escolha *aborto não é um crime*. É nesse sentido que, pelo

interdiscurso, verificamos que a constituição do dizer das católicas é determinada por uma FD pró-escolha. No entanto, podemos verificar que a identificação do sujeito do discurso é atravessada por duas FDs distintas. A primeira, como vimos, está associada ao movimento feminista que luta pela legalização do aborto. A segunda é atravessada por uma FD religiosa; embora não haja indícios explícitos do discurso religioso na SD analisada, compreendemos que se trata de mulheres católicas ativistas que estão à frente da luta pela legalização do aborto no país.

Nesse sentido, abaixo, reproduzo, a fim de exemplificar, uma postagem das católicas que apontam seu posicionamento no espaço virtual e perante a sociedade.

Figura 16 – Católica e feminista



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CMA549gnkcE/> (2021)

Temos a representação imagética de Rosie, a Rebitadora, por meio da ilustração que foi criada nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial e que, posteriormente, na década de 1970, tornou-se ícone do feminismo por representar um empoderamento feminino. A imagem em questão foi manipulada pelas católicas por meio de efeitos e montagens a fim de aproximar-se dos seus objetivos. Nesse sentido, o resultado da montagem da imagem sugere uma aproximação do feminismo e do catolicismo, pois temos o ícone do feminismo vestindo um hábito, espécie de túnica utilizada por freiras, bem como umas toucas. Acima da imagem, temos o seguinte enunciado: *Católica? Sim! Feminista? Também!*

Ao analisarmos esse enunciado, verificamos inicialmente que se trata de uma resposta a um pré-construído de que toda feminista não acredita em Deus, ou ainda que o feminismo não é compatível com a fé cristã. Temos aí a presença da contradição, visto que os ideais em questão são essencialmente antagônicos.

No entanto, a narrativa das católicas aponta que é possível sim ser católica e feminista; elas defendem, por um lado, que o feminismo não apaga a fé das mulheres e, por outro, que o cristianismo não deve limitar os direitos de exercer o livre arbítrio, ou seja, impedir as mulheres de decidirem sobre seus corpos.

Na legenda da postagem podemos ler o seguinte enunciado: *Vem com a gente. Porque a nossa fé é de luta*. Inicialmente, verifica-se a interpelação do sujeito por meio do trecho “vem com a gente”; ainda tal enunciado produz sentidos em virtude dos não-ditos presentes.

Observe que ao enunciar “nossa fé é de luta” temos implícito que há outro tipo de fé operando. Nesse sentido, Garcia (p. 156) aponta que “ao usar uma palavra por outra, em virtude de suas relações de similitude (sinonímia, paráfrase), há possibilidade que outros sentidos surjam e produzam rupturas ao estabilizado”, logo, ao enunciar “fé de luta”, pois luta pelos direitos das mulheres, de um lado, verifica-se que há também, por outro lado, uma “fé de rendição”, que submete-se aos dogmas religiosos.

Por meio da postagem acima, retomamos a teorização de Pêcheux sobre as modalidades da forma-sujeito, especificamente, a segunda modalidade, na qual o teórico aponta para o distanciamento do sujeito da enunciação e do Sujeito universal. Referimo-nos, aqui, à contra-identificação, que produz no sujeito da enunciação o efeito do “mau-sujeito”, visto que ele não se identifica plenamente com o sujeito universal; há questionamentos, dúvidas e contestações acerca dos saberes da FD que lhe é imposta.

Podemos verificar que há, de fato, uma contra-identificação das católicas pelo direito de decidir com o sujeito Universal patriarcal; por outro lado, não há uma plena identificação com a FD pró-escolha, visto que as católicas fazem questão de se posicionarem na luta contra a discriminação do aborto, assumindo a identidade de “Católicas feministas”.

Ao retomarmos a SD3 - *aborto legal, seguro e gratuito* -, verificamos, mediante o que aponta Indursky (2008, p. 13), que a contra-identificação “evidencia que a forma-sujeito não é dotada de unicidade e isto permite que diferentes modos de com ela identificar-se e subjetivar-se ocorram”.

É mediante isso que nos baseamos para afirmar que os discursos produzidos pelas católicas se inscrevem numa forma-sujeito que reflete o discurso do “mau-sujeito” da FD Pró-vida. Assim, podemos afirmar, juntamente com Pêcheux, que o “interdiscurso continua a

determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou que a rejeite” (PÊCHEUX, 2014, p. 200).

Nesse sentido, as católicas feministas que pregam o Féminismo reconhecem as intempéries vivenciadas pelas mulheres ao decorrer da história, muitas delas causadas especialmente pela Igreja católica. Por isso, lutam perante o Estado por condições para a descriminação do aborto, visto que compreendem que a universalização do acesso à anticoncepção e ao aborto legal, seguro e gratuito é caminho para avançar rumo a uma sociedade mais justa.

Em relação aos efeitos das bolhas nas redes sociais, podemos afirmar que a interlocução das Católicas pelo Direito de Decidir com diferentes usuários-sujeitos (católicas/feministas) no espaço virtual, em uma primeira leitura, nos leva a pressupor uma relação de clusterização devido às divergências de opiniões. No entanto, por meio de alguns comentários, identificamos o funcionamento da homofilia, vejamos.

Figura 17 – Comentários³² perfil Católicas



Fonte: *Instagram* (2021)

³² O comentário em análise faz referência à figura 16.

A figura 15 apresenta uma captura de tela de alguns comentários na página das Católicas, onde podemos ler alguns excertos: *finalmente me sinto acolhida e representada e sempre me senti uma católica de fachada por ser feminista*. Nesse sentido, nos deparamos, mediante a análise dos comentários no perfil, com o funcionamento da homofilia, ou seja, há uma aproximação por meio das afinidades entre as mulheres católicas e feministas que se identificam com os discursos da contra-identificação, ou seja, se contra-identificam com os sentidos mobilizados pelo discurso pró-vida, assumindo a posição do mau sujeito, de acordo com Pêcheux (2014).

Por fim, podemos afirmar que a posição-sujeito Féminista não rompe totalmente com a forma-sujeito da FD Católica, entretanto promove uma tensão entre as FD's, visto que instaura uma nova posição-sujeito, a das Féministas.

As Católicas pelo direito de Direito de Decidir não abrem mão de serem identificadas com o termo católicas, no entanto foram proibidas judicialmente³³ de utilizá-lo devido à incompatibilidade dos valores pregados pela Igreja Católica. Os valores em questão dizem respeito à discriminação do aborto e à defesa do Estado laico. Assim, essa luta está sendo travada judicialmente e demonstra que o que está em jogo não é somente a disputa pela nomenclatura, mas também por sentidos.

Além da atuação do movimento das Católicas pelo Direito de Decidir, também nos chamou a atenção o movimento das Evangélicas pela Legalização, sobre o qual, neste momento, iremos nos debruçar.

Importante considerar que o movimento Frente Evangélica pela legalização (FEPLA) não é tão consolidado quanto o movimento das católicas, visto que a sua fundação pode ser datada no ano de 2017, e a sua conta no *Instagram* possui sua primeira publicação em 2019. O movimento também não possui um site oficial, no entanto, por meio de uma reportagem ao G1,³⁴ pudemos verificar algumas informações acerca das fundadoras do movimento.

A reportagem aponta Camila Mantovani como uma das fundadoras do movimento. Segundo a jovem, de 24 anos, as argumentações de viés religioso contrárias ao aborto, que falavam em nome de todas as religiosas, não contemplavam verdadeiramente todas as religiosas. Mediante isso, nasce a necessidade de se organizar e demonstrar como o campo religioso pode ser heterogêneo.

³³Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/justica-proibe-catolicas-pelo-direito-de-decidir-de-usar-catolicas-no-nome.shtml> Acesso em: 11/03/2022.

³⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2019/02/19/grupo-de-evangelicas-se-une-para-lutar-pela-legalizacao-do-aborto-nosso-direito.ghtml> Acesso em: 25/04/2022.

A principal pauta da Frente Evangélica pela Legalização é a legalização do aborto no território brasileiro. O grupo se faz necessário para trazer o debate da descriminação para dentro das igreja evangélicas, pois, sem avanço da consciência no âmbito religioso, não haverá avanços em promoção de direitos no país.

Mediante essa breve apresentação sobre o movimento da Frente Evangélica pela Legalização, podemos agora deter nosso olhar para as duas materialidades selecionadas para compor essa seção.

Figura 18 – SD4



Fonte: <https://www.instagram.com/p/B27hVX5pJNU/> (2019)

A imagem acima, publicada em 28 de setembro, é uma postagem para celebrar o dia latino-americano e caribenho de luta pela legalização do aborto. Este dia foi definido em 1990, no Congresso Feminista Latino-Americano e Caribenho, na Argentina. A data é um marco para lembrar que todas as mulheres possuem direito aos seus corpos. O dia também simboliza a Lei do Ventre Livre, promulgada no Brasil em 1871, que determina que todos os filhos de escravas nascidos a partir deste período sejam livres.

Retornando a figura 18, podemos afirmar que a composição da publicação possui características modernas, que incluem a escolha das cores e efeitos visuais presentes na figura da mulher, que se apresenta triplicada.

Ao voltar nossa atenção para a mulher apresentada na figura, notamos que se trata de uma mulher negra retinta, no entanto são os gestos produzidos pela mulher que despertam o nosso interesse. Embora seus olhos estejam escondidos por uma faixa verde, seus lábios são de

quem aparenta sorrir, seus braços, ao tocar o cabelo, representa um gesto de leveza, que em nossa leitura se deve devido ao avanço do debate sobre a descriminalização do aborto na grande maioria dos países latino-americanos.

Em relação à materialidade linguística, nos deparamos com o seguinte enunciado:

“Lutar pela legalização é um dever das mulheres cristãs”

O enunciado acima produz efeitos de sentidos, visto que rompe com a linearidade da sociedade religiosa patriarcal: como assim é “dever” das mulheres cristãs lutar pela legalização do aborto? A afirmativa, em uma primeira leitura, pode parecer contraditória, no entanto, ao romper com o efeito de evidência da língua, verificamos um outro modo de significar.

O estranhamento causado, a priori, pela afirmação de que “lutar pela legalização é um dever” que é direcionado, especialmente, às mulheres cristãs se dá, porque a comunidade religiosa é caracterizada por uma ofensiva histórica em relação às mulheres, ou seja, tratam as mulheres como seres inferiores, com a finalidade exclusiva de procriar.

No entanto, a leitura proposta pelas evangélicas aponta para o sentido de que as mulheres cristãs “devem” oferecer apoio, solidariedade, acolhimento e orações àquelas mulheres que se encontram em uma situação de sofrimento e solidão. No corpo do texto que compõe a legenda, é feita uma menção a Maria Madalena, que era uma mulher que se vendia e foi salva do apedrejamento por Jesus Cristo.

Desse modo, compreendemos que o sentido de “lutar é um dever” signifique pela metáfora de as mulheres cristãs representarem “Jesus”, que, em virtude de seu amor, acolheu Maria Madalena e não a julgou ou a condenou. Temos aqui um chamado para a luta pela legalização do aborto, mas também um chamado para resgatar a essência do Evangelho de Jesus Cristo, que é pautado sobretudo no amor.

A seguir, veremos, nos comentários, como os sentidos operam mediante a leitura dessa publicação e como os sujeitos que interagem com a página se identificam ou contraidentificam.

Figura 19 – Comentários perfil Evangélicas



Fonte: *Instagram* (2019)

Comentário 1 – Vivi pra ler que pessoas religiosas pregam a legalização do aborto. Deus tenha misericórdia de suas almas.

Comentário 2 – É sobre isso!!! Que página foda, parabéns.

Comentário 3 – Olha só! Que orgulho desta página!

Comentário 4 – Calma, perai, lutar pelo aborto é meu dever como mulher cristã? Eu li mesmo isso? [...]

Ao analisarmos os comentários feitos na postagem referente à SD4, verificamos que todos eles são publicados por mulheres e as conversações em rede apontam para as bolhas de clusterização, visto que o perfil das evangélicas aproximam grupos socialmente distintos. Essa aproximação, conforme aponta Recuero (2012), pode provocar alguns focos de conflitos em virtude das diferenças.

No comentário 1, podemos observar a incredulidade da usuária em relação a publicação, pois afirma “vivi pra ler que pessoas religiosas pregam a legalização”; tal incredulidade demonstra uma negação em relação ao conteúdo publicado, por fim, ao afirmar “Deus tenha misericórdia de suas almas”, a usuária considera a prática, de quem aborta e quem defende o aborto, um pecado.

No comentário 4, também podemos observar uma negação da defesa da legalização do aborto; a usuária argumenta que seu “dever” é ser contra a legalização e também a prática do ato abortivo. Ela escreve “eu sou cristã e não apoio a legalização porque não apoio a legalização do assassinato”. Ela firma que a Igreja de Deus deveria ajudar as mulheres que praticam o aborto e fala também de acolhimento, no entanto, observamos que pouco ou nenhum apoio/orientação é dada em relação ao aborto por parte das instituições religiosas.

Nos comentários 2 e 3, podemos verificar um movimento contrário, observa-se a identificação com a causa das evangélicas pela legalização por meio de parabenizações.

Por fim, analisaremos a última sequência discursiva que compõe essa subseção sobre o discurso do “mau sujeito”. Vamos a ela.

Figura 20 – SD5



Fonte: <https://www.instagram.com/p/B25FQwFpXsY/> (2019)

A SD5 não apresenta diretamente uma associação com a SDR utilizada para orientar esse trabalho “aborto é crime” / “aborto é direito”, no entanto, ela produz efeitos significativos sobre o aborto e sobre o movimento das mulheres evangélicas.

Primeiramente, a figura da mulher é retratada em um gesto que simboliza a luta e a resistência femininas. Nesse sentido, luta e resistência contra as ofensivas que representam o Governo de Jair Bolsonaro, especificamente, na figura de Damares Alves.

A atual ministra da pasta dos Direitos Humanos representa uma dupla opressão vivenciada pelas mulheres, visto que seu lugar social é atravessado por uma formação política de extrema direita e pelo patriarcalismo religioso. Dessa forma, a mobilização política/religiosa

promovida por Damares Alves, em seu ministério, tem como prioridade extinguir a prática de aborto no país, inclusive os casos já previstos em lei.

Para as mulheres que travam uma luta histórica para assumir o controle de seus corpos e sua reprodução os posicionamentos e os projetos de lei propostos pela pasta dos direitos humanos, tais como a criação do dia do Nascituro e o dia da Paternidade Responsável, reforçam o retrocesso no que diz respeito à legalização do aborto no país.

Nesse sentido, retornamos ao enunciado das evangélicas pela legalização, no qual lemos:

“Ministra Damares não representa as mulheres evangélicas”

Por meio do enunciado acima, poderemos demonstrar o funcionamento do discurso do “mau sujeito”, visto que o sujeito da enunciação, as evangélicas, questionam os dizeres produzidos pelo Sujeito Universal patriarcal, representado pelo discurso da ministra Damares Alves.

Ao pensar a categoria do silenciamento, ou seja, da política do silêncio, que indica que, ao falarmos algo, apagamos necessariamente outros sentidos, nos questionamos sobre o que foi apagado no enunciado acima? Observemos a reformulação do enunciado abaixo.

Ministra Damares [apesar de evangélica] não representa as mulheres evangélicas

Nos dizeres das Evangélicas pela legalização, se faz referência somente ao lugar social de Ministra de Estado de Damares Alves, silenciando, por sua vez, sua orientação religiosa de evangélica. Logo, o enunciado significa, visto que não se trata apenas de não se sentir representada por determinada filiação partidária, mas também pela posição que ela toma, enquanto evangélica, ou seja, trata-se de uma contra-identificação com a prática religiosa dominante das igrejas evangélicas.

Para Pêcheux (2014, p. 199), o sujeito que se contra-identifica “luta contra a evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno.” Em outras palavras, podemos sintetizar que o sujeito enunciador promove uma separação com o sujeito universal, ao passo que questiona seus dizeres. No caso em análise, temos as Evangélicas contestando os dizeres/posicionamentos de Damares Alves, que também partilha da mesma “fé”.

A tomada de posição das Evangélicas pela Legalização nos permite compreender a segunda modalidade do desdobramento do sujeito. No entanto, tal postura também demonstra

como as identificações do sujeito revelam as formações ideológicas nas quais estão interpelados. Abaixo, reproduzimos o *printscreen* dos comentários que fazem referência a SD5.

Figura 21 – Comentários perfil Evangélicas



Fonte: *Instagram* (2019)

Comentário 1 – Vocês também não!

Comentário 2 – Excrementosamente pífio.

Comentário 3 – Nem ela nem vocês.

Comentário 4 - #damaresrepresentaopatriarcado

Comentário 5 – Com certeza, não representa.

Ao analisarmos os comentários da página das Evangélicas, verificamos o que aponta Recuero (2012) sobre as conversações em rede. O que ocorre, aqui, é a aproximação de grupos sociais diferentes, ou seja, a presença das bolhas de clusterização.

Nos comentários 1, 2 e 3, temos a negação ou não identificação com o discurso das Evangélicas pela Legalização, visto que lemos “vocês também não” e ainda “nem ela nem vocês”. Esses comentários nos chamam a atenção, visto que, como vimos, a publicação das Evangélicas faz funcionar o efeito do duplo lugar social ocupado por Damares Alves, de religiosa e de líder política da extrema direita. Logo, é possível identificar uma nova ruptura no

processo de identificação dessas mulheres que interagem na publicação, pois elas não se sentem representadas “nem por Damares nem pelas Evangélicas”.

Por outro lado, nos comentários 4 e 5, temos a identificação com as Evangélicas por meio da hashtag #damaresrepresentaopatriarcado e a afirmação “com certeza, não representa”, que nos permite verificar a controvérsia sobre o discurso do aborto, produzida no espaço virtual.

Nessa seção, pudemos verificar como ocorre o desdobramento da forma sujeito do discurso na segunda modalidade, proposta por Pêcheux. Por meio do discurso da contra-identificação, nessa modalidade, constatamos que há uma quebra da “evidência”, fornecida, a priori, pelo Sujeito universal patriarcal, que permite ao sujeito da enunciação questionar e/ou revoltar-se, no entanto, não há um rompimento com a FD religiosa.

4.3 O DISCURSO DA DESIDENTIFICAÇÃO

Nesta seção, buscaremos demonstrar o funcionamento do discurso da desidentificação, por meio das SDs extraídas das páginas do *Instagram* @nempresanemmorta e @pelavidadasmulheres. A temática central mobilizada pelas SDs das páginas sugere pensar a questão do aborto enquanto saúde pública e direito reprodutivo. Vejamos.

Figura 22 – SD6



Fonte: <https://www.instagram.com/p/B7RRay8Hffy/> (2020)

Iniciaremos nossa análise descrevendo a imagem da SD6, que apresenta uma mulher que, aparentemente, praticou um aborto caseiro, visto que traz consigo agulhas de tricô e, sob seus pés, escorre um líquido que interpretamos como a hemorragia causada pelo aborto. O corpo da mulher encontra-se curvado e, mediante a sua expressão, podemos ler medo, tristeza e pressão.

À frente da imagem da mulher, temos duas grandes mãos estendidas que em nossa interpretação devido as vestimentas podem representar o Estado, que rege as leis sobre o aborto e também a religião, que condena a prática de abortamento no país. A primeira mão apresenta um caixão que simboliza o grande número de mortes que, a cada dia, ocorre, devido aos procedimentos de abortos inseguros e clandestinos. A segunda apresenta algemas que retratam a atual situação da legislação brasileira, que pune de 3 (três) a 4 (quatro) anos as mulheres que cometerem abortos.

Por fim, é interessante pontuar que a materialidade imagética, em análise, faz paráfrase com o nome do perfil que é intitulado: *Nem presa, nem morta por aborto* e produz sentido, pois essas mãos estendidas, simbolizam o destino reservado para as mulheres brasileiras que se encontram em uma situação de gravidez indesejada.

Seguiremos para análise do enunciado que diz o seguinte: *Proibir não salva nenhuma vida*. Tal enunciado dialoga com um discurso comum dos grupos pró-vida, o qual afirma que “as duas vidas importam”. É importante destacar que a “heterogeneidade da formação discursiva é decorrência do desdobramento da forma-sujeito” (INDURSKY, 2018, p. 16).

Nesse sentido, podemos afirmar que a SD6 mobiliza um contra-argumento aos discursos pró-vida, mobilizando os sentidos de criminalização, vida e morte, para defender que a proibição não irá salvar nem a vida das mulheres e nem a do feto, visto que os serviços de aborto legal no Brasil são direcionados apenas para alguns casos; no entanto, mesmo as mulheres que se encaixam nos casos permitidos para abortamento, encontram dificuldades para acessar o seu direito de interromper a gravidez.

Cabe ressaltar que os discursos contrários à descriminação do aborto promovidos pela FD Católica e/ou neopentecostal direcionam a responsabilidade pela gravidez exclusivamente para a mulher. Dessa forma, mediante a associação da mulher à Maria, mãe de Jesus, espera-se que a mulher grávida ame incondicionalmente seus filhos a ponto dar-lhes, também, a sua própria vida. Por outro lado, essa responsabilidade atribuída às mulheres não lhes dá o direito para decidir sobre seu próprio corpo e sobre o momento ideal para gerar uma criança.

Mediante isso, os grupos feministas rompem com a imposição compulsória da maternidade, pois, no movimento de desidentificação, os sujeitos da enunciação não mais se

identificam com os sentidos produzidos pela FD pró-vida que, historicamente, produz um discurso de inferioridade sobre as mulheres e seus corpos. Para Indursky (2018, p. 26), a diferença que a desidentificação instaura “é da ordem do antagonismo e os sentidos que dela derivam não podem mais ter por sede o mesmo domínio”. Nesse sentido, a desidentificação promove a ruptura entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, o que ocasiona o surgimento de um novo domínio de saber, ou seja, uma nova FD, a feminista ou pró-escolha.

É nesse sentido que compreendemos que o rompimento do movimento feminista com o Sujeito Universal patriarcal, visto que promove uma relação de polarização entre os saberes advindos da FD católica à medida que são colocadas no bojo das discussões de diferentes posições-sujeitos.

De modo geral, consideramos que a circulação dos discursos sobre o aborto no espaço virtual se configura como uma forma de romper com o silêncio em torno desse tema-tabu, visto que são promovidas campanhas educativas e maior disseminação de informações sobre o tema. A esse respeito apontamos os estudos de França e Grigoletto (2018) que afirmam que

O virtual pode ser pensado como lugar de resistência, lugar de contradiscursos, como espaço estratégico de reação ao discurso intolerante e autoritário que silencia o que lhe é indesejável. Então, pelo simples fato de fazer durável o que se pretende asfixiar, o virtual acaba cumprindo essa função de resistir e produzir, conseqüentemente, outras possibilidades de leitura, outros efeitos de sentido, outros discursos dissidentes (FRANÇA, GRIGOLETTO, 2020, p. 4).

Por fim, ao voltarmos para a compreensão do funcionamento das “bolhas” no espaço virtual, podemos verificar a incidência de alguns comentários que visam inibir a atuação dos grupos feministas. Abaixo, reproduzo alguns comentários publicados em uma publicação na página *Nem presa, nem morta por aborto*.

Figura 23 – Comentários perfil: Nem presa, nem morta



Fonte: *Instagram* (2020)

Ao analisarmos os comentários da publicação, podemos verificar reações diversas diante do conteúdo publicado. Algumas das reações dos usuários-sujeitos são contrárias a postagem, onde lemos os comentários: *quem aborta é assassino* e *assassinos*, que são publicados por homens. Por outro lado, temos também algumas manifestações por meios dos *emojis* que representam “palmas” e indicam que os usuários-sujeitos se identificam com o que foi publicado, tais reações positivas são publicadas por mulheres.

Nesse sentido, temos aí a manifestação da clusterização, que promove a aproximação de ideias contrárias no ambiente virtual. Para França e Grigoletto (2018, p. 38), essa aproximação de diferenças “produz situações propícias para o conflito, que podem ser materializadas nas interlocuções ou ‘conversações’ que se produzem nas redes”.

Compreendemos que esses conflitos, por sua vez, refletem as disputas ideológicas sobre o corpo da mulher, que são motivadas pela formação social capitalista, no espaço empírico. Logo, essas disputas são retratadas também neste espaço, visto que, conforme aponta Grigoletto

(2011), o virtual é caracterizado como um espaço intervalar, que possui suas especificidades, mas que não pode ser descolado do espaço empírico.

A próxima sequência discursiva a ser analisada foi retirada da página “Pela vida das mulheres”, movimento que atua no espaço social e também no espaço virtual, em prol da garantia da autonomia e direito das mulheres sobre seus corpos.

Abaixo, reproduziremos o registro de uma ação do movimento nas ruas do Recife que foi publicado no perfil em análise.

Figura 24– SD7



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CUauYPKL-Zf/> (2021)

Inicialmente, nos chama a atenção o fato que, diferente das demais sequências discursivas analisadas, a figura acima não foi “produzida” para o espaço virtual, visto que se trata de uma fotografia tirada no âmbito no social. Nessa esteira, iremos observar como a relação entre o social e o virtual produz seus efeitos de sentidos.

Na figura 24, acima, observamos um grupo de mulheres que fazem parte da Frente Pernambuco pela Legalização e Descriminalização do Aborto. As mulheres encontram-se em uma das principais avenidas do Recife, promovendo panfletagem e diálogo sobre os 28 motivos para legalizar o aborto. As mulheres seguram uma faixa escrita em caixa alta nas cores verde e roxo, que remetem às cores da luta contra a descriminalização do aborto dentro e fora do país, onde lemos o seguinte enunciado:

*“Seja aborto ou parto, **humanização** sempre. Chega de morte materna”*

O enunciado acima faz funcionar o duplo sentido, visto que pode ser interpretado como uma denúncia ou um pedido. Tendo em vista que os termos “parto” e “aborto” fazem parte do universo da medicina/obstetrícia, consideramos que o público-alvo do cartaz são os médicos e sua equipe de saúde.

No dizer acima, a palavra que nos chama a atenção é “humanização”. A priori, nos questionamos se não seria um pleonasmo a utilização do termo, visto que uma das características do ser humano é, ou deveria ser, a humanização. De acordo com o Dicionário³⁵ Online de Português, o verbete “Humanização” significa “ação ou efeito de humanizar ou humaniza-se; tornar-se mais sociável, gentil ou amável”. No entanto, se, nos dizeres acima, as mulheres pedem por “humanização” no parto e no aborto, o não-dito denuncia que o que está em vigor, nesses procedimentos, é o seu oposto, ou seja, a desumanização.

No âmbito da saúde, é comum a menção do termo para referir-se a um “atendimento humanizado” e “parto humanizado”, que consiste no protagonismo do paciente em relação ao seu tratamento. No que diz respeito ao “parto humanizado”, entende-se como a participação ativa da mulher gestante durante a gestação até o momento do nascimento do seu filho.

O parto humanizado tem como objetivo, sobretudo, fazer com que o momento do parto seja menos doloroso e traumático possível para a mulher e seu bebê. No entanto, o cenário brasileiro aponta que a assistência obstétrica oferecida às gestantes é marcada por práticas abusivas que infligem a autonomia das mulheres. Dentre algumas práticas, podemos citar a falsa indicação de uma cesariana, quando o desejo da mãe é ter um parto normal, negação de anestésias ou medicamentos que aliviem as dores, violência verbal e críticas. Em alguns casos, a equipe médica critica o fato da mulher estar gritando/gemendo de dor, além da negação do procedimento de laqueadura, baseado em uma postura patriarcal, visto que alguns médicos exigem a aprovação do marido para liberar ou não o procedimento.

Ao tratarmos do procedimento de aborto, a desumanização também se faz presente, de maneira mais aguda, visto que muitas mulheres padecem com a violência obstétrica quando experimentam o aborto espontâneo e necessitam ir ao hospital realizar a curetagem, pois, quando há dúvidas sobre o motivo do aborto, muitas vezes o procedimento ocorre de forma violenta e sem anestesia.

³⁵ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/humanizacao/> Acesso em: 17/06/2022.

Nesse sentido, mediante a falta de humanização por parte da equipe médica que, em 2003, no ano de posse do Governo Lula, foi criada a Política Nacional de Humanização - HumanizaSUS³⁶, que garante um atendimento focado na realidade do paciente e, principalmente, no respeito às suas decisões.

Nessa direção, compreendemos que o enunciado “seja aborto ou parto, humanização sempre.”, produz efeitos de denúncia contra a violência obstétrica vivida por mulheres que buscam pelos serviços de saúde do SUS. Além da experiência traumática do procedimento de abortamento, que pode comprometer a saúde física e mental, as mulheres ainda encontram dor e julgamentos morais por parte da equipe médica.

Por fim, lemos no enunciado o pedido “chega de morte materna”, pois muitas mulheres, ao se sentirem julgadas, mesmo em casos de aborto espontâneo/legal, evitam buscar ajuda nos hospitais, buscando meios clandestinos para acabar com a gravidez indesejada, os quais nem sempre funcionam, visto que os métodos inadequados do procedimento podem causar hemorragias, perfurações, infecções e até a morte.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde³⁷, os dados sobre as causas da mortalidade materna no Brasil, entre 1996 e 2018, apontam que

foram registrados 38.919 óbitos maternos no SIM, sendo que aproximadamente 67% decorreram de causas obstétricas diretas, ou seja, complicações obstétricas durante gravidez, parto ou puerpério devido a intervenções desnecessárias, omissões, tratamento incorreto ou a uma cadeia de eventos resultantes de qualquer dessas causas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

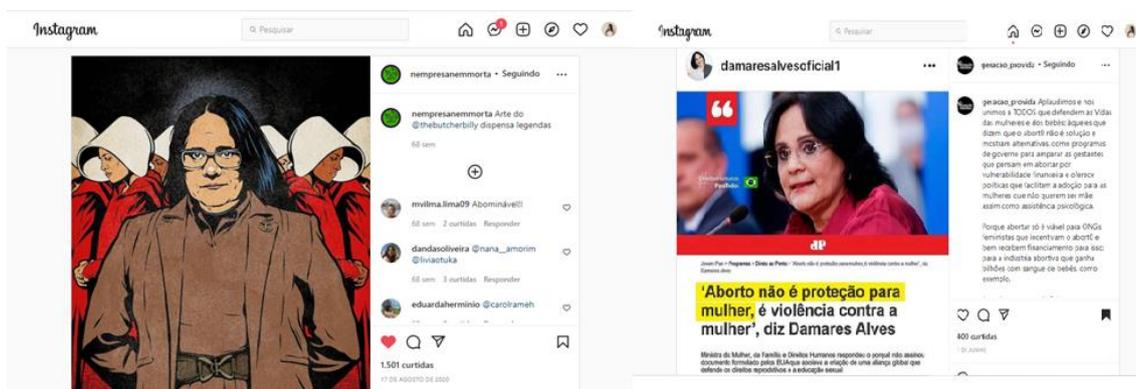
Portanto, compreendemos que a descriminalização do aborto no Brasil, além de um tema político, trata-se de uma questão de saúde pública, visto que os abortamentos induzidos ocorrem cotidianamente, mesmo diante das proibições. Logo, se faz necessário e urgente pensar o aborto como forma de contracepção, afim de não haver mais mortes de mulheres.

Em virtude de não haver comentários significativos, na publicação da SD7, para compreendermos o funcionamento das conversações em redes ou bolhas das redes, propostas por Recuero (2012), trouxemos uma postagem publicada pelo movimento “Nem presa nem morta por aborto” que, em nossa interpretação, reforça o que tentamos demonstrar por meio das análises dessa seção, ou seja, o discurso da desidentificação.

³⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/humanizausus>. Acesso em: 17/06/2022.

³⁷ Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/8736>. Acesso em: 17/06/2022.

Figura 25 – Composição de figuras



Fonte: Montagem da autora (2022)

Na figura 25, temos uma composição de imagens, na qual, no lado direito, retomamos³⁸ a publicação de Damares Alves acerca do aborto e, no lado esquerdo, temos a publicação do movimento pró-escolha, publicada no *Instagram*³⁹ pelo perfil *Nem presa, nem morta por aborto*, que foi objeto de nossa análise.

A imagem acima produz efeitos, visto que está relacionada, por meio da intertextualidade, com o romance distópico “The Handmaid’s Tale”, mais conhecido no Brasil, pela sua tradução, como “O conto da Aia”, da escritora canadense Margaret Atwood. Na imagem, temos a representação de Damares Alves com as vestimentas da Tia Lydia, em uma postura de autoridade; ao fundo, vemos a imagem das aias submissas, que representam as mulheres contemporâneas.

O romance tem como cenário uma sociedade pautada na ideologia cristã e totalitária. A narrativa desenvolve-se após um atentado terrorista que ocasionou a morte do presidente dos EUA. Surge, então, um movimento fundamentalista chamado “Filhos de Jacó”, que propõe restaurar a ordem da sociedade. É criado um novo regime chamado República Gilead, pautada no fanatismo religioso, inspirado no Antigo Testamento e na ação militar.

O primeiro feito da nova República foi suspender a Constituição dos Estados Unidos, os meios de comunicação e extinguir as universidades. Além disso, a situação das mulheres retrocede severamente, visto que os direitos sociais, democráticos e especialmente os direitos reprodutivos foram retirados.

Em Gilead, as mulheres são organizadas por castas, nas quais temos as aias, que são mulheres jovens e férteis, que são destinadas exclusivamente para um ritual de reprodução da

³⁸ Compreendemos os discursos presentes na imagem, enquanto representação do Sujeito universal patriarcal, ou seja, aquele que orienta os dizeres sobre o aborto na sociedade brasileira, ver página 109.

³⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CEAKPI2nfVA/>.

classe burguesa; temos as esposas dos comandantes, que, para além das funções de gerenciar o lar, não exercem nenhuma atividade remunerada e não possuem contas bancárias. Por fim, temos as tias, que são uma classe de mulheres destinadas a doutrinar as aias, sendo sua tarefa fazê-las aceitarem seus destinos na sociedade que está se formando.

É diante desse cenário que surge os efeitos de sentidos sobre a imagem, localizada na esquerda, publicada pelo grupo pró-escolha, na qual temos a associação de Damares Alves à Tia Lydia, personagem que representa a classe das tias.

A função da tia Lydia é extremamente estrategista na obra, pois, por meios de mecanismos de tortura e violências, promove a docilização das mulheres, enfraquecendo-as física e psicologicamente, fazendo funcionar, desse modo, a ideologia patriarcal.

É interessante pontuar que essa distopia teve sua primeira edição publicada em 1985, no Canadá. Somente, em 2017, a obra foi relançada no Brasil, o que ocasionou em grande aceitação do público. Desse modo, o que nos chama a atenção é a aproximação do cenário político brasileiro com o cenário apresentado no romance.

Atualmente, com a ascensão política de um governo de extrema direita e ultraconservador que propõe projetos de lei que visam restringir o controle dos corpos femininos e extinguir os direitos conquistados por anos de luta feminista, podemos afirmar estar vivendo também em um cenário distópico.

A semelhança entre a Tia Lydia e a Ministra da Mulher, da Família e Direitos Humanos são bem significativas, em especial nos chama a atenção o fato de termo “tia” remeter a uma familiaridade ou proximidade. Em alguns posicionamentos de Damares Alves, ela se autointitula “a mamãe Damares”, ou seja, gera o mesmo sentimento de familiaridade. Podemos afirmar também que os interesses ideológicos que motivam as figuras de Tia Lydia e Damares Alves são os mesmos.

Diante do cenário exposto no romance de Atwood, que demonstra que a ascensão de governos totalitários causou grandes retrocessos que impactaram, especialmente, a vidas mulheres, e partindo da premissa de Aristóteles que afirma que “a arte imita a vida”, devemos nos manter em posição de alerta e constante resistência aos ataques propostos pelo atual governo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Não vai nascer
Porque eu não quero
Porque eu não quero e basta eu não querer
(Artemísia – Carne doce)*

A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender o funcionamento discursivo dos discursos sobre o aborto na sociedade brasileira, especialmente, no espaço virtual. Estruturamos nossa investigação com base na hipótese de que os modos de circulação/formulação dos discursos sobre o aborto contribuíram, historicamente, para a manutenção do controle sobre os corpos das mulheres na atualidade.

Desse modo, verificamos que, inicialmente, os dizeres mobilizados sobre o aborto na sociedade civil são formulados por dois grupos sociais distintos, os pró-vida e os pró-escolha. Os grupos pró-vida produzem sentidos negativos acerca do aborto, visto que são pautados pela ideologia religiosa patriarcal. Os grupos pró-escolha, por sua vez, mobilizam sentidos de resistência e luta em prol da descriminalização do aborto no país, visto que compreendem o procedimento como um direito das mulheres.

A reflexão a respeito deste problema social se deu com base nos pressupostos teóricos-metodológicos da Análise de Discurso francesa, na linha de Michel Pêcheux, que nos permitiu ir além das evidências da língua para demonstrar o funcionamento discursivo do discurso sobre o aborto e suas formas de conceber o feminino.

No segundo capítulo, intitulado *Os discursos produzindo o corpo*, contextualizamos cultural e historicamente como se deu a construção social do “ser mulher” e como eram articulados os mecanismos de poder que visavam o controle do corpo feminino pela Igreja, pelo Estado, pela Medicina e pela sociedade patriarcal. Tais mecanismos de controle funcionavam/funcionam por meio da ideologia patriarcal, que ressalta a estreita relação da capacidade de reproduzir do sexo feminino a um perfil ideal de mulher, pautada na feminilidade e na maternidade.

Demonstramos como, durante toda a história, foram produzidos discursos *sobre* as mulheres e seus corpos, que ditam como exatamente as mulheres devem ser. Nos discursos dos gregos, a posição social delegada às mulheres era de inferioridade intelectual e consequentemente social. Nos discursos religiosos, encontramos a associação contraditória da mulher a uma *bruxa*, por ser capaz de seduzir e enganar os homens, mas também ela é comparada a uma *santa*, visto que tem a capacidade de maternas e gestar uma criança, tal como a virgem Maria, que trouxe ao mundo o salvador. Por fim, nos discursos da medicina, a mulher

é tida como um ser totalmente biológico e é considerada a “semente mais fraca”; na psiquiatria, a histeria vem definir o comportamento das mulheres que possuem útero.

No terceiro capítulo, tratamos das condições de produção do discurso sobre o aborto no Brasil. Demonstramos como a posse de um presidente filiado à extrema direita conservadora mobilizou projetos de lei favoráveis à criminalização do aborto no país, promoveu e incentivou a controvérsia a respeito do aborto em espaços sociais e também nos espaços virtuais. Dessa forma, as mulheres pró-escolha passaram a travar uma luta para impedir a retirada de direitos conquistados no âmbito reprodutivo. Diante da polarização acerca do aborto, pudemos verificar a atuação de um grupo social que promove a circulação do discurso sobre o aborto sob um novo viés, as Féministas.

No quarto capítulo, construímos analiticamente a resposta ao problema que orientou nossa pesquisa: Como as formulações discursivas sobre o aborto contribuem para a produção de sentidos sobre o corpo feminino das mulheres cis?

As análises foram baseadas nas modalidades de identificação da forma-sujeito, propostas por Michel Pêcheux. Nos discursos dos porta-vozes que representam a FD pró-vida, pudemos verificar “a plena” identificação do sujeito enunciativo com o sujeito Universal patriarcal. Nos discursos das Féministas, observamos a presença do discurso da contra-identificação ou do “mau-sujeito”, visto que os grupos das católicas e das evangélicas, que são porta-vozes dessa modalidade, se identificam em parte com o sujeito universal, o que pode gerar uma tensão entre ambos, como vimos nos comentários analisados. Por fim, nos discursos dos grupos feministas pró-escolha, temos a modalidade da desidentificação, pois, nesse caso, consideramos que há uma ruptura com o sujeito universal patriarcal, já que nesses perfis não são compartilhados os mesmos ideais, e a noção do que é ser mulher também é completamente distinta.

Os resultados desta pesquisa demonstram que as SDs trabalhadas apontam para uma certa repetibilidade, por meio de paráfrases, dos dizeres sobre o aborto no espaço virtual. Tomamos como referência as SDRs *aborto não é um crime* e *aborto é assassinato*, o que nos permitiu confirmar o que está sendo dito. As repetições que são feitas resgatam os sentidos históricos sobre o corpo, a sexualidade e a reprodução das mulheres. No entanto, esses dizeres são atualizados, por meio da polissemia, nos dizeres dos grupos sociais em análise.

Desse modo, compreendemos que, mesmo diante de uma nova atualização dos dizeres sobre o aborto, é possível verificar, pelos processos de silenciamento e do não-dito, os saberes patriarcais significando as mulheres e seus corpos.

Concluimos que o funcionamento dos discursos sobre o aborto e seus modos de reprodução e circulação, nos espaços empírico e virtual, na sociedade brasileira contemporânea, são pautados pelos saberes patriarcais, que determinam em diversas instâncias - religiosa, médica, estatal, jurídica e social - os comportamentos das mulheres, pautadas no fantasma do anjo do lar, ou seja, na feminilidade.

Logo, podemos verificar que a controvérsia dos discursos sobre o aborto na sociedade brasileira é pautada no debate da criminalização *versus* descriminalização. Tendo em vista a atual conjuntura do país, podemos afirmar que, tal como a distopia do romance “O conto da aia”, que é marcada por não respeitar a autonomia e os direitos das mulheres, o Brasil se encaminha para a criminalização total do aborto. Por outro lado, não sem a resistência das mulheres brasileiras que, diariamente, lutam contra as ofensivas do atual governo e se mobilizam em ações de conscientização sobre o aborto e os direitos das mulheres.

Por fim, nossa intenção, com essa dissertação, foi a de contribuir com o debate acerca da institucionalização do procedimento de abortamento enquanto direito no país, para que finalmente, nós, mulheres, possamos resgatar a autonomia sobre a nossa reprodução e nossos corpos, para, finalmente, sermos capazes de dizer: “Não vai nascer. Porque eu não quero. Porque eu não quero e basta eu não querer”.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e os Aparelhos Ideológicos do Estado**. Editora Presença/Martins Fontes, 1970.
- ARISTÓTELES. **A política**. Coleção VEGA Universidade/Ciências Sociais e Políticas, 1998.
- ARRUZZA, Cinzia et al. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. - 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. - 3ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo, 2018.
- CARNEIRO, Ceres. DELA SILVA, Silmara. LAGAZZI, Suzy. **(D)o feminino em manifestação: discursos de resistência no espaço urbano**. In: Ousar se revoltar: Michel Pêcheux e a Análise do Discurso no Brasil. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.
- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. - Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. - 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.
- CORBIN, Alain. **A influência da religião**. In: História do corpo: da revolução à grande guerra. 2ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. – São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. – 1ª ed. – São Paulo: Elefante, 2017.
- FLORÊNCIO, Ana Maria et al. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. – Maceió: EDUFAL, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. – 20ª ed. – Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FRANÇA, Thiago. GRIGOLETTO, Evandra. **Imagens do/no espaço virtual: sobre as condições de produção do discurso de ódio no Facebook**. In: O império do digital: teoria, análise e ensino. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

FREITAS, Ronaldo Adriano. **Instrumentação linguística em rede: análise discursiva de dicionários online.** Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.

FREUD, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade.** 1ª ed. - Autêntica Editora - Coleção obras incompletas de Sigmund Freud, 2018.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina.** – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

GARCIA, Dantielli Assumpção. **Direito ao corpo, direito ao aborto: entre elas e eles, uma tensão significativa.** In: Discursos da resistência: literatura, cultura, política. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade.** Cadernos de Formação RBCE, p. 71-83, 2010.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **A produção cultural do corpo.** In: Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 9ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar.** Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Porto Alegre, 2005.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem: entre a interação e a interlocução.** In: Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. – Recife: Ed. Universitária – UFPE, 2011.

GRIGOLETTO, Evandra. GALLI, Fernanda Correa S. **O funcionamento discursivo das hashtags: processo de (de)identificação ou aderência?** In: Ousar se revoltar: Michel Pêcheux e a Análise do Discurso no Brasil. 1ª ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

HAN, Byung-Chul. **No exame: perspectivas do digital.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HENRY, Paul. **Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969).** In: Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. 3ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

HOOCKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

INDURSKY, Freda. AAD-69 – **O marco histórico de um discurso fundador.** LÍng. e Instrum. Linguíst., Campinas, SP, n. 44, p. 157-173, 2019.

INDURSKY, Freda. **Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso.** In: Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua. – Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 12ª ed. – São Paulo: Perspectiva, 2013.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. **O corpo como materialidade discursiva**. Redisco, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 77-82, 2013.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. **Pêcheux, nossa bússola inspiradora**. In: A Análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. Editora Expressão Popular, 2014.

MAGALHÃES, Belmira. **As marcas do corpo contando história: um estudo sobre a violência doméstica**. Maceió: EDUFAL, 2005.

MAGALHÃES, Belmira. **Ideologia/Inconsciente: entre a trabalhadora e a mãe**. Anais – VI Congresso Internacional da Abralín, João Pessoa-PB: Idéia, p. 507-512, 2009.

MALDIDIER, Denise. **Elementos para uma história da Análise do Discurso na França**. In: Gestos de leitura: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. Editora Expressão Popular, 2010.

MCCANN, Hannah et al. **O livro do feminismo**. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Globo livros, 2019.

MEYER, Dagmar Estermann. **Gênero e educação: teoria e política**. In: Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 9ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MISKOLCI, Richard. **Ideologia de gênero: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo**. Revista Sociedade e Estado. Volume32, nº3, 2017.

NEVES-STREY, Marlene. **Verbetes: Freud, Sigismund**. In: Dicionário Crítico de Gênero. 2ª ed. – Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Abortamento seguro: orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde**. 2ª ed., 2013.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. – Campinas, SP: Pontes, 6ª ed. – 2005.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. – 4ª edição, Pontes Editores, Campinas, SP, 2012.

ORLANDI, Eni. **Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia**. – 3ª ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso (AAD-69)**. In: Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. 3ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. – 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PEINHOPF, Anna Deyse Rafaela. GARCIA, Dantielli Assumpção. **As filósofas da antiguidade e do medievo**: presença e ausência em discurso. In: Mulheres e... Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PLATÃO. **A república**. Fundação Calouste Gulbenkian. 9ª ed. – 1993.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RIBEIRO, Djamila. **O que é**: lugar de fala? – Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

ROSADO-NUNES, Maria José. **O tema do aborto na igreja católica: divergências silenciadas**. 2012.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, 1986.

SILVA SOBRINHO, Helson. **Michel Pêcheux e a crítica ao capitalismo**: “é preciso ousar se revoltar”. In: A Análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

SILVA SOBRINHO, Helson. **O analista de discurso e a práxis sócio-histórica**: um gesto de interpretação materialista e dialético. Conexão Letras, v. 9, n. 12, 2014.

SILVA SOBRINHO, Helson. **Trilhar caminhos, seguir discursos**: aonde isso poderá nos levar? Anais do SEAD, 2005.

SOUSA, Lucília Maria Abrahão. GARCIA, Dantielli Assumpção. **Efeitos de batom na fotografia, “#MEDEIXA”, a mulher e o corpo dela**. Núcleo de Pesquisa em Comunicação Social da UNAERP, n.10, p. 38-54, 2018.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. – 14ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

TONET, Ivo. **Cidadão ou homem livre?** In: Democracia ou Liberdade? Maceió: EDUFAL, 2007.

TONET, Ivo. **Cidadania ou liberdade?** Perspectivas, São Paulo, 1999.

VAGGIONE, Juan Marco. **A política da Dissidência**: o papel de Católicas pelo Direito de Decidir na América Latina. In: Entre dogmas e direito: religião e sexualidade. 1ª ed. – Jundiá, Maxprint, 2017.

WANDERLEY, Rita de Cássia. **Da inspiração à interpelação**: o discurso fitness no Instagram. Tese. (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, Recife, 2020.

WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Coleção L&PM, 2021.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. **Althusser e Pêcheux**: um encontro paradoxal. Conexão Letras, volume 9, nº 12, 2014.